

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ANA PAULA BARBOSA

**TRABALHO E EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES SOBRE AS
CONTRADIÇÕES MEDIADAS NOS ASPECTOS FORMATIVOS E
AUTOGESTIONÁRIOS DA COOPERNONTE**

CÁCERES-MT

2018

ANA PAULA BARBOSA

**TRABALHO E EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES SOBRE AS
CONTRADIÇÕES MEDIADAS NOS ASPECTOS FORMATIVOS E
AUTOGESTIONÁRIOS DA COOPERNONTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador professor Dr Odimar João Peripolli

CÁCERES-MT

2018

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

BARBOSA, Ana Paula.

B238t Trabalho e Educação Popular: Reflexões Sobre as Contradições Mediadas Nos Aspectos Formativos e Autogestionários da Coopernonte / Ana Paula Barbosa – Cáceres, 2018.

160 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. Color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso

(Dissertação /Mestrado) – Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.

Orientador: Odimar João Peripolli

1. Educação. 2. Trabalho. 3. Cooperativismo. 4. Economia Solidaria. 5. Aspectos Formativos.. I Ana Paula Barbosa.

II. Trabalho e Educação Popular: Reflexos Sobre as Contradições Mediadas Nos Aspectos Formativos e Autogestionário da Coopernonte.

CDU 37.018.51

ANA PAULA BARBOSA

**TRABALHO E EDUCAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES SOBRE AS
CONTRADIÇÕES MEDIADAS NOS ASPECTOS FORMATIVOS E
AUTOGESTIONÁRIOS DA COOPERNONTE**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Odimar João Peripolli (Orientador – PPGedu/UNEMAT)

Dr Fábio José Bechara Sanchez (Membro Externo – UFSCAR /PPGS)

Dr^a. Maria do Horto Salles Tiellet (Membro Interno – PPGedu/UNEMAT)

APROVADA EM: 16/03/2018.

*Dedico esta dissertação aos **amores da vida:***

À família que és e sempre foi à base de tudo para tudo na minha vida. Cada qual em sua forma e sentido, amores a quem sempre fui e serei eternamente grata.

Aos meus filhos, aqueles que não são mestres, mas, souberam ser mestrandos neste devaneio que foi nossa casa no período inicial até o final do mestrado. Isabelle, Mateus e minha Sofia que veio ao mundo para me ensinar ser mãe e mulher. Eu os agradeço de corpo e alma, pois só vocês sabem quem sou de verdade e o quanto este mestrado me marcou em todos os sentidos que podemos compreender. Meu mais que obrigada por cederem a mãe e amiga ao mundo das letras e das escritas que muitas vezes, e em sua grande maioria foi num caminho taciturno e solitário. Obrigada meus filhos por terem me acompanhado neste caminho chamado mestrado onde por anos, meses e dias andei ausente e não pude ser a mãe que vocês precisaram e mereciam que eu fosse, mas vocês sabem do meu amor incondicional por vocês.

A você, minha doce Isabelle, dedico minha eterna gratidão, obrigada filha por ter sido muito mais do que uma filha, uma verdadeira amiga e companheira, que soube me ajudar mesmo quando nem eu soube. Desde sempre para sempre serás minha filha o juízo que habitas fora de meu corpo e a bondade que nem sempre sou capaz de ter. Obrigada minha filha por não ter desistido de mim e sempre ter acreditado em nossa família e ter perseverado comigo sempre na luta diária de sermos mais e melhor. Segue em ti a minha parte feminista mais esperançosa e menos pessimista, nunca desista Isa, pois o mundo e eu precisamos muito de você. Amo-Te minha Belinha.

Ao meu desafio diário e gêmeo de humor e audácia Mateus Henrique, filho do meio que sempre me acompanhou mesmo não querendo ir, filho diferente de uma mãe mais diferente ainda, muitas vezes o amor foi dor, mas nem por isso não foi amor meu filho. Obrigada Mateus por me ensinar que sempre posso ser mais forte e mais compreensível do que fui e que sempre é tempo de aprender. Reconheço-me muito nas tuas idas e vindas do humor ao mau humor e isso sempre relembra quem eu fui. O que são os filhos, que não um pedacinho de nós em algum tempo perdido da vida. Amo-Te Teus, nossos dias serão melhores.

Ao pedacinho de mim que habita os meus dias e veio ao mundo para me dar a lição mais cara e complexa da vida, minha Sofia. Das ruínas você me trouxe de volta, e como a fênix me fez ressurgir e ser outra, ser Mãe e ser mulher. Com você erreí menos, mas também erreí, mas sabes que foi tentando acertar, tu sabes, por que mesmo nessa pequena idade me conheces mais que ninguém. Como o nome mesmo remete, minha Sabedoria, minha Sofia,

obrigada minha pequena gigante por me mostrar como eu posso superar tudo aquilo que vivi e que isso me trouxe dores, mas também, me ensinaram como fazer contigo nos desafios que encontramos nessa nossa caminhada. Como eu amo me ver em você e como eu aprendo com você nesses anos de intensa aprendizagem qual vivemos. Obrigada Sofia, quando fores maior saberá perfeitamente de minhas palavras e do meu Amor por você.

À minha Mãe Dirce Maria Barbosa de Queiroz, o meu mais profundo Amor e respeito, sem tua luta e Amor nem ao mundo terias vindo, para estes dias de glória as lutas foram essenciais, e a primeira luta aquela ligada à minha vida e nascimento são para mim o mais puro ato de coragem e amor que se pode ter por alguém. Obrigada também por ter me proporcionado e possibilitado a alegria de me dedicar às maravilhas e loucuras da escrita neste período de mestrado e por sempre ter acreditado em mim. Mãe sem você eu não seria nada e com você eu posso ser quem eu busco ser. Amo-Te infinitamente, obrigada por perseverar em mim e por mim nesta caminhada chamada vida.

Ao meu lindo, companheiro, amigo e amado irmão Anderson, o meu mais sincero obrigada. Meu Nego, só tenho a agradecer ao universo por tu seres quem tu és, e nesta caminhada da vida, em que eu nem sempre desempenhei o melhor e mais justo papel, você sempre esteve comigo e sempre me estendeu a mão, quando meu mundo ruía e o futuro me parecia impossível. Obrigada meu amor por ser sempre nossa fortaleza, nossa clareza e discernimento em frente ao desconhecido e principalmente ser nosso assessor financeiro... kkkkkkk. Amo-Te além desta e de outras vidas meu Nego.

Ao meu lindo e amado irmão Charles, obrigada por ter nos possibilitado nesta caminhada sermos irmãos que o tempo não tinha nos permitido, a distância e o tempo me ajudaram a te perceber como nunca o tinha feito e nestas percepções pude compreender quem de fato tu és. Obrigada meu irmão por sempre me ajudar quando preciso e por sempre me fazer repensar as coisas e as pessoas. Espero estar mais próxima de ti e que possamos buscar mais vezes possibilidades de nos reencontrar. Amo-Te Charlie Brown.

Ao meu Amado Companheiro, Amante, Amigo, Namorado, e também Tormento, meu Mi, foste meu amigo e fiel escudeiro de todas as horas desta nossa aventura chamada Mestrados. Meu Amor fostes também, minhas pernas, meus braços e muitas vezes meu juízo quando tudo me faltava e faltou e a vida me parece impraticável. Obrigada meu Mi por ter sido neste tempo de mestrado minha fortaleza e também minha instabilidade em forma de querer. Obrigada por estar ao meu lado e sempre me apoiado e nunca ter me deixado desanimar e desistir diante dos infortúnios abrolhados pelas efemeridades produzidas pela

vida. Obrigada por ter me ensinado o caminho da escuta e do silêncio quando as palavras não faziam mais sentido. Obrigada Mi Macedo por inúmeras vezes me retirar em meio do caos e me ajudar a reconectar comigo, com minha ancestralidade e com a natureza nas cachoeiras e trilhas da vida e de Cáceres. Obrigada por seres quem és e por não desistir de mim e de minhas loucas divagações vividas, pensadas e até mesmo arquitetadas pela bipolaridade da minha mente. Amo-Te Mi, por que você me ensinou de fato o que significa o Amor e como ele pode nos salvar de nós mesmos. Amo-te por seres quem és e não aquilo que tentei que fosses. Amo-te meu Amor.

E por último e o mais importante, agradeço ao grande homem da minha vida, meu Pai Dorival (Em memória). Pai, o senhor me acolheu como filha, me propiciou possibilidades que jamais me seriam possíveis, o senhor plantou a semente do Amor e da esperança em nossa família e hoje colhemos os frutos da sua dedicação e oportunizamos a nós aquilo que sonhaste e não pudes realizas em vida. Nós somos o senhor e o senhor está em nós para sempre. Amo-Te.

Agradeço à Vida e principalmente aos Amigos e os encontros que se produziram

Aos meus amigos da vida e da universidade dedico minha eterna gratidão: Albina, Ariele, Gil, Howenda, Jairo e Rosalia nunca poderão expressar em palavras o quanto sou grata e amo vocês. Obrigada por sonharem comigo este sonho do mestrado e neste tempo, nesta caminhada sempre estiveram comigo das formas que nos foi possível, mas sempre estivemos juntos. Vocês são os amigos que a Unemat de Juara me potencializou e espero somar com vocês por todo o sempre.

Aos encontros e aos Amigos que o PPGedu potencializou

Aos professores do **PPGedu/UNEMAT**, todos, todos sem quaisquer distinções, uns mais outros menos, mas todos vocês contribuíram grandemente na minha construção diária, enquanto aluna, professora, pesquisadora e principalmente enquanto ser humano. Obrigada!

Ao querido e atencioso Jonatas, o meu muito obrigada, que o universo lhe retribua todas as energias boas e o amor que você lançou neste nosso tempo de PPGedu.

Agradeço à professora Maria do Horto Salles Tiellet que para mim foi o maior encontro durante essa trajetória do mestrado. Obrigada pelos conselhos, pelo apoio, pela imensa ajuda em esta dissertação. És para mim poesia e bom vinho, inspiração e exemplo. Que o universo conspire por nós e possamos ter muitos encontros nessa trajetória chamada vida!

Agradeço ao querido professor Peripolli que aceitou esse desafio desta pesquisa e orientação no segundo tempo da caminhada do mestrado. Obrigada professor pela paciência e pela confiança.

Agradeço também ao professor Dr Fábio José Bechara Sanchez pela ajuda e compreensão para com esta pesquisa, pelos apontamentos e sugestões no caminhar e na conclusão desta dissertação.

As colegas e amigas de turma, Elina e Edileuza que são exemplos de mulheres de pessoas com quem pude dividir momentos e disciplinas, agradecem o compartilhamento e as inúmeras ajudas no decorrer da caminhada, à vocês, o meu muito obrigada.

Kassia minha Amiga ExtraOrdinária, obrigada por me ver em você e assim me fazer repensar quem eu sou e quem eu quero ser. Eu aprendo muito com a sua luta e com a sua alegria e forma de ver a vida. Obrigada minha amada!

Wallace meu amigo ordinário preferido, nosso encontro foi o mais colorido e animado nestes anos de Cáceres. Obrigada por me ajudar e me fazer ver como somos e quem somos no ordenamento da vida.

Lácio meu amigo responsável e querido, agradeço ao mestrado por ter me apresentado à uma pessoa tão amiga, batalhadora e responsável. Espelho-me na tua força e coragem. Obrigada meu Amigo.

Lucinalda minha amiga, que no final de tudo e de todos pude conhecer e identificar-me nas construções diárias da luta para a conclusão do mestrado. Lu, obrigada por ser essa parceira e amiga, por ter sido ouvido e olhos em momentos essenciais da caminhada e dos desafios, muitas vezes a solidão e desesperança quis me derrubar, mas pude contar contigo e com suas palavras de amor e carinho. Obrigada Amor.

Aos Agricultores Associados à COOPERNONTE,

Não tenho palavras para expressar a gratidão que tenho por vocês. O sonho de vocês também é o meu sonho, e isso tenho claro desde o primeiro dia junto a vocês. Enquanto sonharmos juntos, lutarmos juntos e esperarmos juntos ainda restará esperança para à COOPERNONTE.

Eu tenho um sonho e por enquanto não acho nada que caiba em mim e no meu sonho. Eu tenho um sonho e ainda hoje o meu sonho ainda se faz sonho. Eu tenho um sonho e cada vez mais o meu sonho me parece impossível. Eu tenho um sonho, mas por hora, preciso trabalhar e parar de sonhar e trabalhar para concretizar o sonho. Eu tenho sonho que o trabalho nos faça compreender a vida e a vida nos faça compreender o trabalho. (Ana Paula Barbosa, 2018).

RESUMO

O presente trabalho busca estabelecer uma discussão sobre as relações situadas entre trabalho, educação, cooperativismo e os processos formativos no contexto de um Empreendimento Econômico Solidário constituído por agricultores associados a uma cooperativa e a influência nas tomadas de decisão dentro do ambiente de trabalho, verificando se estas se fundamentam nos conceitos de cooperativismo vivenciados e na compressão a relação entre a forma de trabalho com os processos educacionais e as possibilidades de emancipação humana. Processos formativos decorrente de uma educação não-formal como instigadora no processo de economia solidária na gestão coletiva de suas comunidades, a partir da conjectura de formação desses agricultores que devem se pautar nos princípios da autogestão, democracia, associativismo, mutualismo e cooperação no trabalho. Esta pesquisa será desenvolvida no município de Novo Horizonte do Norte, localizado a 670 Km da capital do estado, no extremo norte do Estado de Mato Grosso. Os sujeitos alvos desta pesquisa são os agricultores familiares associados à Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte de Norte – MT (COOPERNONTE). A busca por compreender os aspectos da formação inicial desses agricultores associados a uma cooperativa e a influência nas tomadas de decisão dentro do ambiente de trabalho, verificando se estas se fundamentam nos conceitos de cooperativismo vivenciados. A estrutura da dissertação de organiza na compreensão de emancipação por meio dos processos educativos, onde a discussão sobre o trabalho, os processos educativos e a realidade empírica se entrelaçam numa problematização sobre as possibilidades de emancipação por meio do trabalho, da Educação Popular e da Economia Solidária são possíveis de serem compreendidos por meio da experiência da COOPERNONTE. Assim, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa com um estudo de caso de organizações numa perspectiva histórica, com análise bibliográfica e de fonte documental para maior embasamento teórico sobre o Trabalho, a Educação Popular, o Cooperativismo, Associativismo, investigando como se configuram e reconfiguram os modos de produção e reprodução das forças de trabalho que se vinculam neste ambiente de associativismo dado por um empreendimento cooperativo.

Palavras-Chave: Educação. Trabalho. Cooperativismo. Economia Solidária Aspectos Formativos.

ABSTRACT

The present work seeks to establish a discussion about the relations between work, education, cooperativism and the formative processes in the context of a Solidarity Economic Enterprise constituted by farmers associated to a cooperative and the influence in the decision making within the work environment, verifying if these are based on the concepts of cooperativism experienced and on the relationship between the way of working with educational processes and the possibilities of human emancipation. Formative processes resulting from a non-formal education as an instigator in the process of solidarity economy in the collective management of their communities, based on the conjecture of training of these farmers that must be based on the principles of self-management, democracy, associativism, mutualism and cooperation in work. This research will be developed in the municipality of Novo Horizonte do Norte, located 670 km from the state capital, in the extreme north of the State of Mato Grosso. The subjects targeted by this research are the family farmers associated to the Cooperativa Mista Agropecuária of Novo Horizonte de Norte - MT (COOPERNONTE). The search for understanding the aspects of the initial formation of these farmers associated to a cooperative and the influence on the decision making within the working environment, verifying if these are based on the concepts of cooperativism experienced. The structure of the dissertation organizes in the understanding of emancipation through the educational processes, where the discussion about the work, the educational processes and the empirical reality are intertwined in a problematization about the possibilities of emancipation through work, Popular Education and Economy Solidarity are possible to be understood through the experience of COOPERNONTE. Thus, this study is characterized as a qualitative research with a case study of organizations in a historical perspective, with bibliographical analysis and documentary source for a more theoretical basis on Work, Popular Education, Cooperativism, Associativism, investigating how they are configured and reconfigure the modes of production and reproduction of the labor forces that are linked in this environment of associativism given by a cooperative enterprise.

Keywords: Education. Job. Cooperativism. Solidary Economy. Formative Aspects.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONOMALI - Colonizado pela empresa Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A

COOPERNONTE - Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte de Norte

DRS - Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESA - Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos

IMAGROL - Imobiliária de Mato Grosso

INCRA - O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITCP – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

JUCEMAT – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG - Organização Não Governamental

PPGEdu - Programa de Pós-Graduação em Educação

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública

UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados do Município de Novo horizonte do Norte.....	111
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-- Aproximações conceituais da Educação popular	89
Quadro 2- Perfil dos cooperados.....	131

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 - Mapa de localização da cidade de Novo Horizonte do Norte.....	115
Figuras 2 - Imagem de satélite da Cidade de Novo Horizonte do Norte	116
Figuras 3- Imagem de satélite da Sede da COOPERNONTE	117
Figuras 4- Mapa de localização do Vale do Arinos MT.....	126

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Contextualizando a pesquisa	19
1.2 A construção dos caminhos percorridos e a materialidade da pesquisa	26
1.3 Como organizamos as seções da dissertação	35
1.4 Como organizamos as seções da dissertação	32
2. VIDA É TRABALHO	35
2.1 Compreensões e historicidade do mundo do trabalho	35
2.2 O trabalho: outras possibilidades, novos ideais	56
2.3 Trabalho como princípio educativo: as potencialidades de produção, reprodução e transformação das condições materiais sócio-históricas objetivas e da natureza humana	62
2.4 Trabalho associado e Economia solidária e nos processos formativos	66
3. A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA PARA O TRABALHO	74
3.1 Educação popular: surgimento e definições	74
3.2 A educação popular nos contextos dos movimentos sociais e seu potencial emancipatório	88
3.3 Os sentidos da educação popular: o trabalho como liberdade no processo educativo	96
3.4 Educação popular e a cultura do trabalho associado	103
4. A PESQUISA E A COOPERNONTE	108
4.1 O trabalho de campo	108
4.1.1 O município de Novo Horizonte do Norte: sua contextualização e sistematização na possibilidade constitutiva da Coopernonte	110
4.2 A criação da Coopernonte: espaço de luta e de contradições	115
4.2.1 A dimensão característica da essência do cooperado da Coopernonte	129

4.2.2 A origem dos cooperados: algumas notas -----	130
4.2.3 A incubação da IESA : a busca por formação e superação da crise vivenciada -	132
4.3 As formas de se organizar o trabalho no espaço cooperativo: aproximações com a Coopernonte -----	136
4.4 O declínio da produção e o processo de falência da Coopernonte -----	142
94	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	147
4.7 O sonho da cooperativa o sonho da nossa gente: as aprendizagens provocadas pela ruptura da experiência -----	147
REFERÊNCIAS -----	152
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO REALIZADO JUNTO AOS MEMBROS DA COOPERNONTE -----	159
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES ASSOCIADOS DA COOPERNONTE -----	160

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualizando a pesquisa

*É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar;
[...] Esperar é se levantar,
esperar é ir atrás,
esperar é construir,
esperar é não desistir!
Esperar é levar adiante,
esperar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...
(Paulo Freire)*

A educação popular como espaço de luta e de alternativas de se produzir a vida, se faz oriunda dos movimentos sociais, onde a reivindicação dos diferentes sujeitos pautada pela acomodação dos processos educativos construídos nos espaços de trabalho. Nesses espaços de produção de saberes entre pessoas, que comungam de objetivos e identidades comuns, intercedidos por aprendizados organizativos e discursivos onde todos são sujeitos do mesmo processo de busca por emancipação e autonomia. Isso porque, partimos da premissa de que ao mesmo tempo em que eu me modifico, também sou capaz de modificar os espaços onde me relaciono e interajo. Ao tempo que aprendo também sou capaz de ensinar. As táticas de luta e de preparo, as análises das circunstâncias, colaboram como dados metodológicos para uma educação política, para a busca de uma identidade social dos indivíduos e do coletivo.

A Educação Popular é um, dos inúmeros caminhos no qual os diversos e diferentes segmentos da sociedade se encontram para dialogarem sobre o seu contexto histórico, cultural, político e econômico do seu tempo histórico. Ela ajuda a definir maneiras de resistência ao modo de produção capitalista, de produção de uma sociedade desigual, na fomentação de inúmeras formas de reivindicar a promoção da dignidade humana, de se pensar os processos educativos e de produção de saberes populares.

Os sujeitos que compartilham objetivos e interesses ideológicos em comum criam nesse espaço de trabalho cooperativo um processo de identificação social e de representação, para organizar aprendizados decorrentes da experiência vivenciada nos espaços de produção. E nesse aspecto é que podemos entender a Educação Popular em relação dialética com a Economia Solidária. Essa nova dimensão do modo de produção capitalista propõe um novo conjunto de valores sóciometabólicos, o qual envolve a transformação de uma das

especificidades de se manifestar a relação de trabalho na conjuntura do mercado, e o seu impacto e influência sobre a forma de se estabelecer as relações sociais.

A Economia Solidária tem como proposta uma livre associação entre os trabalhadores, para que produzam coletivamente, e dividam os ganhos igualmente, para que todos envolvidos nesse processo possam obter as mesmas condições econômicas. Quando se destaca uma nova forma de produzir, e de como se produzir em nossa sociedade capitalista, isso implica em pensarmos em novas formas de se educar, pois o trabalho tanto como atividade humana de produção da vida quanto de produção econômica, ele têm o seu caráter educativo, e explicita novos meios de relacionar socialmente.

A Educação Popular e a Economia Solidária caminham lado a lado, e se tornaram importantes ferramentas de transformações socioculturais. Após explicitar a unidade estabelecida entre os dois principais elementos que constituem a base desse estudo teórico-científico, se faz necessário discorrer sobre o fenômeno investigado, para evidenciar como esta unidade o compõe e como este elemento nos conduz a problematização que foi geradora da pesquisa. O fenômeno circunscrito neste trabalho é formado pela relação entre Educação popular e a Economia Solidária, pois debate sobre a forma específica do trabalho associado e os seus aspectos formativos, num ambiente de cooperativa.

Nessa dinâmica complexa de um ambiente cooperativo, pode-se investigar como os sujeitos produtores do fenômeno fomentaram a prática da autogestão tendo como referência dois eixos: o primeiro eixo concerne sob a transformação sociocultural, ou seja, seus impactos no estabelecimento de novas relações de trabalho, de fomento e incentivo ao processo decisório coletivo, do protagonismo social, o cuidado coletivo, com ações de distribuição dos rendimentos, e o segundo como formativo, pois instiga os sujeitos a refletirem sobre as suas condições históricas e objetivas. Isso porque, partimos da premissa de que ao mesmo tempo em que eu me modifico, também sou capaz de modificar os espaços onde me relaciono e interajo. Conforme se aprende também se torna capaz de ensinar.

A Educação Popular tem responsabilidade de não se limitar à formação técnica ou de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. A Educação Popular tem em sua essência o compromisso de sensibilizar e mobilizar os sujeitos para que elevem o seu nível de consciência social, saindo de um movimento da consciência comum, até alcançar uma consciência crítica-reflexiva.

Para Singer (2003), que conceitua a economia solidária como a organização de produtores, consumidores e poupadores, que se distinguem por duas especificidades:

estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase nos mais desfavorecidos, sendo a cooperativa uma das formas clássicas desta espécie de empreendimento.

Nessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre o processo de Educação Popular e Economia Solidária, visto que as relações que estes sujeitos estabelecem entre si e com a natureza, suas definições de trabalho e suas percepções desta que vem se modificando com o passar dos tempos e são elementos construtores de sua história.

Conforme aponta Santos (2002), frente ao avanço do neoliberalismo, onde a tendência da precarização do trabalho, as ações de terceirização, modificação das leis trabalhistas e transformação do mundo do trabalho, fazem-se necessário valorizar e cuidar dos projetos ligados ao associativismo, ao cooperativismo e à Economia popular, cujo cerne de ação é o resgate dos sujeitos e de suas relações de cooperação e solidariedade para além da lógica meramente capitalista.

A Educação Popular articulada aos preceitos definidos acima, é descrita por Gohn (2006, p. 28), destacando a educação crítica não-formal como “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Suas implicações esperadas são a conscientização, emancipação dos sujeitos e grupos, construção de conhecimento sobre o mundo e as relações sociais que os circundam. A educação crítica não-formal prepara os sujeitos para a vida e suas adversidades, dando-lhes condições de desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos e de luta para serem reconhecidos como sujeitos pertencentes ao processo social.

A Educação Popular atua no sentido da defesa dos direitos negados ou vilipendiados da sociedade, em sua disposição propõe o incremento de sociedade mais solidária e justa. É histórica a batalha de um projeto popular para a sociedade em que vivemos, ainda que seja uma alternativa ao modo “tradicional” deve ser o pilar central para a consciência e prática da transformação social.

A investigação que estabelecemos busca compreender a relação entre a forma de trabalho com os processos educacionais e as possibilidades de emancipação humana. A estrutura da dissertação de organiza na compreensão de emancipação por meio dos processos educativos, onde a discussão sobre o trabalho, os processos educativos e a realidade empírica se entrelaçam numa problematização sobre as possibilidades de emancipação por meio do

trabalho, da Educação Popular e da Economia Solidária são possíveis de serem compreendidos por meio da experiência da COOPERNONTE.

Deste modo, a pergunta central desta pesquisa busca compreender o potencial emancipatório da Economia Solidária como prática pedagógica estabelecida como princípio educativo de uma Educação Popular, onde a mesma se faz compreendida como a própria organização da ação democrática e igualitária nos espaços de tomada de decisão, que cria uma prática de autogestão, onde a Economia Solidária não se dá como fim, mas como resultado do ato pedagógico, como próprio meio ou caminho para a politização, para a emancipação. Assim, buscamos analisar até onde a Economia Solidária o Cooperativismo, o Associativismo se faz transformador e politizador da realidade daqueles que fizeram parte da experiência da COOPERNONTE.

No Brasil e no Estado de Mato Grosso existem inúmeras cooperativas compostas por agricultores familiares que buscam a sua emancipação por meio de empreendimentos cooperativos, porém, não seria possível realizar uma pesquisa em cenário tão amplo e diverso no prazo de dois anos, por esta razão fez-se um recorte no universo da pesquisa. Assim, optamos pela COOPERNONTE (Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte de Norte), não só por se tratar de uma Cooperativa da região do Vale do Arinos, mas também, por se tratar de um empreendimento que trouxe a pesquisa e extensão para os cotidianos da minha vivência enquanto professora¹ da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sempre digo que a história da COOPERNONTE. A história da COOPERNONTE sempre esteve ligada a minha até mesmo sem conhecê-la e ela já me conhecia, pois a história desses agricultores se interligam com a história da minha família, a história de meus avós que vieram para o Mato Grosso na década de setenta em busca da tão sonhada terra.

Desse modo a nossa escolha se dá em trabalhar com os agricultores associados à COOPERNONTE, uma cooperativa idealizada por agricultores associados que em sua maioria se dava em assentados de programas de assentamento da década de noventa do município de Novo Horizonte do Norte (MT) que sonharam em criar um empreendimento que possa minimizar as dificuldades encontradas na venda do leite que é o produto do trabalho em

¹ Início como professora nos cursos de Pedagogia e Administração no Campus de Juara na Universidade do Estado de Mato Grosso no segundo semestre de 2014. A partir desse momento busco integrar a universidade em sua totalidade e com isso participar ativamente dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, é nesse momento de entrada e participação nos grupos que compõe a universidade, que a situação da COOPERNONTE é problematizada na universidade e a partir dessa interlocução um projeto começa a ser delineado. Sobre a incubadora e dos projetos que surgem na tentativa de recuperar a COOPERNONTE trataremos nas seções subsequentes.

suas pequenas propriedades de terra. Por meio de ações coletivas os agricultores fundaram a COOPERNONTE e por meio dela criaram um laticínio para o beneficiamento e a venda dos produtos por eles industrializados.

A pesquisa em pauta é de abordagem qualitativa, descritiva do tipo estudo de caso, mais precisamente um estudo de caso de organizações numa perspectiva histórica, que prima por compreender uma organização específica, como é o caso da COOPERNONTE, onde busca também traçar todo o seu desenvolvimento, desde o seu surgimento até a finalização das suas atividades produtivas, bem como as transformações que ocorreram em sua caminhada destes agricultores associados nos processos de produção vinculados a experiência deste empreendimento cooperativo, onde buscamos compreender como os processos educativos não-formais foram instigadores na formação desses agricultores, e se tiveram a pautaram nos princípios da autogestão, democracia, associativismo, e cooperativismo.

Dentro de uma abordagem qualitativa há uma troca que se faz eficaz, pois inter-relaciona “o mundo real e os sujeitos, isto é um vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Desse modo, numa compreensão melhor, o empenho do pesquisador não está focado apenas em quantificar um fenômeno, ou quantas vezes este aparece, e sim na qualidade em que esses fenômenos se apresentam (MINAYO, 1994), ou seja, de fato o significado do pôr quê das coisas acontecerem.

Ao buscar compreender os sujeitos da pesquisa e toda a subjetividade inerente a esse processo e partindo da problemática apresentamos como objetivo central da pesquisa analisar a dimensão emancipatória da Economia Solidária como prática pedagógica estabelecida como princípio educativo da Educação Popular na experiência da COOPERNONTE. Assim, para promover o delineamento dos caminhos teórico-metodológicos da pesquisa que ao longo das seções buscou-se atender aos seguintes objetivos específicos:

- ✓ Identificar os agricultores associados à COOPERNONTE, ou seja, suas origens e atuação na cooperativa;
- ✓ Compreender como se deram os processos formativos nos espaços de produção da COOPERNONTE;
- ✓ Avaliar como se deram as relações constitutivas e deliberativas na trajetória da COOPERNONTE;
- ✓ Demonstrar a compreensão dos agricultores associados sobre as experiências formativas e as relações entre trabalho e Educação Popular no interior da cooperativa.

As formas como a COOPERNONTE se organizou e reorganizou ao longo do período em que suas atividades se iniciaram e até o momento da finalização de todas as suas atividades de produção. Investigar como foi seu surgimento, que elementos histórico, social, econômico estão ligados o seu criação, bem como se deram suas transformações ao longo de sua caminhada nos processos de produção e nos seus espaços de atuação, buscou-se também demonstrar como se encontra atualmente a cooperativa e a compreensão dos seus associados sobre as experiências formativas que a mesma constituiu.

Tendo como resultado a sistematização de um estudo teórico-científico que sirva de material de pesquisa tanto para os sujeitos da cooperativa analisada, como para a sociedade como um todo e para os grupos de pesquisa e extensão das universidades. Este conhecimento sistematizado ele precisa retornar aos próprios sujeitos da pesquisa, e pode servir de base para outros sujeitos que estejam em processos formativos semelhantes vinculados as cooperativas.

Espaços estes, que foram marginalizados e que por muito tempo vem sendo incorporados e justificados nos berços da exclusão de uma sociedade hegemônica e desigual. Essa luta se faz pela formação de sujeitos que possam transformar sua realidade na busca de direitos e que estas estejam condizentes com as necessidades dos trabalhadores.

Assim, esta pesquisa se dá na tentativa de compreender a importância da formação voltada para a emancipação destes grupos de trabalhadores, quais pertencem os agricultores associados á COOPERNONTE. A COOPERNONTE, apesar de suas limitações financeiras e formativas, se constrói como lócus de produção de Tecnologias Sociais que se dão em técnicas, métodos que buscam solucionar problemas sociais que primem por atender as precárias situações em que vivem os mais diferentes sujeitos, as tecnologias sociais se utilizam de metodologias simples, de baixo custo, de fácil aplicação e replicação e principalmente visando o e impacto social.

. Por meio desses processos formativos e práticas que vão ao encontro de uma formação consciente e condizente com uma realidade do trabalho que necessita de transformação que se faz num processo contínuo de aprendizagem em autogestão e práticas de cidadania e educação. Assim, estes processos formativos pensados pelo trabalho e sua manutenção na sociedade, é central quando pensamos em trabalhar com empreendimentos econômicos solidários que são foco do projeto desenvolvido no Campus de Juara com a Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do

Arinos – IESA². É nesse método de disposição de troca de saberes que se dá a construção dos conhecimentos populares e se configura as práticas formativa pautadas na emancipação de seus sujeitos e orientada pelas Tecnologias Sociais.

É, nesse diálogo não linear e horizontal entre a Educação Popular, a Economia Solidária e o Trabalho que aprendemos e reaprendemos numa troca de experiências entre os agricultores cooperados e os sujeitos pesquisadores. É nesse método de disposição de troca de saberes que se dá a construção dos conhecimentos populares e se configura as práticas de Tecnologia Social e na nossa tentativa de evidenciar as diferentes ecologias de saberes pertencentes a estes grupos de trabalhadores associados neste processo cooperativo de beneficiamento leiteiro.

As discussões trazidas nessa pesquisa poderão resultar em ações e projetos que colaborarão com a ampliação dos processos de formação voltados para a autogestão, comércio justos, práticas solidárias de economia dentre outros aspectos que se conjecturam neste processo de educação pautado em Tecnologias Sociais primadas por práticas sustentáveis e solidárias. Nossa concepção sobre a educação objetiva uma compreensão de educação de base popular, que se constitui como um processo que pode colaborar para humanização dos seus sujeitos, e ao passo que aprofundamos a sua subjetividade pode situá-la enquanto elemento essencial para a emancipação de toda uma coletividade. Busca-se, neste sentido, estabelecer uma vinculação entre a Educação Popular, Economia Solidária e o trabalho como elementos centrais para a formação do homem, que busca situar o trabalho educativo como possibilidade de contribuição com a formação humana possibilitada nos espaços de produção.

Como produto final esta pesquisa vislumbra possibilidades de reflexões e compreensões sobre o papel dos diferentes sujeitos, da sociedade, da universidade, do Estado no compromisso em construir novas possibilidades de trabalho, que não seja só aquelas propiciadas pelos espaços formais e tradicionais fomentado por um estado capitalista hegemônico, evidenciando assim outras possibilidades e conjecturando novos ideais e novas formas de se viver e conviver em sociedade. Contribuirá também com outras pesquisas sobre o tema, pois se constituirá em outras informações em outros espaços com outros sujeitos,

² IESA - Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos, a IESA surge nos momentos de discussão e elaboração de um projeto de pesquisa e extensão que envolviam os professores do curso de Pedagogia e Administração da Universidade do Estrado de Mato Grosso, campus de Juara, onde me inseri enquanto professora e pesquisadora, mas sobre a IESA trataremos de forma mais específica na Secção quarta desta dissertação.

evidenciando assim a enorme gama de ecologias de saberes presentes em nosso país, estado, município e comunidade local.

1.2 A construção dos caminhos percorridos e a materialidade da pesquisa

. A base metodológica desta pesquisa ancora-se na Educação Popular e para uma melhor compreensão sobre esta metodologia de pesquisa Brandão (2006), nos fala que esta é uma modalidade de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares Esta pesquisa foi desenvolvida no município de Novo Horizonte do Norte, localizado no norte do Estado de Mato Grosso, tendo como sujeitos pesquisados, os agricultores familiares associados à COOPERNONTE. Essa pesquisa configura-se como um Estudo De Caso, pois trata de um objeto específico que é resultado das práticas de emancipação produzidas no âmbito da COOPERNONTE. Estudo de caso que se dá na observação minuciosa, de um contexto específico, de sujeitos específicos, com subjetividades específicas, onde os elementos históricos se dão como condicionante de todas as ações e reações vislumbradas nos espaços de coletividade.

O estudo de caso compreende três etapas: a delimitação e definição do objeto investigado, a coleta de dados, e a análise dos dados obtidos, de forma a apreender a especificidade do fenômeno para poder dizer qual é a sua essência. Segundo Yin (2010, p. 24) ele assegura que, o Estudo De Caso “é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionadas”. Podemos conectar o estudo de caso à abordagem interpretativa, ao passo que o pesquisador busca apreender e compreender os diversos significados que os sujeitos atribuem às suas ações reações num espaço de coletividade.

Ao afirmarmos esta pesquisa como estudo de caso buscamos compreender e especificar melhor a característica deste estudo de caso, onde o mesmo melhor se define pela natureza subjetiva dos elementos, os traços históricos e organizacionais como condicionantes deste processo. Assim buscamos em Bogdan e Bilken (1994) uma melhor conceituação sobre os tipos de estudo de caso e qual se adequaria melhor ao universo que seria pesquisado. Dessa forma optamos por um Estudo de Caso de Organizações numa Perspectiva Histórica, pois os elementos inerentes a constituição histórica deste empreendimento, suas características organizacionais que podemos conceituar esse tipo de estudo como:

Estes estudos incidem sobre uma organização específica, ao longo de um período determinado de tempo, relatando o seu desenvolvimento. Por exemplo, pode efectuar o estudo de uma determinada "escola aberta", investigando como se deu o seu aparecimento, como decorreu o seu primeiro ano, que modificações se operaram ao longo do tempo, como se encontra actualmente (se ainda se encontra em funcionamento) ou as razões pelas quais foi encerrada. O seu estudo irá basear-se em entrevistas com pessoas que tenham estado relacionadas Com a organização, na observação da escola e nos registos escritos existentes. Se é sua intenção efectuar este tipo de estudo, faça alguma investigação preliminar, no sentido de se informar quais as pessoas disponíveis para entrevistar e sobre os documentos que foram preservados. Muitas vezes, este tipo de estudos não pode efectuar-se, unicamente, porque as fontes de informação são insuficientes para realizar um trabalho minimamente aceitável. A constatação, na fase inicial do seu inventário de pessoas e documentos, de que existe material suficiente fornece-lhe não só um ponto de partida como um plano para a sua recolha de dados (BOGDAN E BILKEN, 1994, p.90).

Ao delimitar o tipo de estudo de caso e quais elementos que incidem sobre o mesmo, buscamos estabelecer quais seriam os critérios de escolha para os sujeitos da pesquisa agricultores associados que fizeram parte da mobilização e luta pela constituição da cooperativa, bem como participou das inúmeras discussões para torna-la possível, outro critério se deu ao buscar os agricultores associados que tivessem o maior tempo de associação e que sem mantém ligado a cooperativa mesmo após o encerramento de suas atividades. Nosso critério foi se modificando ao iniciarmos a empiria, pois as recusas de uma grande maioria dos agricultores associados à COOPERNONTE que foram procurados se recusaram a dar entrevista e a tocar nesse assunto. Assim modificamos os nossos critérios de seleção, pois apenas quatro agricultores que estiveram à frente da cooperativa e também se configuram como atores centrais na constituição da mesma sinalizaram a participação na pesquisa, desse modo buscamos entre os inúmeros cooperados mais três associados que estavam ligados à cooperativa, mas tinham um tempo de atividade menor.

No início tínhamos a ideia de trabalharmos com dez (10) agricultores associados, mas com a recusa em participar da pesquisa conseguimos trabalhar com um universo de sete (07) agricultores associados. De tal modo nesta pesquisa o grupo pesquisado foi composto sete (07) agricultores associados à COOPERNONTE, e estes foram renomeados com nomes de árvores características da Bacia Amazônica, qual o Vale do Arinos fazem parte e também os sujeitos e a sua renomeação se dão pelas características singulares de cada árvore. Assim serão chamados de: Aroeira, Cerejeira, Castanheira, Jatobá, Mogno, Peroba e Jacarandá. O critério de seleção á princípio se deu pela atuação e participação na cooperativa,

. Os entrevistados assinaram o Termo de Livre Esclarecido (TCLE's) que consta no projeto e que foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), com o número de parecer

de 2.290.791 aprovado em vinte um de setembro de dois mil e dezoito. Após a coleta dos dados, que foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada, os mesmos foram sistematizados e categorizados para análise.

A necessidade de ouvir esses agricultores associados neste empreendimento cooperativo aconteceu por acreditarmos que estes cooperaram na compreensão de todas as problemáticas estabelecidas pelo modo de produção capitalista. As experiências vivenciadas neste ambiente de produção da COOPERNONTE, que de certa forma pensaram a produção baseada na mobilização e organização da cooperativa, para que a mesma produzisse subsídios econômicos para a emancipação dos agricultores associados ao empreendimento. Com a inserção da incubadora na cooperativa buscou-se uma formação por meio do trabalho e fundamentada na autogestão, cooperação, participação e solidariedade.

Como primeiro instrumento desta pesquisa optou-se por uma observação não participante, pois o tempo de início da pesquisa não nos propiciou participar dos processos formativos constitutivos da tentativa de retomada da produção. Ao escolhermos uma observação não participante, nos pautamos na compreensão que a pesquisadora observa os sujeitos e suas falas sem participar da mesma. A observação não participante também pode ser conhecida como uma observação simples, onde o pesquisador permanece longe do objeto a ser investigado, configurando-se mais como a plateia do objeto observado (GIL, 2008). Na observação não participante, o pesquisador/observador não está abertamente entrelaçado na situação que será analisada e principalmente não se relaciona com objeto da observação. Neste tipo de observação, percebe a conjuntura como de fato ela realmente ocorre.

A ideia de se fazer essa pesquisa, surge da empiria construída por meio da Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos – IESA, onde a minha participação enquanto pesquisadora. Assim, na participação destes momentos formativos dos agricultores familiares associados à COOPERNONTE nesse processo de Incubação que a cooperativa recebeu, foi o ponta pé inicial para esta pesquisa começar a se desenhar.

A IESA começou o seu processo de incubação na COOPERNONTE no mês de junho de 2015, nos espaços que eram fornecidos pela diretoria e nos espaços pertencentes às várias comunidades dos assentamentos dos agricultores associados, a incubação até 12 de janeiro de 2017 com a conclusão do Relatório/Diagnóstico de viabilidade operacional da Cooperativa Mista Agropecuária Novo Horizonte – COOPERNONTE. Com o encerramento da Comissão Mista de Levantamento de Viabilidade Operacional da COOPERNONTE as atividades de

incubação se encontram parada desde então. Deste modo, por meio da Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos - IESA buscou ofertar instrumentos de formação que primassem pela inclusão econômico-social, pela democratização do acesso às condições dignas de produção das camadas populares que se encontram em processo de exclusão.

Assim, para a tessitura desta pesquisa procurou-se os agricultores associados à COOPERNONTE no mês agosto de 2017 na tentativa de dialogar com os associados para a compreensão da pesquisa e para detalhar como seria a pesquisa, a abordagem do problema percebido e principalmente em que se dava a sua finalidade, para que assim os mesmos aceitassem participar da pesquisa, tendo em vista que a mesma já se encontrava paralisada e em processo de recuperação judicial das dívidas e de seus devedores. Em novembro de 2017 voltamos à Novo Horizonte do Norte para colher os dados da pesquisa, fazer as entrevistas com os agricultores que aceitaram fazer parte da mesma. No mês de janeiro de 2018, novamente voltei á campo para sanar as dúvidas que ficaram sobre os dados obtidos com a entrevista realizada em novembro de 2017.

O segundo instrumento desta pesquisa para realizar a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, onde Triviños (1987, p. 152), onde o autor elucida que este modelo de entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...] além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.” com um roteiro semiestruturado, no qual continha questões³ essenciais para a compreensão da pesquisa e foi trabalhado com os sujeitos da pesquisa. A definição dessas dez questões iniciais serviu de base para desenvolver as entrevistas. Contudo, à medida que se fez necessário foram elaboradas novas questões a partir das respostas dos agricultores associados à COOPERNONTE. Ao organizarmos o roteiro de entrevista, estabelecemos questionamentos que perpassam o universo pessoal, profissional e educacional, com questões simples, claras e objetivas visando encontrar caminhos que evidenciassem as possíveis causas de dificuldades encontradas neste empreendimento desde a sua abertura até a atualidade.

Os agricultores associados à COOPERNONTE que aceitaram ser entrevistados foram bastante cooperativos e solícitos ao relatar por meio de uma entrevista semiestruturada todas as suas percepções e experiências construídas na trajetória deste empreendimento.

³ As questões que nortearam a pesquisa se encontro no apêndice desta dissertação.

Posteriormente a uma conversa informal de abordagem inicial sobre a permissão da entrevista, foi marcada na propriedade rural que é seu ambiente de trabalho e em dois casos a entrevista ocorreu na cidade, pois dois dos entrevistados não desempenha mais a função de agricultor e não possui mais propriedade no assentamento.

Nossa primeira intenção era conversar/entrevistar (10) agricultores associados, em princípio aqueles que estiveram à frente da direção e conselho fiscal da cooperativa nos anos iniciais e finais, mas por a mesma se encontrar em processo de liquidação bancária, onde as diretorias e os conselheiros fiscais estavam sendo notificados pelo ministério público para prestar esclarecimento. Hoje a COOPERNONTE passa por um processo de investigação do Ministério Público⁴ e uma tentativa de recuperação judicial por parte de seus credores e isso fez com que a maioria das pessoas que estiveram à frente da cooperativa se negasse a dar entrevista. Hoje muito diferente de antigamente as pessoas em Novo Horizonte do Norte quase não falam da cooperativa que tanto movimentou a cidade, e aqueles que falam em sua fala tem um tom de silenciamento.

.A análise de fonte documental oportunizou a descoberta dos objetivos iniciais e a finalidade da criação da COOPERNONTE, e se a cooperativa seguia os princípios da Economia Solidária, do trabalho associado, da Educação Popular, do Cooperativismo, do Associativismo e praticava a Autogestão. As categorias são espécie de gavetas que permitem a caracterização dos elementos que se materializam colaborando para além do olhar simples a análise do dado, mas se constitui por meio de um olhar carregado de inúmeras probabilidades, expandindo nossa apreensão sobre o fenômeno.

A documentação oficial referente à cooperativa também revela por meio de termos específicos de que forma era pensado, organizado e sistematizado os itens citados anteriormente. De acordo com Demo (2000, p. 21), ele nos esclarece que o método e sua sistematização estão interligadas as “práxis, ou seja, a prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não oculta sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico”. Há na pesquisa em si um componente político que possibilitou discutir a importância do processo de investigação tendo por perspectiva a compreensão da realidade social analisada.

As análises dos dados foram feita a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, onde as categorias da dialética privilegiam as experiências, as práticas, os processos

⁴ Procuramos o ministério público, mas não tivemos acesso aos documentos, pois o processo corre em segredo de justiça, para preservar a identidade dos denunciantes e também dos investigados.

históricos que constituíram a nos permitiu abarcar com clareza as transcrições das falas dos sujeitos respondentes desta pesquisa. Ao discutir as análises de forma contextualizada podemos desvendar o conflito das interpretações, onde o conflito de interesses se inter-relaciona do todo com as partes. Assim, ao elegermos determinadas categorias para a construção da compreensão dos dados, categorias estas que se formaram na ação da construção e reconstrução históricas do conhecimento e das práticas sociais que são inerentes da humanidade.

Ao elegermos o método implica uma perspectiva, do sujeito pesquisador, que o permita extrair do objeto as suas múltiplas determinações, que acontece conforme se avança no estudo. Além do mais, o materialismo histórico dialético estabelecido na compreensão em Marx se faz indissociável da teoria, dessa forma se faz impossível analisar o método sem a referência teórica e a sua colocação na realidade investigada. Ao buscar a constituição dos problemas desvelados nos espaços de coletividade da COOPERNONTE e sua alteração das relações sociais, onde nos pautamos em perceber as transformações e os reflexos nas necessidades materiais e simbólicas dos associados.

Ao observamos as categorias da dialética na Lei da Passagem, que transita na percepção da quantidade para a qualidade, a Lei da Contradição onde os opostos estão em interação permanente evidenciando os diferentes sujeitos e os antagonismos de ideias que constituíram a cooperativa e seus espaços de produção. Contradição esta entendida como fonte genuína dos movimentos, devido à contínua transformação da sociedade, da modificação e dos fenômenos que numa fase de transição do capitalismo se caracterizou como desorganizada e culminou na finalização das atividades de produção.

Ao analisarmos falas dos sujeitos da pesquisa foram organizadas em de acordo com as bases conceituais elencadas no corpo do trabalho. Deste modo as percepções trazidas pelos sujeitos entrevistados nos permitem apreender naquilo que os sujeitos têm de singular e característico. A partir das bases conceituais podemos fazer uma análise e uma exposição local característica das situações vivenciadas pela COOPERNONTE onde o materialismo histórico dialético nos ajuda a compreender o método como:

Na perspectiva materialista histórica, o método esta vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede o método. Este constitui-se em uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais (FRIGOTTO, 2010. p. 84).

As compreensões das contradições encontradas nos permitem analisar os dados numa apreensão que assegure que a concepção e as percepções se de em maior profundidade dos fenômenos que estão em voga. Tendo em vista a vida material desses sujeitos e suas experiências de vida, a construção do conhecimento mantém uma relação direta com a forma pela qual interpretam o mundo. Suas experiências vividas, percebidas e modificadas são fontes históricas para a análise de sua formação. Para Thompson (1981) ao definir experiência o autor nos define que:

A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida (THOMPSON, 1981, p. 112).

Assim esse conceito de “experiência”, portanto, confirma que as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre as vidas das pessoas, sobre suas trajetórias, a partir do momento em que essas adquirem determinada consciência social que pode ser verificada pelo ser social. Tendo em vista que a educação popular em consonância com a economia solidária através do seu público que aqui retratamos como agricultores associados a um sistema cooperativo que em nosso entendimento fazem parte de uma população economicamente ativa.

1.3 Como organizamos as seções da dissertação

Na tentativa por melhor englobar a temática abordada, o presente estudo, organizamos a dissertação a partir de três seções que buscam se relacionar entre si, também estabelecemos na escrita à retomada de conceitos e discussões que foram trazidas anteriormente em outras seções. Ao almejarmos o ideário de trabalho pautado pelo sentido emancipatório vinculado ao projeto histórico do bem coletivo e na medida em que se aproxime da dimensão ontológica e se afaste da dimensão alienada. Assim, o trabalho, enquanto berço de contradições, ainda se constitui como sinônimo de liberdade, de assimilação ou contraposição cultural, de práxis sobre a realidade dominante, de presença do homem no mundo e com o mundo. Por entendermos que muitas vezes as teorias e conceitos abordados se entrecruzaram nas seções apresentadas. Na primeira seção da dissertação trazemos uma discussão com respeito ao trabalho e a suas correlações com a educação, onde buscamos compreender quais aspectos do trabalho mensurado pela educação se encontram pautados assim discorreremos nesta seção todos os aspectos que se relacionam ao trabalho e os dados da empiria.

Na segunda seção trabalharemos a contextualização da Educação Popular como objetivo central da pesquisa buscando compreender como a Educação Popular pautada nos movimentos sociais, possibilita o intercruzamento entre a Economia Solidária e o trabalho como princípio educativo evidenciando os pontos de convergências. Discorreremos diversos aspectos sociais vinculados a, onde e os mais diversos sujeitos e as variadas identidades possibilitam a evidenciação de elementos singulares para a construção de identidades coletivas plurais e comuns ao mesmo tempo, por meio da experiência da COOPERNONTE das diversas camadas populares.

Para tanto, foi necessário discorrer sobre qual tipo de Educação Popular se faz nos cotidianos das relações humanas, suas origens e os seus significados atribuídos na contemporaneidade e principalmente suas ações na busca pela emancipação e politização humana. Deste modo ao dissertar sobre a Educação Popular vinculada à formação humana em conformidade com o método de investigação utilizado, que englobam ideia sobre as possibilidades do trabalho e do seu princípio educativo. Pensar então no desafio de uma Educação Popular por meio de práxis voltada na busca por transformação social. Na busca de consolidar o desafio da construção de um novo ethos cultural que privilegie as discussões acerca dos novos desafios, que viabilize a construção de um novo ordenamento social, de um outro modo de vida.

Ao finalizarmos esta a 3ª seção buscaremos tratar das relações trazidas pelos materiais coletados correlacionados entre trabalho e educação num ambiente que vivenciou o cooperativismo por um determinado momento sócio-histórico. Perceber as experiências primadas por meio do experimento de um trabalho socioproductivo vivenciado na COOPERNONTE. À medida que vamos identificando e delineando o imaginário real, de quem foi este associado que sonhou o sonho do cooperativismo, do trabalho justo e da formação de e para o trabalho.

Ao tentarmos apreender como estes cooperados aprenderam e resignificaram a sua prática pelo e para a prática vivenciada neste empreendimento cooperativo. Entender quais foram os desafios vivenciados no cotidiano da cooperativa e nas relações subjugadas por este processo, puderam influenciar ou decidir para o fechamento do empreendimento da COOPERNONTE, bem como todas as dívidas acumuladas na tentativa de fazer acontecer este sonho da cooperativa, que era o sonho da nossa gente.

Assim ao pensar nas contribuições de Mészáros (2010), entendemos que é pelo trabalho que ocorre a apropriação ativa dos meios culturais, intelectuais, sociais, políticos que

estão intimamente vinculado às relações estabelecidas no mundo do trabalho, tornando emergencial pensar noutras possibilidades de trabalho, distantes destas estabelecidas pelo capital.

2 VIDA É TRABALHO

*Fica decretado que agora vale a verdade,
Que agora vale a vida,
E que de mãos dadas,
Trabalharemos todos pela vida verdadeira...
(Thiago de Mello, Os Estatutos do Homem)*

2.1 Compreensões e historicidade do mundo do trabalho

No materialismo histórico trabalho, a vida produtiva, é a vida dos homens. Entendemos que é por meio do trabalho que os homens operam sobre o mundo, transformando-o e se transformando de acordo com as suas necessidades, assim, se situa como sujeito histórico mediador do seu processo de interação com o meio e os outros homens (Vázquez, 1968, p.38). Pensando numa outra possibilidade das relações de trabalho, onde compreendemos que a concepção Hegeliana evidencia que, o trabalho é uma relação peculiar entre homens e os objetos, na qual se unem o subjetivo e o objetivo, o particular e o geral, e que se concretiza por meio dos instrumentos de trabalho, sendo esses mediadores entre o homem e a natureza.

Diante dessa compreensão de o trabalho que muitas vezes se confunde com um processo de transformação, pois, no que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, além do que, a ele, revela-se a relação social existente em que se dá sua produção. Por decorrência, é que, do emprego dos instrumentos de trabalho, é que se constrói e reconstrói a relação dos homens com outros homens e destes com a natureza.

Na concepção Marx (1983), o homem é o primeiro ser que se apoderou de certa liberdade de movimentos em relação à natureza. Por meio de seus instintos e de suas forças físicas, o homem se utiliza da natureza, condiciona o comportamento dos animais, caracterizando novas possibilidades de sobrevivência. Mas, mesmo assim o homem, através de seu trabalho, alcançou a dominação de grande parte das forças da natureza pondo-as a seu serviço e suas necessidades concretas e imediatas.

Pensar nestes conceitos estabelecidos por Marx (1983), onde os princípios mais particulares do ser humano se estabelecem por meio do e no trabalho, pois é por meio destes processos de produção que o homem se transforma e transforma a natureza, visto que,

conhecendo a sua própria natureza e as necessidades surgidas nos diferentes meios, o homem busca transformar a natureza para que esta lhe seja menos agressiva à sua sobrevivência e de sua espécie. Deste modo, é no trabalho que o homem se relaciona com outros homens, produz e reproduz objetos para suprir suas necessidades, estabelece modos de vida para a sua vida em sociedade e aprimora ou adquire novas potencialidades e capacidades de interação, enfim se socializa. Nas palavras de Marx (1996): “Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1996, p. 165).

De tal modo, o homem é aquilo que transforma o que ele faz e a com a sua relação entre si e natureza e os outros indivíduos dos quais depende numa relação social, logo, das concretas e possíveis condições materiais e imateriais e principalmente das formas de como os homens se relacionam nos processos sociais e no processo de produção é que determinam as suas atividades socioprodutiva e as características da sociedade que existirá (MARX, 1989).

O trabalho evidenciado em Marx (1983) se faz mola propulsora de mediação entre o homem e a natureza, sendo a fórmula mais clara e evidente da vida humana. Imediatamente, por meio do trabalho, é que o homem altera a si próprio e as suas relações estabelecidas com e entre o meio. “É o esforço do homem para regular seu metabolismo com a tão rica natureza”, (MARX, 2013, p.261).

Ao agir sobre a natureza, o homem age sobre si próprio, onde os métodos de trabalho obedecem à concretização de um trabalho visível e real que provoca valor de troca, no qual se estabelecem os elementos fundamentais: o primeiro se dá no trabalho e nos seus métodos de produzir— seu objeto centralizado na matéria bruta provida pela natureza; o outro se faz nos meios de trabalho, nos utensílios e ferramentas produzidas para construir e reconstruir algo. Ao passo que cada ferramenta nova de trabalho foi sendo criadas, novas ferramentas se tornaram necessárias e até mesmo estas ferramentas foram se cunhando com novas funções diferentes daquelas da qual primeiramente foram utilizadas.

Abrangemos assim o trabalho como um mecanismo de consumir novos produtos, como também de se utilizar de outros produtos como forma de produção de outros produtos. De acordo com Marx (1996): “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media (sic), regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1996, p. 297). Assim ao nos referirmos aos processos de trabalho, como condição permanente da vida humana Marx certifica que:

Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] **comum a todas as formas sociais** (MARX, 1996, p. 298 – 303, grifo meu).

O trabalho no decorrer da história da humanidade, muitas vezes, se confunde com a própria vida, já que é a ferramenta utilizada pelo homem para satisfazer suas necessidades. Portanto, a fim de garantir sua sobrevivência, o homem interatua unido aos recursos naturais que lhe são disponíveis, buscando meios para garantir a sua existência e a da sua espécie.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1985, p.211).

O processo realizado pelo homem, na sua interação com a natureza, se dá na obtenção do seu sustento. Assim, o homem exerce diversos tipos de troca de forma espontânea, buscando em princípio a satisfação de suas necessidades, que podemos distinguir daquelas que são exercidas pelos outros animais. Todavia, esses processos desempenhados pelo homem junto à natureza imprimem transformações, alterando a si mesmo e os espaços em que convive. Com essa alteração o homem passa a desenvolver as suas capacidades de convivência ao meio (natural e social) e de resolução de suas necessidades, com isso, elaborando novas técnicas de execução de suas diversas atividades, se distanciando cada vez mais do animal.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 1985, p.255-256).

Entendemos que em diferentes épocas sócio-históricas o trabalho assumiu diferentes configurações, e, bem distintas dessas na contemporaneidade. Nas sociedades anteriores o trabalho manual se configurava como algo reservado a “homens subalternos”, ou destinado a animais. Na sociedade capitalista essa distinção vem a se inverter drasticamente.

Assim, o trabalho que antes aprisionava o indivíduo a uma vida privada e restrita, agora sob a égide do capitalismo, ele vem a se constituir como a base numa vida socializada e com práticas individuais. O homem se servia do trabalho para suprir às suas necessidades essenciais, mas essas necessidades por muitas vezes se caracterizavam por aprisionamento a um modelo de vida inferior, impedindo, assim, uma dedicação a outras atividades como aquelas vinculadas às necessidades da alma e não as corpóreas.

Em um estágio de elevação da sua condição e de emancipação de toda a aptidão criativa humana, como afirma Manacorda (1991), os elementos de definição de omnilateralidade⁵ são insuficientes, já que seus objetivos apontam para a superação da divisão do trabalho estabelecido pelo modo de produção capitalista. Assim, para uma formação omnilateral, que se concretiza numa formação humana integral, oposta à formação unilateral (provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho e pela reificação⁶. Mészáros (2006), nos ajuda a compreender melhor a reificação ao evidenciar que está é:

[...] embora o sistema monetário atinja seu clímax como o modo capitalista de produção, sua natureza mais íntima não pode ser entendida num contexto histórico limitado, mas sim no quadro ontológico mais amplo do desenvolvimento do homem por intermédio do seu trabalho, isto é, do autodesenvolvimento ontológico do trabalho, pelas intermediações necessárias relacionadas com a sua necessária auto-alienação e reificação numa determinada fase (ou fases) se seu processo de auto-realização (MÉSZÁROS, 2006, p. 98).

Lucáks (2012) ao conceituar a reificação oriunda das relações mercantis nos define esta como:

Nesse contexto a reificação surgida da relação mercantil adquire uma importância decisiva, tanto para o desenvolvimento do objetivo da sociedade quanto para a atitude dos homens a seu respeito, para submissão de sua consciência às formas nas quais essa reificação se exprime, para as tentativas de compreender esse processo ou de se dirigir contra seus efeitos destruidores, para se libertar da servidão da “segunda natureza” que surge desse modo(LUCÁKS,2012, p. 98).

Esse estado de submissão dos sujeitos, conjecturados numa sociedade dividida em classes e na divisão social do trabalho. Assim, a unilateralidade burguesa se revelou e ainda vem se revelando nas mais diversas formas de limitação decorrentes do submetimento do

⁵ Marx e Engels (2003, p. 149) ao evidenciar os aspectos sobre a produção de um homem com princípios de omnilateralidade é que compreendemos que este homem é aquele que forma todos seus conhecimentos, suas sensações etc. do mundo sensível e da experiência dentro desse mundo, o que importa, portanto, é organizar o mundo do espírito de tal modo que o homem faça aí a experiência, e assimile ao o hábito daquilo que é humano de verdade, que se experimente a si mesmo enquanto homem.

⁶ Marx, em sua obra o Capital nos possibilita compreender a reificação como se entende as relações sociais mercantilizadas, essas relações sociais são vividas na aparência onde os indivíduos não são “proprietários de si”, logo são dominados por uma ideologia, e vivem relações distorcidas sem ter o mínimo de consciência sobre isso – isso se opõe claramente à existência ética emancipatória de um ser social (MARX, 2012).

conjunto da sociedade à dinâmica do sociometabolismo do capital. Portanto, essas relações burguesas estranhadas evidenciam cada vez mais a urgência da necessidade de superação desta sociedade capitalista.

La propiedad privada nos há vuelto tan estúpidos y unilaterales, que un objeto solo es nuestro cuando lo tenemos y, por tanto, cuando existe para nosotros como capital o cuando lo poseemos directamente, cuando lo comemos, lo bebemos, lo vestimos, habitamos en él, etc., en una palabra, cuando lo usamos (Marx e Engels, 1987, p. 620).

A prática produtiva e o trabalho estão intrinsecamente interligados à nossa vida. Ela ocorre por meio do trabalho, pela ação dos homens no mundo e com o mundo, objetivando a sua transformação e com isso transformando a si mesmo, situando-se como sujeito do conhecimento e da sua história e participando ativamente da reconstrução histórica de seu mundo. O homem, ao apropriar-se da natureza, busca transformá-la de forma a torná-la menos hostil à sua sobrevivência.

O homem na sua trajetória de transição ao cunhar instrumentos, procurou se utilizar deles para chegar a objetivos definidos. Ele foi produzindo aos seus artefatos criados para a sua adaptação ao meio, um ideário de utensílio, ferramenta e instrumento. Entendemos que o trabalho é um método de consumo, tanto por consumir produtos, quanto para determinar outros produtos e assim sucessivamente numa cadeia de construção e reconstrução desses produtos necessários aos meios de produção de novos produtos.

Neste ponto, a diferença colocada por Marx entre o animal que se reproduz a si mesmo e o homem que reproduz a natureza inteira só pode ser compreendida atentando-se para o aspecto consciente que distingue a produção humana do animal; efetivamente, o homem, no seu trabalho produtivo, propõe-se a conservar ou modificar a natureza, coisa que não se pode dizer do animal (ENQUITA, 1993, p. 104).

Por meio do trabalho o homem mantém sua relação com a natureza para que possa atender suas necessidades. Para tal, a ação humana é mediada por instrumentos que permitem a transformação do homem em ser social e culturalmente orientado. Esses instrumentos intermediários propiciam aos seres humanos um aumento gradativo e significativo de suas atividades laborais e intelectuais. Pela mediação do trabalho, o homem modifica e domina sua conduta, alteram sua inclinação e papéis naturais adquiridos, delineando assim novas formas de comportamento culturais, superiores.

O homem ao dominar sua própria natureza, controlando seu comportamento por meio da mediação dos instrumentos simbólicos. Consequentemente a cada novo ideário de

ferramenta foi-se criando distintas ferramentas que se tornaram indispensáveis, ou os próprios utensílios já criados, os quais foram adquirindo uma nova função, uma função distinta daquela para a qual haviam sido criados. Dessa forma, o homem não só transforma a natureza, mas também vai se transformando no decorrer deste processo.

[...] houve uma inversão entre trabalho e formação cultural. O trabalho passou a ser privilegiado como atividade principal. Não, porém, o trabalho como uma atividade criativa, explicitadora das potencialidades humanas, mas o trabalho como simples meio de produzir mercadorias e, especialmente, a mercadoria das mercadorias, que é o dinheiro (TONET, 2007, p. 74).

Portanto, o trabalho do homem se comprova pelo seu caráter livre e consciente, devendo constituir e se reconstituir numa ação consciente. A prática e propositada do homem com relação aos seus objetos de criação, onde essa definição não se harmoniza com a aparência em que está emerso o trabalhador. Ao compreendermos essas relações que se inclui com o trabalho implicando num determinado questionamento do por que dessas mudanças e do por que destas pessoas nesse intrínseco processo de se tornaram mais criaturas do que criadores do produto de seu trabalho, evidenciando a perda da consciência emancipatória de seres humanizados numa cultura de coisificação. Portanto no decorrer dessas práticas exploratórias de trabalho, onde a própria ação do homem se converte e se transforma em um estado de dominação, alienação e estranhamento.

A transformação essencial que caracteriza a consciência nas condições de desenvolvimento da sociedade de classes é a modificação que sofre a relação que existe entre o plano dos sentidos e o plano das significações nas quais se produza tomada de consciência (LEONTIEV, 2004, p.122).

Desse modo, apreender como se acomoda no homem o estado de tomada de consciência, se torna de suma importância quando abordamos a temática da educação, e mais especificamente a educação popular. Analisar o processo de assimilação da cultura como processo de construção de novos sujeitos sociais implica em um processo de não passividade e de não subjugação frente ao conhecimento acumulado historicamente.

A dialética materialista demonstra como o sujeito concretamente histórico cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, ideias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência. Não reduz a consciência às condições dadas; concentra a atenção no processo ao longo do qual o sujeito concreto produz e reproduz a realidade social; ele próprio, ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido (KOSIK, 1969, p. 111).

Desde o seu primórdio no processo construção das práticas de trabalho, o homem tornou-se capaz de construir não apenas os objetos materiais que necessitava. Buscou também

transformar a si mesmo e a outros quais se relacionava e produzir conhecimento, o que o caracterizava e também dava grandeza social ao trabalho. Portanto, o homem, enquanto sujeito desse artifício - de se constituir, tanto no seu princípio, quanto no seu final, não separava o *homo faber do homo sapiens*⁷. Quando o trabalhador inserido no processo de trabalho, transforma o objeto em matéria prima, ele produz uma finalidade que se compreende em satisfazer à suas necessidades, ou a de um coletivo. Assim, essa ação é decorrida das condições sociais em que se dão suas ações para o trabalho. Assim, Gramsci (1979) afirma que:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1979, p. 08).

O homem no decorrer da história foi aos poucos se afastando da técnica de produção dos utensílios necessários à transformação da natureza, onde ocorre a distinção entre as atividades ligadas ao corpo e as atividades ligadas à mente. Com isso a divisão do trabalho, torna-se realmente divisão apenas a partir do tempo em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual. Passos (2009) tenta sintetizar essa ideia de divisão do trabalho meio de uma parábola, intitulada, *Gênesis segundo Marx*,

No começo era o macaco. Ele começou a realizar pequenas operações para, com segurança, manter sua vida. O polegar opositor crescera-lhe nas duas mãos. Hábil, por isso, como nenhum outro animal, trabalhava. Certa noite, percebeu, pela primeira vez, um misto de desproteção, parecia ser dois: sentia saudade do que tinha sido e vontade de ser outra coisa. Sua mente não estava onde estava seu corpo: começara sua transformação em gente! Gente que pensava, que planejava, que utilizava teorias que interpretava o mundo a seu favor. Pensadores, os mais fortes começaram a acumular trabalho realizado pelos outros, sem pagá-los, criando o capital. Numa terrível noite sem fim, o capital acumulado, adquiriu alma. Descobriu, ainda, que a feitura de macaco em gente era realizada em silêncio pelo trabalho, e, alterou o genoma dele de maneira cruel para poder produzir as pessoas de que precisava. No outro dia, as pessoas não eram mais pessoas. Voltaram a ser macacos. Macacos que trabalhavam felizes com três importantes competências:

⁷Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o **homo faber do homo sapiens**. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar. Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais (GRAMSCI, 1991, p.7, grifo meu).

eram adestráveis, morreu neles a revolta e, já não tinham sonhos. (PASSOS, 2009, p. 30).

O traço histórico nos faz perceber essa cultura qual pertence o mundo do trabalho e compreendemos que nas sociedades com o modelo de produção capitalista, há a asseveração da divisão social do trabalho. Assim, os homens perdem as relações com o produto final de seus esforços e também com o processo de trabalho como um todo, acentuando-se cada vez mais a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O trabalho, enquanto caracterização da presença do homem sobre a terra, bem como, o produto que deriva, enquanto decorrência de sua ação perde sua característica de ser visto como parte de um mesmo processo e passa a ser visto como uma parte do processo de produção.

O trabalho passa a ser compreendido enquanto expressão e produção de sua humanidade quando é reconhecido na sua consignação econômica e histórica, reconhecem-se também as relações de dominação, de submissão, de poder, de classe. No sentido de não compactuar com esse estado de dominação, característica predominante dos diferentes modos de produção, são necessárias ações pautadas na *práxis*, na transformação cultural dessa prática alienada, construindo não apenas pensamentos e atitudes idealistas, mas sim algo que permita desconfigurar esse estado de dominação que persevera culturalmente arraigado nas práticas do trabalho como fonte de dominação. Essa desconstrução das práticas de trabalho permite aos homens buscarem uma atuação, na perspectiva de unificar teoria e prática, para transformar as configurações marcadas pelas ações do homem no mundo e com o mundo.

De tal modo, o trabalho “é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens” (IAMAMOTO, 2001). Apreendemos que esses meios se contornam essencialmente e fundamentalmente nos processos de trabalho, e com isso vem tornar o trabalho um meio imprescindível na vida socioprodutiva de qualquer sujeito. Portanto para que este venha a prover suas reais e imediatas necessidades, vem também, se dignificando enquanto o homem social inserido na sociedade.

Ao passo que transforma a natureza, também transforma e as suas relações sociais de viver e conviver, produzir e reproduzir. Assim, o homem e a natureza numa relação dialética de participação e interação vêm se construindo num processo em que seu ato de agir e transformar, estimula, gere e media as trocas materiais entre a natureza e si. De acordo com Frigotto (1999), o trabalho possui a idade da origem do mundo humano.

Para Marx e Engels (1998), o trabalho enquanto moeda de uso é um “princípio” educativo. “A dimensão educativa deriva de uma dimensão ontológica, ou seja, de especificidade do ser humano criar, historicamente, pelo trabalho, suas condições de produção da vida material, biológica, cultural etc.” (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 1999, p. 11). Assim, o homem ao transformar a natureza transforma a si próprio e ao seu meio, pois por meio do trabalho é que surgem novas grandezas que não se findam no trabalho, para uma melhor compreensão Tonet corrobora que:

[...] dimensão fundante do ser social, ele não se esgota. Que a partir dele e, às vezes como desdobramento de germes já existentes no seu interior (caso da linguagem, da educação, da ciência, etc.), **surgem inúmeras outras dimensões, de modo que o ser social é sempre um complexo articulado que inclui a dimensão fundante e um conjunto de outros campos da atividade humana** (TONET, 2005, p.132, grifo meu).

Não obstante, percebemos a emergência em compreender como as métodos de trabalho e suas reais finalidade, onde atender às necessidades do homem como ser social, da sociedade, por meio da produção de mercadorias e da prestação de serviços necessários para a produção. Pois, a história da ação do homem é a história da cultura, na medida em que estes homens que se fazem na sua própria história, agem e transforma-a de acordo com suas necessidades. Nesse processo de hominização que se dá por meio da cultura, deste modo como a cultura representa este processo, pois entendemos como cultura, tanto os bens culturais quanto os bens materiais, os instrumentos materiais cunhados para a transformação da realidade, como os bens espirituais que são processos subjetivos da cultura, que se entende também como uma criação do homem.

As ideias desses bens culturais se relacionam intrinsecamente e dialeticamente no processo de hominização e nas diversas formas de existência humana. Assim, em cada etapa da ampliação de construção do homem, projeta-se, arquiteta-se um novo homem capaz de responder aos desafios presentes em determinado momento histórico. Assim, nos cabe evidenciar que o trabalho humano possui uma qualidade característica e assinalada diferenciando-o de um mero trabalho animal. Percebemos também que no trabalho animal, estes também são capazes de trabalhar e produzir, unicamente pautado na intencionalidade de suprir às suas requisições práticas e mais próximas, estas que se estabelecem como, exigências materiais diretas.

Portanto, não são livres ao praticar essas formas de trabalho, pois estas são atividade determinadas excepcionalmente e restritamente pelo instinto de sobrevivência ou pelo

conhecimento limitado que possuem diante do seu universo de atuação. As formas e processos de trabalho do homem se configuram diferentemente dos animais, pois anteriormente à efetivação de qualquer trabalho, o homem pode projetá-lo e reprojeta-lo de acordo com os níveis estabelecidos em sua consciência.

Cada sujeito, quando trabalha livremente, se faz capaz de procurar a concretização. Na busca por uma melhor definição, procuramos em Marx (1984, p.202) onde este explicita essa distinção laboral entre o homem e o animal, onde: “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha, é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”, assim, a competência de determinar os diferentes meios que podem possibilitar os níveis de alcance para a construção de seu objetivo. Deste modo o trabalho do homem configurado como ser humano e ontológico provém de uma a visão prévia do produto final, caracterizando a intencionalidade da ação.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1996, p. 297-298).

Ao distinguirmos o trabalho humano do trabalho dos animais evidenciamos a real intencionalidade do homem, que se dá em modificar a natureza se utilizando de todas as suas especificidades e habilidades, para atuar sobre esta com suas possibilidades e intenções. Na busca de aumentar a sua ação sobre a natureza, o homem se utiliza de instrumentos, introduz métodos artificiais ao agir sobre os meios naturais, com isso aumenta grandemente a sua capacidade de trabalho, transformando por meio de sua ação a natureza e a si mesmo. O que Marx (1996) observa na História é à evolução gradativa do trabalho, naquilo que corresponde à evolução do homem e a necessidade de suprir suas necessidades frente ao meio do qual faz parte estes homens.

A prática produtiva e o trabalho estão intrinsecamente interligados à vida. O homem ao situar-se como sujeito do conhecimento e da sua história pode participar ativamente da reconstrução histórica de seu mundo. Este ao apropriar-se da natureza, busca transformá-la de forma a torná-la menos hostil à sua sobrevivência. Assim, o homem, ao cunhar instrumentos, procurou se utilizar deles para chegar a objetivos definidos, criando seus artefatos para a sua adaptação ao meio, um ideário de utensílio, ferramenta e instrumento. Assim entendemos que o trabalho é um método de consumo, tanto por consumir produtos quanto para determinar

outros produtos e, assim, sucessivamente, numa cadeia de construção e reconstrução desses produtos necessários aos meios de produção de novos produtos.

Neste ponto, a diferença colocada por Marx entre o animal que se reproduz a si mesmo e o homem que reproduz a natureza inteira só pode ser compreendida atentando-se para o aspecto consciente que distingue a produção humana do animal; efetivamente, o homem, no seu trabalho produtivo, propõe-se a conservar ou modificar a natureza, coisa que não se pode dizer do animal (ENGUITA, 1993, p. 104).

Por meio do trabalho o homem mantém sua relação com a natureza para que possa atender suas necessidades. Para tal, a ação humana é mediada por instrumentos que permitem a transformação do homem em ser social e culturalmente orientado. Esses instrumentos intermediários propiciam aos seres humanos um aumento gradativo e significativo de suas atividades laborais e intelectuais. Pela mediação do trabalho, o homem modifica e domina sua conduta, alteram sua inclinação e papéis naturais adquiridos, delineando assim novas formas de comportamento culturais, superiores. Dessa forma o homem domina sua própria natureza, controlando seu comportamento por meio da mediação dos instrumentos simbólicos.

Conseqüentemente, a cada nova ideário de ferramenta, foi criando distintas ferramentas que se tornaram indispensável, ou, os próprios utensílios já criados, foram adquirindo uma nova função, uma função distinta daquela para a qual haviam sido criados. Dessa forma o homem não só transforma a natureza, mas também se transformou no decorrer deste processo.

[...] houve uma inversão entre trabalho e formação cultural. O trabalho passou a ser privilegiado como atividade principal. Não, porém, o trabalho como uma atividade criativa, explicitadora das potencialidades humanas, mas o trabalho como simples meio de produzir mercadorias e, especialmente, a mercadoria das mercadorias, que é o dinheiro (TONET, 2007, p. 74).

Portanto, o trabalho do homem se comprova pelo seu caráter livre e consciente, devendo constituir e se reconstituir numa ação consciente, prática e propositada do homem com relação aos seus objetos de criação. Essa definição não se harmoniza com a aparência em que está emerso o trabalhador, que compreende e se relaciona com esse trabalho, o que implica num determinado questionamento do por que dessas mudanças e do porquê destas pessoas nesse intrínseco processo de se tornarem mais criaturas do que criadores do produto de seu trabalho. Evidencia-se assim a perda da consciência emancipatória de seres humanizados numa cultura de coisificação no decorrer destas práticas exploratórias de

trabalho, onde a própria ação do homem se converte e se transforma em um estado de dominação, alienação e estranhamento.

A transformação essencial que caracteriza a consciência nas condições de desenvolvimento da sociedade de classes é a modificação que sofre a relação que existe entre o plano dos sentidos e o plano das significações nas quais se produz a tomada de consciência (LEONTIEV, 2004, p.122).

Desse modo, apreender como se acomoda no homem o estado de tomada de consciência, estabelece uma intrínseca relação dos modos de produção e a educação que se estabelece dentro de contradições que operem longe da ótica capitalista. Analisar o processo de assimilação da cultura como processo de construção de novos sujeitos sociais implica em um processo de não passividade e de não subjugação frente ao conhecimento acumulado historicamente.

A dialética materialista demonstra como o sujeito concretamente histórico cria, a partir do próprio fundamento materialmente econômico, ideias correspondentes e todo um conjunto de formas de consciência. Não reduz a consciência às condições dadas; concentra a atenção no processo ao longo do qual o sujeito concreto produz e reproduz a realidade social; ele próprio, ao mesmo tempo, é nela produzido e reproduzido (KOSIK, 1969, p. 111).

Desde os seus primórdios o processo de construção das práticas de trabalho, o homem tornou-se capaz de construir, não apenas os objetos materiais que necessitava, mas também transformar a si mesmo e os outros os quais se relacionava, para produzir conhecimento, o que o caracterizou diferente entre os seus iguais e também dava grandeza social ao trabalho.

Portanto, o homem, enquanto sujeito desse artifício - de se constituir, tanto no seu princípio quanto no seu final - não separava o *homo faber* do *homo sapiens*. Quando o trabalhador, inserido no processo de trabalho, transforma o objeto em matéria prima, ele produz uma finalidade que se compreende em satisfazer as suas necessidades, ou a de um coletivo. Assim, essa ação é decorrida das condições sociais em que se dão suas ações para o trabalho. Assim, Gramsci afirma que:

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (GRAMSCI, 1979, p. 08).

O homem, no decorrer da história, foi, aos poucos, se afastando da técnica de produção dos utensílios necessários à transformação da natureza, onde ocorre a distinção entre

as atividades ligadas ao corpo e as atividades ligadas à mente. Com isso a divisão do trabalho, torna-se, realmente, divisão apenas a partir do tempo em que surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual.

O traço histórico da cultura do trabalho pode conjecturar que nas sociedades com o modelo de produção capitalista, há a asseveração da divisão social do trabalho, os homens perdem as relações com o produto final de seu trabalho e também com o processo de trabalho, tornando o homem à condição de mercadoria. Cada vez mais a forma de elaboração laboral vem se distanciando e com isso criando a separação condicionada entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O trabalho, enquanto caracterização da presença do homem sobre a terra, bem como o produto que deriva de seu trabalho, enquanto decorrência de sua ação perde sua característica de ser visto como parte de um mesmo processo e passa a ser visto como uma parte do processo de produção.

Quanto mais “avançada” a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e nas explorações das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma da “privatização” promovida pelo suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias (MÉSZÁROS, 2010, p. 80).

Como descoisificar um homem há tempos coisificado pelas relações de produção do trabalho na lógica desta sociedade capitalista? Assim o trabalho passa a ser compreendido enquanto expressão e produção de sua humanidade quando é reconhecido na sua consignação econômica e histórica, reconhecem-se também as relações de dominação, de submissão, de poder, de classe. No sentido de não compactuar com esse estado de dominação, característica predominante dos diferentes modos de produção, são necessárias ações pautadas na práxis, na transformação cultural desta prática.

Na busca por compreensão, compreendemos que não apenas pensamentos e atitudes idealistas devam tentar transformar este estado de dominação e alienação nas práticas produtivas, mas sim com na busca por uma teoria que permita desconfigurar esse estado de dominação que persevera culturalmente arraigado nas práticas do trabalho como fonte de dominação. Na atual circunstância e ao longo do traçado histórico, o ideário do trabalho e as relações do mesmo sofreram mudanças expressivas, estas provenientes em sua maioria, das transformações intrínsecas ligadas à economia e aos modos da produção, estabelecendo assim uma nova cultura de trabalho.

O mundo do trabalho é transcorrido por inúmera e incontáveis transformações, muitas provenientes do universo das tecnologias. Deste modo, fica evidenciado uma nova dinâmica de configuração das práticas de trabalho, configurações estas que Antunes (1995), exemplifica muito bem, pois de uma lado evidencia-se uma desproletarização⁸ do trabalho industrial, fabril, manual, de maneira especial nos chamados países de capitalismo avançado, onde na prática, se anuncia uma redução ascendente da classe operária, mas, ao mesmo tempo vão se materializando mecanismos de terceirização do trabalho.

Ao compreendermos as práticas de trabalho pautadas na assimilação do assalariamento que se dão conjecturadas nos setores de prestação de serviço. De outras esferas, também se efetiva a subproletarização⁹ do trabalho, dando outra dimensão aos crescentes contingentes que caminham e se configuram numa precarização do trabalho. Marx (1996, p. 47) elucida nossa compreensão quando este nos remete a entender que: “a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de por ele ser dominado”. Nas palavras de Engels (1985) é que procuramos melhor definir essa primeira ideia de Estado. O autor nos evidencia que:

[...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1985, p. 191).

Assim, são nessas categorias de práticas de trabalho e de modos de produção que a sujeição social dos mais diferentes sujeitos se intensificam, pois essas práticas de trabalho parcial, dos subcontratos, do informalismo são as responsáveis por alimentar intensamente e cotidianamente as contradições socioeconômicas e socioprodutiva da sociedade. Tais configurações destas organizações da forma de se reconfigurar o trabalho se localizam de todo

⁸ Momento de transformações no mundo do trabalho provenientes de transformações como a automação e de outras ações tecnológicas, das mudanças nas relações de trabalho, da flexibilização, da desregulamentação, da precarização. Para entender mais sobre os aspectos da desproletarização ver Antunes (1999) em Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. In _____ Adeus ao trabalho?.

⁹ Se compreende pelo trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado", que marca a sociedade dual no capitalismo avançado presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, "terceirizado", vinculados à "economia informal", entre tantas modalidades existentes. Mais sobre a subproletarização ver em Antunes (1999) em Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. In _____ Adeus ao trabalho?.

inseridas na ordem sociometabólica que se estabelece o capital (MÉSZÁROS, 2002), onde estas configurações servem de modo inclusivo ao propósito de assimilação e reordenamento da crise da estrutura do capital.

Averiguamos assim, uma abundante deterioração do ideário de trabalho que atinge o trabalhador, essas precariedades no universo laboral impossibilitam o crescimento e o alargamento das práticas de trabalho sustentáveis e duradouras. Prontamente, exacerbam-se as vulnerabilidades vinculadas a coexistência social cuja interação social sempre esteve pautada no trabalho. Sendo este o espaço de socialização e ressocialização e de buscar por satisfação das necessidades básicas e inerentes ao ser humano. Contudo, fundamentalmente as modificações nos modos operacionais do capitalismo vêm se evidenciando em inúmeros incrementos, tanto individualizados quanto confusos, no que tange aos processos produtivos, e isto fica muito claro nas inúmeras caracterizações referentes às contratações referentes ao mercado de trabalho.

Na evolução das formas de trabalho pautadas na historicidade da evolução do trabalho onde os países cujo se encontravam em estágio do capitalismo avançado sofreram enormes e expressivas modificações nas relações de trabalho. Essas modificações ocorreram e ocorrem uma gama de complexidade e nas mais variadas maneiras, onde a transformação das estruturas produtivas, nos aspectos sindicais, política e até mesmo tecnológico. Essas alterações se deram de forma tão ampliadas que podemos até garantir que os anos 1980 em diante assinalaram um período de inúmeras e intensas se crises conjecturadas nos processos e nas relações de produção, alterando assim as formas características da sociabilidade humana.

Ao tempo em que o incremento tecnológico pode gerar um acréscimo da competência produtiva humana, este pode também nesse mesmo passo, sacrificar estes sujeitos e uma sociedade inteira. Assim, as principais transformações advindas da revolução tecnológica desencadearam com a crise do **Fordismo**¹⁰. Nesse processo de produção evidenciou-se

¹⁰ Exemplificamos o fordismo pela forma de produzir pautado na produção em série, por meio de uma linha de montagem evidenciada por movimentos repetitivos e exatos milimetricamente cronometrado. Buscamos compreensão em (MORAES NETO, 1989) quando o autor estabelece que: O fordismo se caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, pela via da esteira. [...] O fordismo caracteriza o que poderíamos chamar de socialização da proposta de Taylor, pois, enquanto este procurava administrar a forma de execução de cada trabalho individual, o fordismo realiza isso de forma coletiva, pela via da esteira. [...] Pode-se aplicar sem restrições para a linha de montagem a colocação feita por Marx para a manufatura: 'A maquinaria específica do período da manufatura é, desde logo, o próprio trabalhador coletivo, produto da combinação de muitos trabalhadores parciais'. [...] Após essas considerações, chegamos à seguinte conclusão: o fordismo, a linha de montagem, é um desenvolvimento da manufatura, e não da

concepção de um “novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”, desenvolvido nas ideias sistematizadas de Gramsci (2001, p. 248) diferenciou como o bloco histórico hegemônico alicerçado no ponto de vista de um mundo reconfigurado pelas práticas de produção do “americanismo e fordismo”.

Deste modo, o fordismo cedeu espaço a um modelo flexível de trabalho que permitiu uma nova conceituação das formas produtivas de trabalho. Assim, o mercado de trabalho brasileiro assinala para um caminho extremamente caracterizado e muito diferente daquele observada anteriormente. Esse ordenamento dos modos do mercado de trabalho acontecia por meio do crescente número dos postos de empregos assalariados e do crescente desemprego que assolava a população brasileira no período da década de 1980 e nos anos que a seguiram.

Essas reconfigurações no modo de produzir que como percebermos foi o “O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos de 1970”, como descrito por Antunes (2007), que conjectura uma ativação da expropriação das forças de trabalho, contornando por meio de uma crise do modo de produzir vinculado ao capital, esse configurado como opção para as novas formas de se organizar e reorganizar as diferentes formas de organização do trabalho, não obstante esta lógica também reincide na problemática do desemprego que assola o mundo numa ótica globalizada.

Ainda que a dialética toyotista, que se pensarmos pela lógica da substituição das forças de trabalho pelos processos tecnológicos e robotizados. Estes por sua vez pesam sobre a crescente lógica do desemprego, pois o modo de produção se altera para conseguir integrar a modernização, onde cada vez mais a força de trabalho se encontra minimizada e marginalizada.

Com uma expressiva ruptura das tendências globais e gerais, onde estas anunciavam a organização de um mercado de trabalho cada vez menos estruturado e com jornadas mais flexíveis decorrentes da introdução da robótica e da mecânica tecnológica que cada vez mais foi inserida nos processos de produção, acelerando-a e diversificando a formatação da produção, onde está cada vez mais produz mais num tempo espaço muito menor.

Em compensação, essa conjuntura gerada pelas crescentes ondas de desemprego, afetou amplamente o contexto sociopolítico e socioeconômico que vigoravam, pois, ecoou despropositalmente nos modos de vida das classes trabalhadoras que estabeleciam no âmbito

maquinaria. A linha de montagem leva ao limite as possibilidades de aumento de produtividade pela via da manufatura, do trabalho parcelar (MORAES NETO, 1989, p. 33,36, 37 e 51).

das fábricas como alternativa laboral. Essas inúmeras alterações acarretaram em sérias e drásticas consequências para aqueles que viviam do trabalho, pois os trabalhadores aos poucos foram sendo substituídos pelas máquinas e pelos mecanismos robóticos de produção. O trabalhador se encontrou como apenas um acessório para o processo produção Já não mais detém ferramentas para produzir, de produtor de objetos se torna objeto perdendo sua subjetividade e sua interação com os meios de produção.

Assim a separação do trabalho em distintas formas se encontra muito desenvolvida, ao passo que a sociedade evolui as separações provenientes das práticas de trabalho e dos modos de produção estão muito desenvolvidas. No caminhar da década de 1980, as forças de trabalho e o modo de produção vigorado no sistema capitalista incide num momento de expressivas modificações, estas quais se estabelecem pelo novo modo de acumulação.

Neste momento fica evidenciado a descentralização da ordem produtiva, onde esta vem substituir os amplos espaços de produção, por pequenas e diversificadas redes de produção. Mais adiante os sinais de desestruturação das forças produtivas e do mercado de trabalho configurados na década de 1990, isso acarreta uma maior ênfase na redução salarial, expandindo a ótica do desemprego e da informalidade dos postos de trabalho. Este período se delineia como uma época de reversão no curso geral das profissões, como uma lógica crescente da verticalização das relações de trabalho (MATTOSO, 1995). Sobre essa problemática enfrentada a partir da década de 1990, corroboramos com Harvey (1993, p.140) quando este evidencia que:

A acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas criando, por exemplo um vasto movimento no emprego chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 1993, p.140).

Em um sentido geral, o mercado de trabalho e o universo das forças produtivas contornaram-se por um viés informalizado reduzindo assim o número de trabalhadores com carteira assinada e aumentando a precarização dos postos de trabalho vinculados especificamente há algumas classes e grupos de pessoas. Assim estes conflitos negativos não se delimitam apenas no delinear da segurança dos direitos trabalhistas, mas do mesmo modo que restringe os direitos numa escala muito ampliada. Onde em todos os espaços das leis que

garantem uma seguridade social, econômica e cultural ficam restritos há alguns grupos privilegiados que perpetuam as formas hegemônicas de poder e de acumulação de capital.

Assim neste modelo e nesta fase de acumulação do capital, denominada de neoliberalismo, que tem como grande característica o aumento crescente da produtividade, da tecnologia, da acumulo de bens de consumo rápido e o descarte das forças de produção e os produtos produzidos. Com essa crescente cada vez mais as relações e as coisas se encontram no plano do descartável. Essas práticas, quando observadas isoladamente, evidenciadas por uma intensa desigualdade econômica, social, cultural.

O aumento crescente de produtividade e a oferta de bens de consumo beneficiam uma pequena parcela privilegiada da população. Este arquétipo de acumulação flexível envolveu desde a compressão do espaço-tempo por meio das tecnologias, até a reorganização política mundial. Tendo sua marca mais significativa nas mudanças do mundo do trabalho por meio da desorganização. Para Harvey (2010), que pondera ser a flexibilidade antes consequência do que causa da busca por alternativas, inscrevendo-a na perspectiva dos reparos temporário-espaciais das crises do capital.

A este difícil e complicado panorama hegemônico das práticas de trabalho pautadas no capital onde Mészáros (2004) evidencia que o cerne fundamental do capital e do seu metabolismo social, formado pelo capital, trabalho assalariado e o Estado. Transformar essa cruel forma hegemônica, com o ideário de construção de outra sociedade, significa modificar essas três superestruturas numa dimensão para além das conjunturas econômicas. Buscar estas transformações radicalmente necessárias de mudanças econômicas, mas também mudanças sociopolíticas e culturais.

Ao pensarmos num universo social que vá além destas amarras do capital, refletimos sobre a necessidade de repensarmos, criticarmos e transformarmos esses mais diversos e profundos costumes, hábitos e modos de viver e pensar numa sociedade pautada sobre a égide do capital. Nesse mundo onde se pautam as probabilidades de recriação deste modo de ser e viver é que se encontra uma educação voltada para a construção de outras formas de viver e outras possibilidades de mundo social, cultural, econômico e justo. Freire (2006), estabelece um direcionamento para uma nova sociedade, que se reconstrói voltada para a educação como a única possibilidade de se romper a imobilidade deste pensamento neoliberal hegemônico. Desta mesma forma Mészáros nos afirma ao dizer que:

[...] uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social, no qual as práticas educacionais da

sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

Pois, no caso específico do Brasil, o Estado vem passando por mudanças ao passar de décadas, pois os modelos de governos estabelecidos aqui vêm se alterando não só, pelos princípios neoliberais, e sim pelo formato de democracia estabelecida historicamente. Já esteve muito mais centralizada numa relação de oposição ao Estado, e teve maior expressão durante o processo de **ditadura civil-militar**¹¹ que se deu de 1964 a 1985.

Assim, compreendendo esta realidade, com relação aos níveis e as formas de trabalhos como também as reconfigurações das forças produtivas, podemos evidenciar que o trabalho vem se transformando tão vorazmente, que a realidade global e as pesquisas acerca dos mesmos por muitas vezes não conseguem determinar os fenômenos de interferência, senão aqueles que se configuram pelo estado de produção e de coisificação que é inerente ao capitalismo. Destarte, isso vem ocorrer simultaneamente, com o crescimento do mercado de trabalho informal, o trabalho precarizado, a flexibilização das leis trabalhistas, os subcontratos, a terceirização, a desestabilização do funcionalismo público, dentre outras formas de subempregos.

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007, p.49-50).

Com essas afirmações dos processos de divisão social do trabalho, dentro destas sociedades capitalistas, os homens perdem seu contato com o produto final de seu trabalho, vão se tornando objeto produtor de objeto. Assim o trabalho como impressão do homem que se estabelece, bem como os produtos que derivam de seu trabalho, enquanto decorrência de sua atuação. Esse homem deixa de ser percebido como parte intimamente ligado ao processo de construção pelas técnicas laborais e se torna apenas um processo de sua produção, se distanciando cada vez mais do produto de sua produção. Esta produção ligada a atividade laboral humana, vem lhe causar certo estranhamento, pois, “estranha a si mesmo, ao homem e

¹¹ O golpe militar teve início no dia 31 de março de 1964, com o afastamento do então presidente da república, João Goulart. Inicialmente, o regime militar foi instituído com um caráter provisório, para conter o avanço do comunismo e da corrupção. Porém, se tornou um governo de mais de duas décadas, marcadas pela sucessão de militares no poder.

a natureza; torna-se estranho tanto a consciência do homem como a possibilidade de realização da vida humana” comunal (MELO NETO, 2004, p.69). Dentro destas possibilidades, o homem sem perceber-se, “perde-se o significado de trabalho social como expressão genuína da vida comunal” (MELO NETO, 2004, p.69).

Nestas sociedades capitalistas, além de se distanciar dos bens produzidos pelo trabalho, o homem como trabalhador, se perde na objetificação do produto e torna-se peça produzida, se identificando como produto do produto, onde passa a ser dominado pelo mesmo. Marx (2012), nos afirma que: ”A apropriação do objeto tanto aparece como alienação que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais cai sob o domínio do seu produto, do capital.” Além destas formas de dominação e alienação pela produção, os processos de produção passam também pelas transformações decorrentes aos postos de trabalho e pela divisão sexual estabelecidas nas relações de produção. Isso se deu devido ao crescente e muito expressivo aumento da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Assim, com a descaracterização de um modo de produzir estritamente masculino, começa a se reconfigurar, chegando a atingir uma valiosa parcela 40% de força de trabalho vinculado ao sexo feminino (ANTUNES, 1995). Essa transformação veio a ocorrer em numerosos países onde se configurava o deformismo do capitalismo avançados como evidencia Harvey (1993). Antunes (2007) também corrobora com informações sobre esse novo processo de formação de força produtiva, onde enfatiza que:

O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna, do desemprego desestrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se dizer de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta a subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. **Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos.** Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2007, p.49-50, grifo meu).

O sistema capitalista vem absorvendo estes dados e por meio destes se constrói de forma precarizada, onde a mão-de-obra feminina segue inferiorizada, precarizada, diferenciada, sofrendo distintos processos de discriminação em relação à mão-de-obra masculina. E isso se dá com relação à **remuneração que é muito menor** ao estabelecermos uma relação ao valor hora/trabalho da mão-de-obra masculina.

As mulheres retornam à fábrica e, frequentemente, no terceiro ou quarto dia após o parto, abandonam os recém-nascidos; nas horas de liberdade devem correr às pressas para casa a fim de amamentar a criança e, acessoriamente, comerem algo elas próprias. Imagine-se o que deve ser a amamentação nestas condições (ENGELS, 1975, p.140).

Engels ao retratar a situação da mulher no processo de produção fabril nos evidencia que este cenário mesmo as relações de trabalho tenham se modernizado, mas a condição da mulher quase não evolui nesse traçado histórico “elas não estavam fora da história, mas estavam fora da história da sociedade do século XIX” (HOBSBAWN, 1998, p. 277). As mulheres na sua luta histórica por igualdade de direitos e justiça social, onde até hoje na contemporaneidade as práticas de desvalorização e exclusão dos postos de trabalho são comumente verificadas.

O predomínio do homem sobre a maquinaria está sob constante ameaça – tanto por causa dos esforços diretos da mulher para minar este domínio, quanto pela ação dos empregadores em procurar solapar os empregos masculinos e baratear os custos de seu trabalho (WAJCMAN, 1998, p.233).

Esses deformismos inerentes aos processos laborais vinculados ao capital, estes ocorrem até mesmo quando a mulher realiza o mesmo tipo de trabalho e muitas vezes quando esta se utiliza de uma jornada de trabalho prolongada na busca de equiparação salarial. Esses efeitos causais que são praticados pelas mutações impostas pelo sistema capitalista no que tange o mundo trabalho nos proporcionam discussões profícuas baseadas nas formulações e reformulações de ações e práticas políticas que vislumbrem estas demandas que são urgentes e imediatas da classe trabalhadora.

Nas compreensões de Antunes (1995), percebemos que o aspecto feminino no mundo do trabalho admite estabelecer a relação que a consciência de classe se faz num processo de articulação muito complicado e que este comporta díspares identificações, e estes vivenciam circunstâncias muito particulares no processo de produção e de participação na vida social. Isso se dá tanto no campo da *materialidade*, quanto no campo da *subjetividade*, “ tanto na contradição do indivíduo e sua classe, quanto aquela contradição que advém da relação entre classe e gênero “, estas que cada vez mais vem se tornando acentuadas na sociedade contemporânea.

[...] uma crítica do capital, enquanto relação sócia, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do *gênero-para-si-mesmo* possibilite a emancipação do gênero mulher (ANTUNES, 1995, p. 46).

Corroboramos com Mészáros, quando o autor afirma que:

Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na verdadeira igualdade, até os esforços legais mais sinceros voltados para a 'emancipação das mulheres' ficam desprovidos das mais

elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. Jamais se enfatizará o bastante que somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade (Mészáros, 2002, p.303).

A economia mundial, conjecturada num período de mudança da economia mundial, onde trabalho em seu conceito mais elementar se pauta pelo início das suas formulações primárias até o período industrial, ou até mesmo pós-industrial, sofreu tantas e expressivas mutações, tornando complexa qualquer forma de prever as novas direções do mundo produtivo e as suas ramificações. Talvez o que podemos postular é que em meio a todas essas alterações que o trabalho passa e passará, é que, em toda passagem, essas relações produzidas e reproduzidas nos processos de produção não irão desaparecer, irão apenas se reconfigurar, pois, pensar em trabalho é pensar o próprio homem, o trabalho se faz e se perpetua como terreno da vida social humana.

2.2 O trabalho: outras possibilidades e novos ideais

A partir das leituras referentes ao trabalho como princípio educativo e o trabalho associado, percorremos uma discussão apoiando-nos principalmente nas ideias de Mészáros (2004). Na obra de Mészáros percorremos teorias que nos permitiram desvendar os vários caminhos percorridos na temática do trabalho, de um trabalho, que se configure para além do capital, um trabalho como princípio educativo e do trabalho associado. Deste modo construímos um texto para estabelecermos um elo entre essas percepções que permeiam o universo do trabalho e possibilitam contribuir uma formação humana e emancipadora.

Uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança (MÉSZÁROS, 2010 p.25)

A educação configurada pelo mundo do trabalho se compreende num universo infinito, proveniente dos diversos processos vividos por cada sujeito durante sua trajetória de vida. Essa educação vai muito além dos âmbitos escolares, perpassando caminhos que envolvem a vida familiar, comunitária e social. Portanto, este se faz ligado às atividades da vida humana, diz respeito à existência humana durante toda sua duração e em todos os seus sentidos. Assim justifica os contratempos vivenciados acerca dos processos educativos que

fazem parte do mundo do trabalho assalariado, alienado e degradante dos processos formativos do trabalho associado.

Sobre as categorias do trabalho, buscaremos na perspectiva de Mészáros (2010), Saviani (2007), Tiriba (2001) e Pistrak (2011) problematizar por meio de uma reflexão sobre suas correlações sociais, culturais, educacionais e tantas outras que emergem cotidianamente em nossa sociedade. Deste modo, trabalho educativo e o trabalho associado situam as concepções de trabalho enquanto fenômeno que se delinea pelo processo de modificação da natureza por meio da ação humana e de assimilação do resultado dessa ação. Essa discussão permeia a categoria práxis, que vem a corroborar na significação do universo do trabalho enquanto elemento que melhor determina a ação humana consciente sobre a realidade. Assim uma educação que signifique sujeitos num universo do trabalho que se dá impactados pela incorrigível lógica de mercado. Mészáros (2010) nos remete a esta lógica nos evidenciando que:

A educação institucionalizada, nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – **ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, mas também gerou e transmitiu um quadro de valores que legitima os interesses dominantes**, evidenciando assim a não existência de nenhuma possibilidade de alternativas à gestão de outra sociedade (MÉSZÁROS, 2010, p.35 -36, grifo meu).

Em um estágio de elevação da sua condição e de emancipação de toda a aptidão criativa humana, como afirma Manacorda (1991), os elementos de definição de omnilateralidade são insuficientes, já que seus objetivos apontam para a superação da divisão do trabalho estabelecido pelo modo de produção capitalista. Assim, para uma formação omnilateral, concretizada numa formação humana, oposta à formação unilateral, provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação é necessário romper com essa lógica de educação coisificada pelo capital. A unilateralidade burguesa se revelou e ainda vem se revelando estrutura de domesticação e alienação nas mais diversas formas de limitação decorrentes do submetimento do conjunto da sociedade à dinâmica do sociometabolismo do capital. Portanto, essas relações burguesas estranhadas evidenciam, cada vez mais, a urgência da necessidade de superação desta sociedade capitalista, pensando na afirmação de Marx e Engels que:

La propiedad privada nos há vultotán estúpidos y unilaterales, que un objeto solo es nuestro cuando lo tenemos y, por tanto, cuando existe para nosotros como capital o cuando lo poseemos directamente, cuando lo comemos, lo bebemos, lo vestimos, habitamos en él, etc., en una palabra, cuando lo usamos (MARX E ENGELS, 1987, p. 620).

Discorreremos sobre os ideais de trabalho como princípio educativo e as ferramentas com as quais se procura atuar sobre as contradições da contemporaneidade. Alguns conceitos exemplificados numa determinada cultura e evolução do trabalho não podem responder a todos os questionamentos dos dias atuais, mas, nos possibilita um entendimento sobre seus princípios e, principalmente, seu método e novos pensamentos que são ajustados nesse espaço temporal.

A educação como prática de uma ação social transformadora deve ocorrer no sentido de auxiliar na busca por formar seres humanos. Assim, produzir, imprimir e preservar os conhecimentos, a cultura, as formas de pensar e de repensar, sentir e agir de uma sociedade como parte da história de qualquer sociedade. Cada povo, em cada contexto histórico, desenvolve alternativas para educar os indivíduos que convivem e operam dentro de sua conjuntura social em uma dada sociedade em um determinado tempo.

Com o advento da modernidade, em uma sociedade industrial capitalista, há a premissa de uma sociedade estratificada, com uma exacerbada diferença entre aqueles que detêm e os que não detêm riquezas nem acesso aos bens econômicos e culturais, pela predominância do poder econômico e político ou pela meritocracia ocasionada pelo nascimento. Partimos, assim, do entendimento de que a educação é segmento da sociedade e que não é neutra e nem imparcial e, por isso, liga-se diretamente às necessidades do seu tempo e, conseqüentemente, responde à organização cultural, econômica, política e social do meio em que se insere.

A educação, nesse momento compreendido pelo seu contexto histórico, assumiu um formato oficial predominante na instituição escolar. Educação esta que foi pensada para atender aos interesses das classes e grupos dominantes hegemônicos. Pois, embora a educação, nesse princípio, tenha sido alicerçada pela falta de políticas sociais e como direito de cidadania, é resultante das contradições e lutas das classes populares. Educação que se compreende por um ensino que é historicamente negado, complementando um quadro de exclusão e vilipendiamento de direitos e de cidadania que atingiu e atinge grandes contingentes dos diversos setores das camadas populares da população. Esse é um movimento que caracteriza o sistema capitalista que, por essência, é excludente e marginalizador.

Pensar em educação é pensar e repensar nas contribuições, nas transformações que se passam entre seus sujeitos. Assim nas ações, frente aos desafios que vem se revelando e se transformando em uma nova ordem global de novos conhecimentos requeridos pelo mundo social, do trabalho, cultural e os demais mundos nos quais coexistimos. Cabe-nos, então,

reorganizar, reformular os próprios conhecimentos e experiências para que possamos reelaborar e reinterpretar os processos educativos que envolvem a educação. Compreender que além destas inovações, esse novo paradigma se sustenta na proposta de nos preparar para ser, conhecer, conviver, fazer e se refazer num processo de transformação diário.

Por isso nos reportaremos a uma educação que, ao longo do tempo, foi se percebendo em diferentes períodos, com diferentes aspectos e terminologias, muitas vezes, ambíguas, adaptando-se à conjuntura e às reivindicações dos diversos momentos vivenciados pela da sociedade brasileira, aonde as suas várias significações e designações, vieram conotando denominações de educação de adultos, educação de base, educação extraescolar, educação permanente entre outros tantos conceitos. Ainda assim, podemos perceber que a educação popular estabeleceu-se em uma diversidade de conhecimentos pedagógicos e de formação humana, que tendem para o desafio da emancipação social e da reinvenção nas formas de construir e reconstruir a vida em sociedade.

Ao pensar o trabalho associativo, organizado de forma coletiva, que prima pelas experiências de economia solidária. Trabalho este que surge como uma possibilidade de educação popular intrinsecamente engajada na luta por uma nova concepção de sociedade. Pensar assim numa estrutura que se configure para além da lógica do capital que exclui, nega e distorce os delineamentos de uma sociedade justa e igualitária, moldando assim os princípios sociais por meio dos princípios econômicos e sim pensar em outra educação.

A educação busca nas suas construções socioculturais que são inerentes às diversas formas que se organiza a vida comunitária. Assim procura construir e reconstruir os diferentes saberes, que nascem da luta vivenciada no dia a dia de nossa sociedade. Uma educação que almeje uma vida de direitos que há muito tempo não se representa nos inúmeros grupos sociais e nas relações destes com uma conjuntura sociopolítica diversificada.

Entendemos que educação caracteriza-se como sinônimo de humanização e de transformação de vida por meio de uma disposição social e de uma realização concreta de projetos que visem o desenvolvimento comunitário, social, que vislumbrem a emancipação e rompimento com as práticas de exclusão e coisificação se pautam o sistema capitalista. Em conseguinte, podemos vincular a educação popular a uma modalidade de ensino vinculada ao mundo do trabalho e esse deve concebê-la “não como reprodução do capital, mas como reprodução ampliada da vida” (TIRIBA, 2011, p.171).

Este desafio de transformação de um *status quo* nos coloca numa busca constante pelo rompimento daquilo que historicamente está posto e é preponderante na construção de uma nova cultura. Ao visar a construção de princípios de solidariedade, democracia, liberdade,

emancipação dos sujeitos, almejando coerência com os princípios delimitadores e as práticas vivenciadas pelos diversos grupos sociais em relação aos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da vida de cada pessoa e conseqüentemente da coletividade.

Pensar em trabalho associado é pensar numa outra possibilidade de trabalho. Essas novas formas de se pensar as práticas organizativas que emergem das classes populares, que evidenciam cada vez mais o ideário de que é possível progredir quando nos referimos à construção de alternativas diante do paradigma capitalista e do trabalho assalariado. Pois estes sujeitos ao vivenciarem as experiências concretas, os vínculos de solidariedade que são próprios do trabalho associado, e se fundamenta na disposição do trabalho coletivo, que produz outra perspectiva que vai além da lógica excludente que se configura o paradigma do capital.

O trabalho associado encontra-se inextricavelmente ligado à mudança social. A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, erige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. Esta sua característica encontra-se no fato de que todas as teorizações que buscam a inteligibilidade do fenômeno coloquem a questão da mudança da ordem estabelecida. O motivo é evidente. Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender, quantitativa e qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementaridade da atividade capitalista (VIEITEZ; DAL RI, 2010, p. 72).

As categorias do trabalho associado¹² e das inúmeras discussões dos princípios direcionadores da organização coletiva do mesmo perceberam o surgimento do desafio de produzir uma nova cultura e principalmente uma nova cultura do trabalho. Dessa forma, fia evidenciado num novo panorama contemporâneo, um novo paradigma para o enfrentamento das incalculáveis exclusões que vigoram dentro do processo de segregação social vivenciados por séculos de marginalização e de negação de direitos e oportunidades, que está edificado sob a égide das políticas neoliberais vigentes no mercado econômico.

Configurando-se como um processo prático-educativo de criação de novas concepções de mundo, a produção associada é uma "escola" que pode contribuir não apenas para driblar o desemprego e outras contradições entre capital e trabalho, mas para que a classe trabalhadora descubra que o capitalismo não é um sistema inexorável (TIRIBA, 2008, p. 91).

Não é apenas essa conjuntura de problemas e também não se trata apenas de se obter trabalho e deste conseguir extrair renda, por meio de modelos cooperativos, que são os empreendimentos mais comuns, e outros ambientes que prima pela economia solidária, esse

¹² Estabeleceremos um quadro com os conceitos de trabalho associado posteriormente na subseção 2.4.

engodo vai além das formas como se consolidam os empreendimentos econômicos solidários. Devemos entender como esses empreendimentos se consolidam num mercado erguido pelos princípios do capital e que se contrapõe do princípio ao fim, assim as diretrizes que se erguem o trabalho associado.

Assim, compreender como emerge essa nova cultura do trabalho não assalariado, que se faz dentro das relações mediadas pelo trabalho. Perceber então que esta nova forma de organizar que produz novos significados, novas solidariedades. Vem também reconfigurar o sentido de trabalho, da produção e do consumo dentro das mesmas que pautam os meios de produção e consumo no mercado global que se dá sob a égide de um regime capitalista dominante. Essa é, talvez, a maior riqueza, ou seja, para além da manutenção de um meio de sobrevivência econômica, indivíduos que tenham consciência e mudança na lógica hegemônica, do modo de entender o mundo e se relacionar com/no coletivo, primando pela solidariedade e cooperação. É uma mudança necessária para que realmente se perpetue a consciência crítica e de emancipação dos sujeitos.

O conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais (CATTANI, 2009, p. 175).

Podemos evidenciar neste cenário econômico em que vigora a exclusão total de sujeitos que redefinem uma busca de discussões no campo da educação, bem como da reorganização prática dos movimentos sociais. Movimentos estes que se localizam pautados numa vasta gama de interesses diversos de determinados sujeitos. Sujeitos estes que almejam outros ideais na edificação de liberdade, autonomia, emancipação social entre outras reivindicações latentes. Em meio a tantos ideários, impera-se, atualmente, a análise mais esmiuçada desta crise dos paradigmas tradicionais que se dimensionam na economia, na política e nas organizações sociais. Além das dificuldades que a educação popular enfrenta, junto ao mundo atual e as suas necessidades de reconfiguração, diante das tramas do capital, fazem com as relações de domínio dos povos quando nos utilizamos de uma escala global de exclusão e opressão.

[...] a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da

opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação (FREIRE, 1993, p. 44).

Ao fazermos ponderações no que tange aos dilemas posteriores que a educação precisa encarar, principalmente com relação ao debate de uma reconstrução e de novos rumos para esta sociedade é e se faz emergente para educação popular. Assim, entendemos que estes estão muito além de um modelo socialista a qual pertence à face do capitalismo global que se dá na marginalização, na exclusão, na privação de direitos e exacerbação de deveres referendados por um grupo hegemônico. Grupo hegemônico este, que prima apenas para a manutenção de seu status de dominante sobre uma grande parcela de dominados.

Debater uma mudança deste cenário requer muito mais que modelos teóricos, mas sim, de uma prática de educação popular pautada num processo de autogestão circundados por um processo de associativismo e educação para a solidariedade. Pensar nessa abordagem e, sobretudo, por meios que propiciem um trabalho voltado para criatividade e esperança destes marginalizados que pertencem a classes populares na busca de um rompimento e uma nova ressignificação desse status de perpetuação de dominação.

Deste modo, construir uma rede de alternativas, propiciando à busca de experiências que nos redirecionem pela emergente necessidade que se tem de repensar esses processos dialéticos em que estão configurados os processos e os meios de produção de nossa sociedade. De tal modo, considerar o conceito de *práxis*, com caráter de distinguir a ação consciente do homem, da ação do homem comum, do homem prático que termina por manifestar-se em uma ação alienada. Pois, o trabalho associado passa a ser compreendido enquanto expressão e produção cultural de sua humanidade.

2.3 Trabalho como princípio educativo: as potencialidades de produção, reprodução e transformação das condições materiais sócio-históricas objetivas e da natureza humana

A discussão que permeia o trabalho como princípio educativo parte da tradição marxista. Para Marx (1989), o trabalho pode humanizar o homem, porém, no modo de produção capitalista, quanto mais riqueza produzir, mais pobre irá se tornar, pois, quanto mais se valorizam os bens materiais, mais e desvaloriza-se o homem (MARX, 1989). No entanto,

entendemos que é por meio do trabalho que o homem poderá alcançar sua emancipação, a qual só se faz por meio dos processos de formação enquanto ser histórico e social, sendo capaz de promover transformação.

Na perspectiva de desenvolvimento social, Pistrak (2011) busca por um processo de transformação social que, para ele, só irá acontecer a partir da inclusão do trabalho como princípio educativo, que se dá na emancipação humana e na superação de um estado de dominação. Contudo, isso apenas ocorrerá quando o homem puder entender a dimensão que o trabalho tem na sociedade e nos espaços sociais de convívio coletivo e passar a vivenciá-lo de forma diferente.

Uma vez que o significado real da educação, digno de seu preceito, é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação – das quais são também os produtores mesmo sob as circunstâncias mais difíceis – todo sistema da educação orientado à preservação acrítica da ordem estabelecida a todo custo só pode ser compatível com os mais pervertidos ideais e valores educacionais (MÈSZÁROS, 2010, p.83).

Entendemos que a conexão entre trabalho e educação é algo que permeia algumas concepções históricas do trabalho como princípio educativo e que estas dariam a este um caráter libertário e transformador. Deste modo ao se apresentar o desafio de se inserir o trabalho como atividade central nas práticas educativas na escola, nos espaços de formação e nos processos socioprodutivo nos reverbera a intencionalidade de uma educação voltada para uma práxis social. Com isso estabelece essa relação dual entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, que trata pelo termo “ciência” e defende a incorporação do trabalho pela escola como atividade indispensável para superação desta sociedade de classes, é pensar num caminho que se faça no sentido de por fim a separação histórica entre o homem que pensa e o homem que executa.

Os vários fatores de inserção do trabalho na educação, elementos que se pautam em princípios que possibilite educar para um novo imaginário de sociedade, pois, ação educativa é mensageira de mecanismos capazes de produzir conformidade e de despertar o senso crítico. Assim, a escola tanto pode vir a servir a grupos hegemônicos dominantes como também pode trabalhar de forma decisiva na construção da libertação das classes operárias. Portanto, para Frigotto e Ciavatta (2002) o trabalho como princípio educativo não é apenas uma técnica didática ou de método para o ensino, deve estar vinculado ao saber e ao fazer, se educa para fazer uma leitura crítica do mundo, construindo autonomia e transformação.

Buscamos em Pistrak (2011) uma melhor conceituação sobre o trabalho como princípio educativo, onde este diz que:

[...] oferecer apenas conhecimentos científicos que não sejam esquecidos e que se gravem profundamente, cuja necessidade seja incontestável aos olhos das crianças, conhecimentos que correspondam aos objetivos principais da escola, concorrendo para a realização de seus objetivos. Ou seja, importamo-nos não com a quantidade, mas com a qualidade dos conhecimentos que oferecemos com a intenção de ajudar os alunos a se apropriarem solidamente dos métodos científicos fundamentais para analisar as manifestações da vida (PISTRAK, 2011, p. 98).

Assim, a partir dessas manifestações humanas e para gerarmos emancipação por meio do trabalho, é necessário trabalharmos coletivamente a educação para este processo, desse modo, tendo o trabalho como princípio educativo, ocasionando uma ruptura com a hegemonia e os processos de alienação. Ao ocorrer o desenvolvimento de consciência crítica e não apenas uma formação para o mercado de trabalho. Isso significa educar tendo como base um fortalecimento do homem em todos os seus sentidos, onde o mesmo tenha conhecimento do processo histórico em que está inserido, bem como conhecimentos específicos capazes de articular as atividades educativas com as lutas sociais.

Como afirma Pistrak (2011), é de suma e emergente importância vencer a dicotomia do trabalho manual *versus* trabalho intelectual. Que segundo Gramsci (1979), esse é o sentido do trabalho como princípio educativo, que tem como finalidade a incorporação do trabalho intelectual na vida dos trabalhadores para estabelecer o fim na separação entre o *homo faber* do *homo sapiens*, educando-os para serem capazes de atuarem como líderes, sujeitos de transformação que, ao se transformarem, também transformam os espaços em que vivem. Para Saviani (1994), essa dicotomia está vinculada aos espaços de formação e os espaços de trabalho nesse modelo de sociedade capitalista, onde os grupos hegemônicos têm acesso aos conhecimentos que são os intelectuais e as massas possui apenas acesso ao conhecimento que gere força produtiva. Sobre isso Mézáros (2010) enfatiza que:

A concepção de educação aqui referida – considerada não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo – assinala um afastamento radical das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado (MÉSZÁROS, 2010, p.79).

A finalidade da educação como agente de transformação e de possibilidade para a construção de outro projeto de sociedade, que rompa com a lógica do capital, se faz urgente e intrinsecamente vinculada na educação. Ao pensar numa educação como uma transcendência positiva da auto alienação do trabalho, que atesta as condições desumanizantes da alienação

em que vivemos, buscando por meio do trabalho a formação do homem omnilateral. Tal mudança nos exige uma ampla intervenção consciente em todos os domínios e níveis da existência individual, coletiva e social, em toda a nossa maneira de ser. Essa concepção está intimamente ligada aos processos educacionais e a escola que nasce e se perpetua ligada aos modos de produção da sociedade capitalista.

Para pensar nesse ideário de educação, faz-se necessário superar esse privilégio por meio de um sistema pedagógico que prime por concepções e fundamentos que perpassem o capital. Pistrak (2011) nos diz que o trabalho, como princípio educativo, deve abarcar todos os elementos que são essenciais para uma educação emancipadora partindo de elementos que definem na base da escola do trabalho. Ou seja, que prime por princípios que se pautem nas relações que se estabeleçam entre a realidade atual e a auto-organização dos alunos. Estes princípios são orientados, principalmente, pelo ingresso do trabalho na escola e pela organização da coletividade nos processos pedagógicos e na organização do trabalho. Deste modo, conforme o autor nos fala poderá ocorrer à transformação, não somente do homem, mas, também da sociedade em que se vive, tendo como produto a emancipação humana.

Não se trata de estudar qualquer tipo de trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energia musculares e nervosas, mas de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos. Em outras palavras, trata-se aqui o valor social do trabalho, isto é, da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade (PISTRAK, 2011, p. 50).

O trabalho como percebemos deve ser considerado o propulsor da transformação da sociedade. O trabalho como princípio educativo qual tem como consequência maior, a emancipação humana. Este se pauta no trabalho para além das exigências de mercado e socialmente útil, voltado aos requisitos necessários para inúmeras possibilidades de emancipação humana. Para Pistrak (2011), o papel da escola está intimamente ligado no que se refere a uma revolução cultural. Já Saviani (1994), aponta que a escola, na sociedade capitalista, se compõe, enquanto lugar da luta de classes, e que, conseqüentemente, poderá potencializar uma provável transformação social.

A obra cultural da escola não se constitui um sistema completo em si mesmo, destinado a corrigir as injustiças do regime social “por meios intelectuais”. Este papel é atribuído à escola em virtude da transformação geral da vida definida pela expressão “transição à forma socialista”. Trata-se de um papel auxiliar no contexto de todo um processo suscitado unicamente pela vontade dos trabalhadores. (PISTRAK, 2011, p. 112-113).

Ao estabelecer um elo entre o trabalho educativo na perspectiva de Pistrak (2011) na qual a escola deverá desenvolver o trabalho intelectual que instigará a construção de um trabalho associado não alienados, possibilitando, assim, a revolução intelectual e transformação da sociedade. Deste modo, o trabalho associado e suas concepções atuais deste trabalho que prima pelas práticas coletivas e os processos formativos de uma educação que tenha como base os princípios educativos vivenciados no mundo do trabalho que não apenas atenda as lógicas capitalistas, se configure nas suas contradições para produzir homens emancipados ao passo que o mercado também se emancipa e se transforma diariamente.

2.4 Trabalho associado e Economia solidária e nos processos formativos

A Educação popular é uma metodologia educacional voltada para a conquista de direitos sociais, políticos e culturais. Ela é uma prática pedagógica problematizadora e geradora de possibilidades de se aprender apreendendo. Ela ajuda a mostrar a realidade social que é produzida e vivenciada pelos sujeitos sociais, em diferentes espaços geográficos e contextos socioeconômicos, culturais, políticos, de gênero, entre outros. Ela ainda aponta caminhos para a superação dos problemas encontrados no âmbito social.

Dessa forma ela se torna um instrumento pedagógico de transformações culturais, pois ela incentiva a luta por justiça social e dignidade humana. A educação popular contribui com a organização do povo, os ajudando a realizar o desvelamento da sua própria condição histórica de ser sujeito social, de sua natureza humana, de como produz as suas condições materiais de vida e de como produz. Um dos aspectos importantes da Educação popular é essa dimensão da problematização, pois é neste dialogo crítico-reflexivo sobre o mundo, e ao mesmo tempo autocrítico-reflexivo do próprio sujeito da sua história, é que ele estabelece uma relação conflituosa-amorosa ou amoroso-conflituosa com a forma de sociabilidade vigente.

Por outro lado, conforme aponta Paul Singer (2000) a Economia Solidária tem em sua essência a cooperação, porém os empreendimentos de economia solidária, na medida em que têm de comprar e vender em mercados capitalistas em uma sociedade extremamente competitiva e individualista têm grandes dificuldades de serem competitivos, em termos de qualidade e eficiência dos produtos e serviços, dentro de princípios autogestionários. Portanto, um dos grandes desafios das empresas autogestionárias é superar a incredulidade da

possibilidade de “meros trabalhadores” gerirem os empreendimentos de maneira eficiente e sustentável.

A grande questão é a capacidade coletiva que constrói os empreendimentos, a possibilidade do empoderamento que contém os elementos construtores os avanços sociais em lutas diversas que passam da mera sobrevivência para a legitimidade. O que Nicolau Priante Filho (2013) denomina de relações de confiança, e que passa pelo processo de construção de alternativas credíveis e de soluções e inovações sociais que dão referência e credibilidade as ações.

A questão de ter a referência a uma teoria geral que controle as relações coletivas, representadas em um momento da história pelo Estado na construção da sociedade Socialista, neste momento não se sustenta, por isso Boaventura Santos (2001, p. 807) propõe o trabalho de tradução, que “[...] incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas”. A tradução entre saberes assume a forma de “hermenêutica diatópica”, isto é, interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações similares entre elas e as respostas que fornecem para as devidas preocupações.

O trabalho de tradução se consolida como uma lógica dialógica, possibilitando aos trabalhadores o acesso aos conhecimentos produzidos pela Universidade, por outros empreendimentos, de outros países, tanto em suas ações quanto em tecnologias sociais que são reaplicadas em realidades específicas. No dia-a-dia dos empreendimentos, os agentes por meio do diálogo e da ação conseguem traduzir, uns para os outros, as preocupações “isomórficas” no que se refere a sua inserção no mercado, na luta por políticas públicas, na constituição de parcerias, na construção da rede de solidariedade e na busca de novas concepções de mundo.

E isso o faz estar na permanente condição de aprendiz, de construtor, transformador ou reproduzidor da realidade objetiva. Para Freire a conscientização é uma dos elementos pertencentes a uma Educação libertadora e promotora de autonomia. A educação popular ajuda na organização dos diversos movimentos sociais, para que se manifestem em defesa dos seus direitos, para que ajudem no processo de sensibilização de elaboração de uma consciência crítica social, na intervenção e participação do povo nas políticas públicas. Sendo assim, a Educação popular está imbricada ao protagonismo social.

Embora a Educação Popular tenha assumido diversos significados no decorrer de sua trajetória sócio-histórica, esta procura trazer a tona os princípios da cidadania. Orienta-se como uma práxis libertadora que dá voz pelo diálogo, como ferramenta de libertação, de

consignação de culturas vilipendiadas possibilitando assim a construção de novos saberes, de novos modos, novos métodos e para a busca por um mundo que privilegie a democracia, a humanização, a ética e a solidariedade.

Já a economia solidária é uma nova forma de se organizar para produzir coletivamente, tendo como cerne o bem estar dos associados, a divisão igualitária dos lucros entre os associados, as mesmas condições materiais, uma distribuição justa dos rendimentos e do lucro. Nessa nova forma de acumulação capitalista, estingue-se a relação direta entre o patrão e os trabalhadores. E isso impacta sobre o trabalhador e o seu reconhecimento no ato de produzir para realizar a manutenção da vida.

Como escreveu Marx (2013), o trabalho tem sua essência ontológica, pois é por meio dele que o homem constrói a sua natureza humana, a transforma ou a reproduz. Além de construir o mundo humano-social, o plano histórico em que ela se desenvolve, a ação praxista de transformas os espaços ambientais para extrair da natureza as condições para se alimentar, para produzir os seus instrumentos trabalho, para ter acesso aos seus primeiros meios de trabalho que são: a terra, a água, os peixes, a madeira entre outros. Essa atividade de trabalho vivo consciente do que se produz, e como se produz incide sobre a elaboração da práxis.

O sujeito social se organiza, planeja, e tem uma finalidade quando pensa nas ações que fará para intervir no mundo, e isso está intrínseco a sua natureza social. Contudo, no contexto contemporâneo da nossa sociedade capitalista, apesar dessa primeira dimensão do trabalho não desaparecer, ela fica ocultada e relegada a segundo plano na consciência de grande parte da classe trabalhadora, que basicamente identifica no imediatismo de suas condições perversas de trabalho, somente o trabalho em sua dimensão assalariada. Situação está em que o capitalista em oposição ao trabalhador, o olha como mera mercadoria (força de trabalho).

Os capitalistas que fazem parte da classe burguesa, e detêm todos os privilégios da nossa sociedade capitalista, ela não deseja romper com essa hierarquia social. E infelizmente, em boa medida a maioria dos trabalhadores não compreendem a extensão das consequências que eles vivenciar ao venderem a sua força de trabalho. Até porque essa não é uma atitude altruísta do trabalhador, ele é obrigado a vender a sua força de trabalho, pois está é a única propriedade privada que ele possui para dispor no mercado. O trabalhador assalariado segue a logica do capital, internalizam que é preciso competir, concorrer com o outro, criar chances de galgar espaço no mercado de trabalho para exercer mesmo que um pouquinho da dominação a qual ele esteve, portanto tempo subjugado.

Como escreveu Freire (1993), é assustador um oprimido que aprende a ser opressor. Mas, a questão não é a culpabilização dos sujeitos que vivenciam essa luta antagônica, mas sim, ao sistema capitalista que os coloca nesse contexto de oposição. Esse trabalhador assalariado faz uma leitura da obviedade das coisas, ele não se reconhece como sujeito histórico e produtor da própria história, geralmente a sua leitura das condições histórica vão do seu próprio tempo de vida as condições de alguns elementos do tempo histórico, dos seus pais, amigos, familiares ou avós. E nesse contexto de fragmentação da leitura histórica sobre a sua realidade o sujeito vê e age no mundo humano-social que está ajudando a produzir, com certo fatalismo, de que as coisas eram assim e que elas permaneceram inalteradas.

Nesse sentido, o sujeito social se aliena do produto do seu trabalho, o no campo social. E na execução do seu trabalho alienado nas fábricas e indústrias, não é diferente, pois estes trabalhadores não compreende nos dias atuais como funciona todo o processo de trabalho que resulta nos produtos que ele ajuda a materializar, eles não podem colocam preço no mesmo, eles não dominam diversas técnicas, ferramentas ou materiais para elaborar tal produto, ou mesmo o espaço físico, as condições e o tempo para tentar produzir novos produtos. Nas duas dimensões elementares de manifestação e concretização do trabalho, elas se constituem ao mesmo tempo como princípio educativo. Pois o ato de trabalhar significa estabelecer relações, sejam elas com os outros sujeitos sociais ou com o mundo.

Nessas duas dinâmicas de trabalho, tanto o trabalho vivo como o trabalho assalariado impacta sobre a construção do metabolismo social. Como nos diz Marx (2013), o capital está no âmago mais íntimo das nossas relações sociais, e em nós. Como complementa Mészáros (2005), por isso temos que buscar meio de nos livrarmos dele de uma vez por todas do capital, pois ele é irresistível, totalizador e perverso. Precisamos fazer com que o trabalho vivo volte a estar em primeiro plano nas nossas vidas, e que a forma do trabalho assalariado seja superada.

E nessa dinâmica de pensar em formas econômicas que possam contribuir para se acirrar as contradições dentro do próprio metabolismo do capital, mesmo que de forma embrionária, para que nos encaminhemos para a superação do modo de capitalista, uma das alternativas para esse via ser é a Economia solidária, tendo como forma específica da categoria trabalho, o trabalho assalariado como princípio educativo.

O trabalho coletivo para Marx não se restringe ao interior das relações capitalistas, no trabalho cooperativo coletivo os órgãos comuns da força de trabalho aparece na atividade social do homem. “Por fim, imaginemos uma associação de homens livres, que trabalham

com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem das suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho” (MARX, 2013, p, 183). Portanto, o trabalho coletivo e cooperativo além de ter seu fundamento histórico-social, ele também tem sua origem científica.

A economia solidária é uma nova forma de se organizar para produzir coletivamente, tendo como cerne o bem estar dos associados, a divisão igualitária dos lucros entre os associados, as mesmas condições materiais, uma distribuição justa dos rendimentos e do lucro.

Concebemos a economia de solidariedade como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços etc. –, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas (RAZETO, 2005).

Essa forma econômica solidária se potencializa como instrumento de inserção, organização, articulação e mobilização social. Ela também tem sua faceta política, pois potencializa e oportuniza, o dialogo entre diferentes associações e cooperativas, tendo como finalidade debater sobre a produção do trabalho associado, da prática da autogestão, do cooperativismo e Associativismo. Nesses diálogos organizados por setores populares da sociedade, em que a Economia Solidária atua juntamente com a Educação Popular, ocorre o compartilhamento das experiências que deram certo e as que fracassaram.

Nessa nova forma de acumulação capitalista, já que ainda estamos vivenciando o sistema capitalista, extingue-se a relação direta entre o patrão e os trabalhadores. As cooperativas e as associações, elas ainda fazem um produto que será comercializado, ainda existe a concorrência entre essas Instituições cooperadas e não-cooperadas, nesses espaços também se produz lucro, acumula-se capital, faz-se investimentos, se fala em capital físico ou fixo (maquinaria), em capital financeiro, ainda se utiliza do tempo socialmente necessário para produzir os produtos, ainda existe o valor de troca, apesar de se falar em trabalho associado os trabalhadores em boa medida não dominam todo o processo de produção, ou as diferentes técnicas de produção para a confecção o mesmo produto.

Porém, os sujeitos disposto a se associarem a trabalharem cooperativamente, começa a pensar em uma nova lógica para as suas relações de trabalho, que influenciará as suas relações sociais. Os sujeitos envolvidos nesse processo começam a pensar na organização coletiva, no exercício do diálogo autogestionário, no compartilhamento igualitário dos rendimentos

obtidos com a venda dos produtos, eles compram mais barato a matéria-prima que usam para fazer os seus produtos, e por esta razão, eles os vendem com um preço mais adequado ao gasto que se teve para produzir. Eles aprendem a colocar preço no que eles produzem, e eles não usam nenhum intermediário para isso.

E como já foi exposto anteriormente quando falamos de trabalho, seja em qualquer em uma das suas dimensões, ele implica em uma relação pedagógica e praxista. Sendo assim, essa concepção de trabalho associado mesmo permeado por todas as contradições vivenciadas na Economia Solidária, significa a concretização de uma concepção de educação Popular. E isso impacta sobre o trabalhador e o seu reconhecimento no ato de produzir para realizar a manutenção da vida.

Ao abordar o tema sob este prisma em que a Educação Popular está conexas ao trabalho associado, enquanto processo formativo proporcionado e potencializado em ambiente cooperativos, que vivenciam a Economia Solidária, pode-se inferir que esses elementos formam uma base interessante de combate e resistente a estrutura metabólica capitalista. A Educação popular é uma metodologia educacional voltada para a conquista de direitos sociais, políticos e culturais. Ela é uma prática pedagógica problematizadora e geradora de possibilidades de se aprender aprendendo. Nesse sentido a Educação está conectada aos problemas sociais, ao contexto em que os sujeitos estão inseridos. Ela faz essa relação entre o ensino e a Educação nos inúmeros espaços sociais, desvelando que todos os sujeitos estabelecem entre si, múltiplas relações de aprendizagem. De acordo com Carrillo (2009), a Educação popular é:

[...] um conjunto de práticas sociais de elaboração discursivas, no âmbito de uma educação, cuja intencionalidade é contribuir nos mais diversos segmentos das classes populares se constituam aos sujeitos o protagonismo da sua transformação na sociedade, em função de seus interesses. A EP, tem o caráter político de educação, pelo seu papel de buscar uma sociedade justa e democrática. (CARRILLO, 2009, p.54)

Dessa forma ela se torna um instrumento pedagógico de transformações culturais, pois vem sendo produzido por meio do trabalho associado, isso resulta na construção de aspectos didático-culturais que são utilizados para repassar saberes populares, conhecimentos técnicos de produção e de cultura. Por exemplo, em um ambiente de cooperativa, os sujeitos começam a trabalhar juntos, a dialogarem e a debaterem a direção da Instituição em parceria, eles falam e praticam ações que condiz com o âmbito no qual eles estão e estabelecem vínculos de amizade, de sensibilidade ao outro, conversam entre si e comparam às formas de trabalho que

vivenciam. Sobre as condições que encontraram e encontram nesses ambientes, explicam para outros porque decidiram praticar uma nova forma de se fazer economia e de trabalhar, e de se reconhecer no olhar do outro. Percebemos o quanto a educação popular contribui com a organização do povo, dos movimentos sociais, inclusive daqueles que realizam a mobilização dos setores sociais para debaterem e experimentar a Economia Solidária, ajudando a realizar o desvelamento da sua própria condição histórica.

Um dos aspectos importantes da Educação popular é a dimensão da problematização, pois é neste diálogo crítico-reflexivo sobre o mundo, e ao mesmo tempo autocrítico-reflexivo do próprio sujeito da sua história, é que ele estabelece uma relação conflituosa- amorosa ou amoroso-conflituosa com a forma de sociabilidade vigente. E isso o faz estar na permanente condição de aprendiz, de construtor, transformador ou reproduzidor da realidade objetiva.

Para Freire (1993) a conscientização é uma dos elementos pertencentes a uma Educação libertadora e promotora de autonomia. Pois quando essa Educação popular vincula-se a um ensino que parte de temas geradores, oriundos de problematizações que o sujeito fez sobre os problemas sociais, ele começa a se indignar, a procurar conhecimentos para entender qual é a origem dessas questões sociais, e como ele pode usar esse conhecimento para fazer algo.

E esse movimento de reflexão-ação e nova reflexão para a práxis, ajuda na elevação do nível da consciência social do trabalhador. Só podemos questionar uma realidade, se de fato a aprendemos como uma síntese de múltiplas determinações. Não dá para permanecermos em uma leitura imediatista da vida social. A educação popular ajuda na organização dos diversos movimentos sociais, para que se manifestem em defesa dos seus direitos, para que ajudem no processo de sensibilização de elaboração de uma consciência crítica social, na intervenção e participação do povo nas políticas públicas.

A Educação Popular como uma práxis libertadora que dá voz pelo diálogo, como ferramenta de libertação, de consignação de culturas vilipendiadas possibilitando assim a construção de novos saberes, de novos modos, novos métodos e para a busca por um mundo que privilegie a democracia, a humanização, a ética e a solidariedade. Sendo assim, a Educação popular está imbricada ao protagonismo social. Segundo Paludo (2012), “entende-se a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direitos como formador, [...] a luta é formadora. Ela se constituiu, ao mesmo tempo, como uma ação cultural, um movimento de educação popular e uma teoria da educação. Porque ressignifica e orienta as práticas sociais”.

E como um dos exemplos desse protagonismo, podemos citar os trabalhadores cooperados e associados. Eles não apenas praticam e compartilham com a família e a sua comunidade, os frutos do seu trabalho, mas também procurando meios de divulgarem esses conhecimentos para que outras pessoas participem. Ele já tem solidez nesse movimento, que já se organizaram e organizam para cobrar do governo a retificação de algumas legislações específicas sobre o tema, bem como ações e projetos que os ajudem nessa tarefa de consolidar cada vez mais uma nova forma de produzir e se relacionar no mercado.

Para Novaes (2013), é importante que conforme se dialogue sobre a necessidade de pensar o trabalho associado conexo à educação, se faça a distinção entre as lutas pontuais e as lutas anti-sistêmicas. As lutas pontuais para o autor é formada por reivindicações cobrando por coisas tais como: moradia, água, saneamento, habitação, escolas, creches, transporte público etc. As manifestações populares dos movimentos sociais para fazer essas cobranças sobre o governo são de caráter imediato, nesses diálogos de “livres negociações” evidencia a correlação de forças entre os antagônicos, a classe dominante e a classe dominada.

As lutas pontuais podem ser acomodadas dentro da ordem e dos chamados “direitos da cidadania”. Elas podem ser abrigadas na forma de concessões pelo Estado capitalista e tendem a restringir suas demandas a questões específicas/corporativas (salário, demandas no bairro, etc.. (NOVAES, 2013, p. 9)

Já as lutas anti-sistêmicas procuram criar meios e formas de combate a estrutura do capital, dos seus pilares, para que possa acerrar as contradições e assim surja um novo modo de sociabilidade no plano histórico, e um novo de produção que não tenha como elemento fundamental a exploração de uma homem sobre o outro, o fazendo vender a sua força de trabalho para comprar mercadorias, que o permitirá fazer a manutenção das suas condições de vida. “As lutas anti-sistêmicas, ao contrário das lutas pontuais, contestam os pilares do capital e em alguma medida vivenciam, ainda que de forma embrionária, o que seria uma sociedade para além do capital” (NOVAES, 2013, p.9).

Assim, essas lutas vivenciadas pelos movimentos sociais estão permeadas pela Educação Popular, se revelam como a alternativa da Economia Solidária mesmo com todas as suas contradições, ela é importante e muitas vezes condicionante para esse contexto histórico, em que é crescente a necessidade de fomentar novas formas de se relacionar socialmente com base e em uma concepção de trabalho associado diferentemente dos modelos até agora vivenciados.

3. A EDUCAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE AUTONOMIA PARA O TRABALHO

“Um povo de homens educados será sempre um povo de homens livres.”

(José Martí)

Os movimentos populares e o movimento da Economia Solidária, movimentos estes engendrados e potencializados pela educação popular que busca compreender os aspectos ligados ao universo do trabalho, trabalho este configurado e reconfigurado numa perspectiva alicerçada das contradições do capitalismo. Nesta seção buscamos compreender a educação neste ambiente de trabalho por meio da educação popular e pelos princípios freireanos de educação. Compreender a educação popular como agente propiciador e possibilitador de práticas correlacionadas a educação e liberdade, emancipação e autonomia, a educação e o trabalho como instrumento prático laboral.

Assim estes entrecruzamentos produzidos pelo texto entre os estudos pautados na reflexão dos processos formativos, na realidade das relações pautadas na experiência cooperativismo da COOPERNONTE, na sua trajetória inicial até a finalização das atividades desenvolvidas na trajetória das relações das conquistas, desafios e dificuldades culminadas no processo de constituição do empreendimento, das dificuldades, dos desafios, das conquistas e do aprendizado final diante do processo terminado e as possibilidades de retorno esgotadas.

3.1 Educação popular: surgimento e definições

A educação precisa ir aonde vai a vida. É insensato que a educação ocupe o único tempo de preparação que tem o homem em não prepará-lo. A educação precisa dar os meios de resolver os problemas que a vida venha a apresentar. Os grandes problemas humanos são: a conservação da existência e a conquista dos meios de fazê-la grata e pacífica.

José Martí

Na caminhada da construção de uma educação diferente, pautada nos anseios populares e na ressignificação de vidas e para a vida, é que buscamos a educação popular como possibilidade de transformação. Ao buscarmos sobre o surgimento da educação popular, muitos autores têm demonstrado diferentes períodos históricos para este surgimento. Para Conceição Paludo (2001), é pela entrada da modernidade brasileira, onde enxergamos um

possível cenário que demonstra outras possibilidades da educação popular, aonde esta vem a se configurar mais educativa, distinguida pela movimentação dos diferentes conjuntos populares.

Embora a maioria da literatura se fixe nos anos de 1960/1970 e parte dos anos 1980 na realização dos estudos e debates sobre a concepção de Educação Popular, é possível localizar a emergência desta concepção desde antes da Proclamação da República, no bojo do movimento forte das lutas pela libertação dos escravos, na prática do movimento socialista, composto em sua maioria por brasileiros que foram os que hegemonizaram (1989 – 1909) o nascente movimento operário daquele período (PALUDO, 2001, p. 84).

A necessidade de abrangermos o valor da Educação Popular se faz necessário para que possamos compreender um movimento que ultrapassa cento e cinquenta anos na nossa história. Esse movimento tem outras conotações e delimitações quando pensamos num processo de reivindicações que se encontram presente dentro de uma conjuntura educacional e social que possuem uma conexão no Brasil e na América Latina. Na concepção Gadotti (1998, p.1) a educação popular nasceu, na América Latina, no calor das lutas populares, dentro e fora do estado. E como principal interlocutor teve Paulo freire como propagador de uma concepção libertadora da educação.

A “educação popular” como origem da palavra nos possibilita compreender a multiplicidade dos inúmeros entendimentos e variadas concepções. Assim estas junções que existem entre a educação, a sociedade, entre as práticas de ensino e a aprendizagem e as camadas populares, os movimentos populares, permeiem o que buscamos sistematizar para a educação popular, onde diferentes perspectivas teóricas e diversas experiências práticas que nos ajudem a entender esta educação em diversas configurações que se transformam historicamente com o caminhar dos movimentos e dos sujeitos.

As experiências somadas no decorrer da história da educação popular em nosso país vão desde os programas educativos que foram originados por meio de ações do Estado. Essas ações em regra se centralizavam com o objetivo de promover uma educação como instrumento de controle social, onde as atividades educacionais se pautavam e se agenciava vinculadas a sociedade civil. Geralmente esses processos educativos se pautavam num processo educacional diretamente ligado a princípios emancipadores, que primavam por práticas de autonomia e liberdade de um currículo ligado ao inventariado e as necessidades sociais dos sujeitos atendidos.

Mesmo com alguns programas educativos direcionados para os movimentos populares, grupos e classes de trabalhadores, no Brasil no início do século XX a maioria das

políticas educacionais estavam voltadas para a educação infantil. Este cenário começa a se modificar a partir da década de 30, quando o Estado começa a reconhecer a Educação Popular e a Educação de Jovens e Adultos e que estas modalidades da educação necessitam de políticas públicas específicas.

No final da década de 1950 alguns movimentos começam a se fortalecer, um exemplo disto foi a realização do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, onde muitos dos educadores começaram a manifestar suas diferentes posições com relação à novas perspectivas educacionais do país. Nessas manifestações foi dado um enfoque maior as práticas pedagógicas, onde a educação não ancorasse o seu trabalho de cima para baixo, onde o professor não se configurasse apenas como um manipulador de programas pré-estabelecidos.

Neste momento esses educadores vislumbravam uma Educação que contemplasse às camadas populares, e que esta educação não deveria estar apenas vinculada à mera transferência de conteúdos. Aqui percebemos uma grande ruptura no pensar e entender a educação, onde se almejava práticas formativas onde fosse privilegiada a formação de pessoas críticas, conscientes, autônomas. Essas novas percepções nos fazem vislumbrar as contribuições de Paulo Freire, este que influenciou a partir de suas práticas incontáveis adeptos em diversos segmentos, dentre eles vários educadores, intelectuais, estudantes, líderes comunitários e até mesmo alguns políticos, lutando e manifestando por uma Educação popular que “[...] preconizava a alfabetização e a conscientização de todos” (BEISIEGEL, 1989, p. 15). Por estas percepções de educação popular corroboramos com Paiva (1987), quando a autora nos coloca as contribuições de Freire, onde:

Paulo Freire, juntamente com outros educadores, sugeriu: a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educativo, a organização de cursos que correspondessem à realidade existencial dos alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo com o Homem e não para o Homem, a criação de um grupo de estudo e de ação dentro do espírito de autogoverno, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria passar a sentir-se participante do trabalho de soerguimento do país; e, finalmente, a renovação dos métodos e processos educativos com a rejeição daqueles exclusivamente auditivos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando as modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais (PAIVA, 1987, p. 210).

Nesse final da década de 1950 e início da década de 1960 foram intensas as mobilizações em prol de uma Educação Popular que resignificasse os seus sujeitos. Aqui fica marcado o início da luta para que se transformasse esse espectro preconceituoso, marginalizante e excludente que pesava e ainda pesa sobre o analfabeto. Esse processo de transformação

cercado por inúmeros movimentos foi se estreitando e se direcionando ainda mais na luta contra a marginalização do analfabeto, esses movimentos se somaram as manifestações pelo seu direito ao voto. Assim pela propagação das práticas e ideais de Paulo Freire começam a mudar o cenário educacional no país, onde os educadores e os diversos sujeitos que participava do movimento educacional.

Deste modo ao ponderarmos sobre a educação popular como reivindicação dos diferentes sujeitos num processo sócio-histórico-político da Educação onde no final da década de 1940 e o início da década de 1950 e 1960, períodos estes de claras modificações educacionais e sociais. As fundamentais transformações vieram ocorrer na educação de base e esta vem a se reconfigurar no Brasil, pois anteriormente a este período a Educação Popular era imaginada como uma extensão do processo de educação formal. Paludo (2001) nos assegura que:

É nos anos 1960, com Paulo Freire, que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares. Pela primeira vez começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latino-americana) que leva em consideração a realidade brasileira com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem um papel central (PALUDO, 2001, p. 91).

Corroboramos com autora quando percebemos que é neste momento que emerge epistemologias sobre uma educação brasileira que tem como ponto de partida a realidade local e prima pelas práticas de transformação da sociedade. Uma sociedade muito marcada pela exclusão das classes populares e agora estes ressurgem como atores centrais desta educação pautada nos interesses coletivos centrais da identidade de um povo. Uma educação direcionada para todos e por todos, sobretudo para os sujeitos oriundos dos espaços urbanos marginalizados e também aqueles provenientes e localizados nas zonas rurais. Beisiegel (1989) evidencia que:

A educação de base era entendida como o processo educativo destinado a proporcionar a cada indivíduo os instrumentos indispensáveis ao domínio da cultura de seu tempo, em técnicas que facilitassem o acesso a essa cultura – como a leitura, a escrita, a aritmética elementar, noções de ciências, de vida social, de civismo, de higiene – e com as quais, segundo suas capacidades, cada homem pudesse desenvolver-se e procurar melhor ajustamento social (BEISIEGEL, 1989, p. 14).

Com o fim das grandes guerras que envolveram o mundo em larga escala, o mundo pode vivenciar a vitória das idéias e dos princípios democráticos. Assim, todos esses elementos obtiveram uma larga interferência nos processos de mobilização nacional, que

neste período supracitado anteriormente acabou por dar um grande destaque ao movimento de busca de educação que realmente significasse as massas.

Assim a participação de todos na construção de um projeto de educação muito maior, que primasse pelo desenvolvimento de um senso coletivo. Entendemos esse coletivo, por participar dos movimentos e por meio destes, resignificar o educar, fazendo-se e refazendo-se na troca de experiências e na contestação dos ordenamentos estabelecidos hegemonicamente, com a problematização destes valores vigentes, buscando por meio das diferentes reflexões a busca por uma realidade transformadora e ao mesmo tempo em que vamos transformando-nos, constituindo sujeitos de nossa própria história.

Muitos autores identificam este nascimento desta nova concepção educativa da educação popular no MEB¹³ promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e nas concepções de educação oriundas de Paulo Freire, nos diversos movimentos educacionais populares como o Movimento de Cultura Popular (MCP), de Recife. São neste diversos movimentos que o protagonismo do povo começa ascender nas ações educativas. Com relação ao MEB, Wanderley (1984) corrobora nos evidenciando que “desenvolveu uma original pedagogia popular, engendrando subsídios concretos para uma efetiva integração da teoria com a prática, para a investigação militante, para a educação libertadora”.

De tal modo percebemos que são diversos os marcos iniciais da Educação Popular e também as diversas transformações que a mesma sofreu e vem sofrendo na contemporaneidade, processos esses constantes e dialéticos. Fávero (2006) nos demonstra um pouco sobre essas mudanças e necessidade de outras, nos relatando a carta do Arcebispo D. José Vicente ao presidente Jânio Quadros.

O nosso drama não é só alfabetizar. Junto a isso há a urgência de muito mais. Há urgências gritantes de se abrirem aos nossos camponeses, operários e suas famílias, as riquezas da educação de base, fundamental, educação que chamaríamos de cultura popular, a qual tem de fazer o homem despertar para seus próprios problemas, encontrar as soluções, aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes, a andar com seus próprios pés, a decidir seus destinos, buscar sua elevação cívica, moral, econômica, social e espiritual. É esta a escola que temos de jogar no seio das populações camponesas e operárias, através de seus métodos próprios já experimentados e vitoriosos ([D. José Vicente Távora, Arcebispo de Aracajú. Carta a Jânio Quadros, Presidente da República recém eleito, em 11 nov. 1960) apud FÁVERO, 2006, p. 34].

¹³ MEB – Movimento de Educação de Base. Movimento criado em 1961 e vigorou até o final de 1966, quando os efeitos da repressão praticamente inviabilizam a continuidade das orientações construídas ao longo dessa primeira etapa

Ao refletir sobre esta carta, nos remetemos num sentido completo de educação, em processos educacionais que entendemos ir além da simples alfabetização e sim de um processo educacional que proporcionasse uma educação para a democracia. Educação esta que possibilitasse a compreensão do sujeito com relação ao seu papel nas ações do mundo e na sua reinserção nos processos históricos. Na medida em que se ansiava o avanço social e econômico do Brasil, ficava cada vez mais evidente a necessidade de se pensar em políticas de educacionais pautadas por princípios baseados numa equiparação dos desprivilegiados ao mundo moderno que urgentemente adentrava as portas do país.

[...] pensamos o movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos (CALDART, 2002, p.128).

Ao verificar que dentro de várias possibilidades existiu uma preocupação com a finalidade desta educação ofertada, principalmente no que tangia a adequação do meio ao fim. Assim este projeto educativo pautado nos movimentos sociais, no movimento da Economia Solidária, mesmo que este aqui não surja de uma forma tão aberta e até mesmo formalizada, mas isso se dá nos contornos encontrados do próprio constituir-se e reconstituir-se, que Singer (2004), evidencia como “ato pedagógico em si mesmo”.

Neste momento sócio-histórico as atenções se voltavam para o cenário rural do Brasil, para o homem do campo, que até este período se encontrava distantes dos processos educacionais. Deste modo, se fazia necessário instrumentalizar o acesso destes, as noções de leitura, escrita, convivência social e até mesmo de higiene, para que assim pudesse coexistir com as requisições desta vida moderna que se encontrava emergente de ser cumprida, transformando assim estes sujeitos mais adequados aos processos e modos de produção.

Podemos entender que neste momento vivia-se no Brasil, formal e constitucionalmente, uma democracia, aliás, foi muito cedo que as elites brasileiras, assim como em outras partes da América Latina, aprenderam a lidar com os mecanismos formais da democracia liberal. O populismo é uma dessas estratégias, ou melhor, um mecanismo real de controle de todas as instâncias de democracia pelos membros das camadas dominantes, ainda que, diferentemente dos períodos anteriores, o povo tivesse o direito formal de participar.

Para Freire, a Educação não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder instituídas no capitalismo,

como acontecia na Educação Bancária¹⁴ Freire (1987). Na busca por conhecer as inúmeras capacidades de pensamento, arguição e concepção, a educação popular assinala o viés política da educação e com isso ganha uma identidade de classe. Ao passo que discute o formato das relações de poder que alimentam a sociedade capitalista e se repetem na educação bancária. Buscar romper com esse processo de alienação e subalternização e orientar atividades na busca por construir um arquétipo educacional direcionado para a concepção de uma sociedade com justiça social. “Uma prática cultural libertadora deveria envolver um trabalho intelectual de reelaboração dos elementos ideológicos da tradição de um povo” (BRANDÃO, 2008, p. 28). Nas palavras de Paulo Freire em diálogo com Nogueira percebemos de que transformação que Freire (2001) se referia,

Nesse período havia uma relação muito estreita entre educação e transformação da sociedade. Portanto havia um tipo de educação não apenas para transformar as pessoas [...] mas haveria educação que refletisse com as pessoas a transformação do país inteiro. Havia naquele contexto o conceito de educação bancária. (FREIRE, 2001, p.17).

Na primeira metade dos anos 1960, os movimentos voltaram-se à promoção da cultura popular, questionando-se não apenas sobre a “[...] forma ingênua e folclórica” (FÁVERO, 1983) como se pensava a cultura do povo brasileiro, mas também, e principalmente, sobre os usos políticos de dominação e alienação da consciência das classes populares.

No Brasil começou a germinar movimentos volvidos para uma promoção da cultura popular, estes movimentos tinham a intencionalidade de levar a todas as pessoas a cultura produzida pelo povo. Buscavam trabalhar com educação por meio da cultura popular, e isso se dá na intenção de levar a cultura e resgatar e até mesmo criar nestes grupos um potencial criador. Reafirmavam, na prática, que todo ser humano produz cultura na sua relação com o outro e com o mundo. “Quem faz cultura popular nunca perde de vista a aquela formulação de Guevara: por mais que se faça, no essencial a cultura permanece intacta não se toma o poder” (FÁVERO, 1983).

A liberdade de expressão, e a ebulição política colaboraram para que estudantes, intelectuais, educadores e políticos se preocupassem com a promoção das massas e o processo de tomada de consciência. Nesse momento no Brasil buscava-se a era a construção de um projeto político de educação que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o

¹⁴ Educação bancária: “faz do processo educativo um ato permanente de depositar conteúdos. Ato no qual o depositante é o ‘educador’ e o depositário é o ‘educando’. A concepção bancária, ao não superar a contradição educador-educando, mas, pelo contrário, ao enfatizá-la, não pode servir senão à ‘domesticação’ do homem”. (FREIRE, 1974, p. 14).

trabalho e, assim, reformular tudo que dessa dominação decorria. Esta ação não surgiu do nada, ele vinha sendo gestado há certo tempo. As mudanças deveriam acontecer pautadas pelas necessidades inerentes a aqueles que a educação correspondia, assim se deu neste com o trabalho os grupos populares e o inventariado social dos mesmos.

[...] Sempre confiávamos no povo. Sempre rejeitávamos fórmulas dadas. Sempre acreditávamos que tínhamos algo a permutar com ele, nunca exclusivamente a oferecer-lhe. Experimentamos métodos, técnicas, processos de comunicação. Superamos procedimentos. Nunca, porém, abandonamos a convicção que sempre tivemos de que só nas bases populares, e com elas, poderemos realizar algo sério e autêntico para elas. (FREIRE, 1982, p. 102).

Nesse ideário de educação voltada para a liberdade, onde os movimentos se davam pela participação no círculo de cultura, onde os educadores se pautavam nas experiências concretas dos sujeitos educandos. Assim estes sujeitos se resignificaram como elaborador de cultura, buscando compreender as diversas relações pautadas entre o homem e a natureza. Segundo Fávero (1983) foram esses os movimentos de cultura popular os grandes disseminadores de ideias e das experiências da educação popular. É Neste contexto que Paulo Freire se consolida como um dos maiores propulsores e inspiradores da educação popular, enquanto concepção de uma proposta educacional pautada no e para o povo.

Ao se perceber como sujeito que transforma o meio e se transforma ao mesmo tempo, possibilitando assim a transformação o seu universo social e retomando as práticas potenciais de criação. Aprenderiam deste modo que a educação não se faz e não se dá diferente da vida, mas, sim, nas probabilidades de significar-se, ressignificar-se e até mesmo de modificar todas as redes de significação pertencentes ao universo educacional e conseqüentemente inerente a sociedade. Freire (1980) ao falar de conscientização nos evidenciou que:

A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. [...] conscientização, como atitude crítica dos homens na história, não terminará jamais. [...] A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em 'fator utópico' (FREIRE, 1980, p. 27).

A educação quando desempenhada como prática de e para liberdade, educação esta que se realiza por práticas cotidianas e entendidas no e pelos princípios freireanos. Princípios estes que nos levam a compreensão do ser humano abarcado como um ser inacabado e incompleto, pela sua incompletude é que se dava a consciência deste inacabamento. Sujeito este fruto das interações sociais, portanto ser histórico, que ao caminhar na linha temporal espaço-social se modifica e transforma o seu meio. Igualmente é na possibilidade de reconstrução deste ser inacabado que o homem por meio da educação pode se humanizar e

desumanizar ao passo que essas práticas educativas possibilitam a real compreensão de si e do meio ou estas legitimam um estado de exclusão e marginalização dos mesmos.

Uma conscientização entendida como uma práxis que supera e ultrapassa as possibilidades de um ideário de consciência comum, essa conscientização entendida como uma consciência de classe. De tal modo corroboramos com Vazquez (2007) quando este evidencia uma consciência pautada na práxis e conjecturada nos grupos, dessa forma o autor nos diz que:

[...] só pode ser apreendida por uma consciência que capte o conteúdo da práxis em sua totalidade como práxis histórica e social, na qual se integrem e perfilam suas formas específicas – o trabalho, a arte, a política, a medicina, a educação, etc. – assim como suas manifestações particulares nas atividades dos indivíduos ou grupos humanos (VÁZQUEZ, 2007, p. 35).

Numa perspectiva educacional distinta, onde a educação se dá por meio das atividades de produção, onde os princípios da educação por meio do trabalho e da formação. Esses ideais de liberdade, onde se buscava a superação de uma educação domesticadora, ou mais precisamente como o autor identifica, procurava-se romper definitivamente com esse modelo educacional chamado por ele de educação bancária.

Portanto, ao compreendemos a educação popular como lugar onde o sujeito romperia seu estado de sujeito-objeto e se tornaria homem sujeito-histórico que se transforma e transforma o seu meio. Na pretensão de reconstruir práticas políticas educacionais na busca de sobrepujar a dominação do capital sobre os diferentes sujeitos por meio do trabalho e, com isso, reconstruir esse modelo de organização e reorganizar em sociedade.

É bem verdade que a prática educativa proposta não poderia ser considerada em si mesma uma causa da possível transformação ‘revolucionária’ da sociedade [...] Mas é igualmente inegável que está prática educativa poderia vir atuar como um dentre os fatores de explicação das potencialidades transformadoras, inerentes as condições da existência popular no Brasil (BEISIEGEL, 1992, P.194).

Indiferentemente das ebulições sociais para uma transformação social, ebulições estas vividas num momento sócio-histórico pautado por repressões da ditadura civil-militar, que assolou o país, fazendo com que diversos movimentos e práticas educacionais pautadas num projeto educacional conjecturado na emancipação, autonomia, liberdade, tomada de consciência dentre outros fundamentos de uma educação popular pensada e desenvolvida para uma mudança da sociedade por meio de uma reflexão crítica sobre as potencialidades de criar-se e recriar-se como sujeito crítico e ativo do seu processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, apesar da educação popular não se configurar como prática de mudança, esta se

reconfigura como agente possibilitador de práticas construtivas para uma modificação social mais profunda e eficaz.

A Educação Popular se constitui de um grande conjunto de teorias e de práticas que tem em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza das condições concretas em que vive a maioria da população. Todas elas refletem a recusa à uma educação domesticadora ou que, simplesmente, não se coloca a questão de que educação precisamos para o país que queremos (GADOTTI, 2000, p.3).

A busca por um formato de trabalho que contribuísse para a mobilização e participação popular, onde o alargamento dos programas de Educação popular começa a ser ameaçado por um novo ordenamento que vigorava no país. As idéias que eram trabalhadas, as propostas pedagógicas pertinentes e difundidas pelos movimentos culturais começaram a desagradar os militares, que percebiam esse movimento educacional como um risco ao modelo político vigente, onde este ideário de educação popular poderia resultar num processo político incoercível. É por estes dentre outros tantos motivos que classificaram de subversivos os que se encontravam vinculados nesses movimentos de atuação política por meio da educação popular. Em 1967, os movimentos interligados aos projetos de educação popular vigentes no país se contornaram em movimentos arquitetados com a única e restrita finalidade de estabelecer controle político da população por meio de práticas centralizadas que se davam por meio das atuações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001).

No início dos anos 1970 com a regulamentação do Ensino Supletivo por meio da lei Lei nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que visava contemplar os jovens e adultos, vislumbrando a equiparação da escolaridade, por meio do suplemento como ferramenta de aprimoramento, e o ensino aprendizagem se davam pela qualificação conjecturada num ensino preocupado apenas com profissionalização. No entremeio dessa década foi surgindo várias maneiras de demonstrar aversão ao regime ditatorial onde a presença maciça do povo às ruas demonstrando a insatisfação com regime de governo presente no país, apesar de que a estrutura de repressão continuava vigorando, mesmo que se mantinha num formato disfarçado.

Acresceram assim os movimentos contrários aos índices de inflação demonstrados nos altíssimos valores do custo de vida nos país, nas diversas manifestações pela anistia dos exilados e foragidos do regime, pela redemocratização do país e a reabertura política. Deste modo, nesta nova conjuntura vivenciada no país, os movimentos populares auferiram corpo

nas lutas populares. A intensificação com o retorno dos movimentos e da sociedade por meios dos grupos e organizações que lutavam contra a ditadura às ruas, com greves gerais organizadas por inúmeros sindicatos, diversas manifestações políticas e se espalharam pelo Brasil e pelo mundo.

[...] a prática social da militância das pastorais e comunidades e a “Educação Popular” por ela desenvolvida era o paradigma do período, influenciando e acolhendo os militantes dispersos que só aí encontravam possibilidades de contato e trabalho político com setores populares (PEREIRA, 2006, p. 31).

A educação popular compreendida a partir dos movimentos anteriores a década de 1980 passa a ser compreendida como educação não-formal que se estabelecia como alternativa aos processos de exclusão verificados na educação formal. Num ideário de educação pautada pela reestruturação capitalista a educação configurada pelos arquétipos operacionais continuou sendo em constituída como proposta pedagógica coordenada pelo Estado. Neste período a Educação popular se confunde apenas como movimento social devido a uma crescente mobilização da sociedade nos diversos segmentos sociais, onde mesmo sobre fortes represálias e num momento que ainda vigoravam uma considerável repressão sobre os movimentos, grupos e até mesmo na individualização da repressão onde este enfrentamento contínuo e crescente começou a deslegitimar uma política autoritária que ainda vigorava no país.

Em meados dos anos 1980 com as negociações em fase de transição para redemocratização do país é que neste contexto, começa a acontecer um esvaziamento de políticas educacionais voltada para a educação popular. Mesmo que em alguns espaços no Brasil pode se perceber um momento de extraordinário aumento das diversas formas de organização popular e de suas experiências de participação política na sociedade, mas o movimento da educação popular experimentou uma queda vertiginosa. Por meio das mobilizações populares, e com a abertura política que foi acontecendo. O país experimentou uma mudança considerável e na área da Educação “[...] a década de 80 se inicia com a construção de entidades destinadas a congregar educadores e de associações de caráter sindical que vão se aglutinando em âmbito nacional” (SAVIANI, 1995, p. 52).

Ao perceber as diferentes organizações que começaram a se organizar e movimentar ficaram caracterizadas pela compreensão da importância de contextualizar o significado político e social da Educação. Muitos foram às mudanças na educação com a globalização do país por meio da economia, com o avanço das políticas neoliberais que começaram a se

instalar no Brasil. Na década de 1990 com essas novas configurações políticas e econômicas advindas de um estado que adentrava ao neoliberalismo a educação popular passa por redefinições no Brasil e também na América Latina. Para Gohn (2008, p.53) a década de 90 foi um momento de revisão paradigmática, com redefinições dos objetivos da Educação Popular antes centrado na política e na estrutura da sociedade e que agora se voltara para os sujeitos, para sua cultura e simbolizações. Essas representações dos sujeitos nos movimentos sociais com relação às identidades dos sujeitos a autora nos assegura que,

O movimento social, enquanto um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são, portanto móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. [...] Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto, a identidade política dos movimentos sociais não é única, ela pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que gera consciência de interesses (GOHN, 2008, p. 29).

Esses novos paradigmas educacionais contribuíram neste novo ordenamento de se pensar e repensar a educação popular diante dos novos e imediatos desafios que a sociedade brasileira e da América latina enfrentavam. A idéia de resignificação e significação dos sujeitos diante das reformulações cotidianos dos seus conhecimentos por meio das experiências educacionais vivenciadas agora ganham outros delineamentos. Ante essa nova fase do capitalismo, vislumbramos uma crescente ótica de segregação e exclusão social, econômica, política e cultural em nosso país. Esse ideário de exclusão não se deu apenas nesse momento sócio-histórico do nosso país, apenas os delineamentos é que se modificaram e por meio da ação do estado suas configurações ficaram cada vez mais introjetada dentro dos processos educacionais. A justiça social nunca foi uma bandeira em nosso país, mas também nunca obteve contornos tão sombrios e operantes pelas ações do estado.

As novas reconfigurações dos modelos de dominação, sem sombra de dúvida, configuram o nó no gargalo e engodo mais complexo e exigente no âmbito da educação popular. Na busca isolada pela manutenção do poder, por meio das antigas práticas de dominação muitas vezes configuradas à semelhança das táticas clássicas de um passado ainda muito recente. Percebendo em nosso imaginário a perpetuação ainda de resquícios de dominação, vemos técnicas concretizadas que resultaram em extensas frustrações. Estas que são provenientes das esperanças de cunho social, cultural, econômico e da expectativa dos sujeitos oriundos das diversas classes populares clamam por transformações concretas da vida diária e real.

Existe, atualmente e particularmente a partir dos anos 1980, a emergência de novos conceitos ou a ressignificação de antigos, relacionados ao campo de discussão sobre os Movimentos Sociais: sociedade civil, cidadania, esfera pública, parceria, democracia participativa, revelando um deslocamento de estudos centrados na classe operária e suas formas organizativas, como sindicato, comissão de fábrica, centrais sindicais, etc., para outros segmentos sociais e outras formas de organização (PALUDO, 2008, p.3).

Para além da tática de absorção do ideário de poder, faz-se necessário organizar o embate político para a construção de relações sociais que privilegiem a luta para uma transformação de estado de dominação. É importante pensarmos para além da lógica da generalização, onde os movimentos por não enxergarem sua ampla difusão e reconfiguração das diversas identidades, muitas vezes não se percebem enquanto movimento, enquanto espaço de luta e de contradição.

Na tentativa de optar pelas práticas democráticas, aludindo outras importâncias culturais, que efetivamente reconstruam os desafios diários dos processos democráticos, sobrepujando seu arquétipo genuinamente representativo, que muitas vezes se dá no singular e não na ordem coletiva das ações. Principalmente na perspectiva atual das desgastadas e ineficientes demandas sociais vigentes.

Vislumbramos assim os movimentos sociais que se organizam práticas discursivas pautadas pelos debates transparentes das reais necessidades. Deste modo se faz imperativo que estes ocupem espaços sociopolíticos para recriar estas estruturas pungentes impostas. Por meio dos movimentos sociais articulados que se articulam por meio da educação popular e que buscam romper com as exclusões e os ciclos invariáveis de poder dominante nas redes de cooperação e no escoamento das produções e nas diversas formas de apropriação do trabalho. Entendemos que se faz emergente o fortalecimento e a tessituras de novas experiências de solidariedade coletivas e individuais, buscando com isso um novo direcionamento para a construção cidadania conjunta e mútua.

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar e de narrar, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes à maneira da educação “bancária, mas um ato “cognoscente”. [...] Educação problematizadora consiste de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade (FREIRE, 1993. p. 78).

Freire (1993) evidencia a habilidade de a Educação Popular corroborar para uma formação humana e emancipadora. Ele nos revela aspectos relevantes sobre as impressões do homem como um ser no tempo e espaço, e como sujeito ontológico, que busca muito mais que o ato de conhecer o mundo e sim de estar no mundo buscando sua transformação. Deste

modo se torna indispensável que repensemos a Educação Popular do ponto de vista de emancipação social, de reconstrução de perspectivas econômicas condizentes com sua realidade e de uma expressiva mudança nas antigas proposições de dominação. A finalidade está no fortalecimento de novos espaços sociais, onde as classes populares contribuam para o desenvolvimento de individual e coletiva de tomada de consciência, buscando uma participação ativa.

A revolução cultural toma a sociedade em reconstrução em sua totalidade, nos múltiplos quefazeres dos homens, como campo de sua ação transformadora [...] A reconstrução da sociedade [...] tem na cultura, que culturalmente se refaz, o seu instrumento fundamental”. Desta maneira, o poder revolucionário [...] não é apenas um poder, mas um novo poder [...] (FREIRE, 1993, p. 156).

Portanto, ressignificar as configurações de dominação e romper com este estado de poder exigem também, novas proposições de apoderamento social. Assim se faz necessário romper com as mais diferentes práticas autoritárias, heterogestionárias¹⁵, exclusórias e dominadoras que há muito tempo determinaram as formas como os movimentos sociais vinham sofrendo historicamente por meio das reconfigurações sociais, culturais e econômicas.

Os movimentos populares dos anos 60 e 70 viam o Estado como organizador do bem-estar social e a questão era pressionar em medida suficiente e oportuna para obter deles as demandas. Hoje, a nova visão do Estado baseia-se na ideia de construir novas alianças em que eles não querem receber benefícios sociais, mas participar como sócios, parceiros na definição de políticas públicas e da inversão de prioridades. Antes movimentos populares tinha caráter reivindicatório ou revolucionário, hoje, predominantemente programáticos (GADOTTI; TORRES, 1992, p. 113).

Temos como uma grande provocação à construção de novas relações de sistematizar as esferas de poder, pois a educação Popular advinda de uma proximidade por muitas vezes intrínseca com a Educação de Jovens e Adultos e espaços não-formais. Esta possuem raízes construídas sócio-historicamente na evolução educacional invade os espaços formais de educação, influenciando decisivamente as novas configurações dos movimentos sociais e da Educação Popular. Pensar nessas novas configurações, não é pensar em homogeneidade, e sim, uma heterogeneidade de lutas e campos de atuação, fortalecendo o debate e as práticas de participação da sociedade civil no Estado e as ações dos cidadãos nas políticas públicas.

¹⁵ Quando uma empresa é gerida por um gerente ou por algum outro trabalhador da empresa, na ausência do diretor ou presidente. Singer (2002) nos fala sobre a possibilidade de que as cooperativas embora inseridas numa proposta de produção econômica distinta, constituída pela economia solidária que também se faz inserida no capitalismo, por se este o modo de produção preponderante que modela as superestruturas sociais da sociedade.

E uma destas relações consideradas fundamentais é a que se estabelece entre Estado e políticas sociais, ou melhor, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, em uma determinada sociedade, em determinado período histórico (HÖLFING, 2001, p. 30).

Deste modo, temos muito ainda há andar pelo este vasto caminho da Educação Popular permeada pelos movimentos populares e movimentos sociais. Pensando nessa aproximação por meio das políticas públicas implementadas pelo Estado, essas as experiências de luta e movimento vêm somando na busca por alternativas viáveis e justas, onde se tem a busca efetiva por práticas que envolvam a cidadania por meio de ações concretas, coletivas e individuais onde se reconfigurem novos espaços e novas formas de se organizar a sociedade.

3.2 A educação popular nos contextos dos movimentos sociais e seu potencial emancipador

Ao iniciarmos essa subseção acredito ser necessário estabelecermos uma sistematização, e por meio de reflexões teóricas definirmos claramente os conceitos de Educação Popular. De tal modo buscamos esses conceitos apoiados em autores como: Brandão (1984), Beisiegel (1992), Freire (1997), Gadotti (2000), Martí (2001) e Wanderley (2010), para que assim apreendermos a sua significação, não apenas como conceito teórico, mas sim como práxis cotidiana.

Quadro 1 – Aproximações conceituais da Educação popular

Autor (a)	Aproximação conceitual da Educação popular
BRANDÃO (1984)	A educação popular não é uma variante ou desdobramento da educação de adultos. [...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação. [...] a educação popular não se propõe originalmente como uma forma “mais avançada” de realizar a mesma coisa. Ela pretende ser uma retotalização de todo projeto educativo, desde um ponto de vista popular.
BEISIEGEL (1992)	É bem verdade que a prática educativa proposta não poderia ser considerada em si mesma uma causa da possível transformação ‘revolucionária’ da sociedade [...] Mas é igualmente inegável que está prática educativa poderia vir atuar como um dentre os fatores de explicação das potencialidades transformadoras, inerentes às condições da existência popular no Brasil.
WANDERLEY (2010)	[...] é uma educação de classe; histórica; política; transformadora e libertadora; democrática; relaciona a teoria com a prática; relaciona educação com o trabalho; objetiva a realização de um poder popular.

GADOTTI (2000)	A Educação Popular se constitui de um grande conjunto de teorias e de práticas que tem em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza das condições concretas em que vive a maioria da população. Todas elas refletem a recusa à uma educação domesticadora ou que, simplesmente, não se coloca a questão de que educação precisamos para o país que queremos.
MARTÍ (2001)	Educação popular não quer dizer exclusivamente educação da classe pobre; mas que todas as classes da nação, que é o mesmo que o povo sejam bem educadas. Assim como não há nenhuma razão para que se eduque o rico e não o pobre, que razão há para que se eduque o pobre e não o rico? Todos são iguais.

Fonte: Quadro organizado pela autora por meio do referencial teórico apresentado

Continuar uma reflexão sobre a Educação Popular é também caminhar pelo difícil e tênue caminho da análise histórica do que foi vivido no decorrer da evolução de nossa sociedade. Assim devemos considerar os mais variados atores, seus objetivos, suas ações, suas ferramentas, sua territorialidade. Também se faz necessário uma crítica sobre os aspectos do passado e as suas expectativas para o futuro. Implica também analisar as relações de forças e os espaços de contradição. A tentativa de se estabelecer uma relação dialética entre a Educação Popular e o Estado é necessária, porém, repleta de contradições.

Assim, “o processo pelo qual se define e se implementa uma política não se descarta do universo simbólico e cultural próprio da sociedade em que tem curso, articulando-se, também, às características de seu sistema de dominação e, portanto, ao modo como se processa a articulação dos interesses sociais nesse contexto (SEMERARO, 2004, p.184).

Esses movimentos sociais não ficaram demarcados exclusivamente a determinados períodos históricos, em alguns períodos tiveram mais força e projeção social e política e em outros estiveram mais localizados ou periféricos. Para SILVA, Percival T. (2004), os grupos em luta terão suas demandas atendidas na agenda dos governos de acordo com o seu poder de pressão e de domínio interno. Assim a capacidade de mobilização destes movimentos por muitas vezes ficaram mais evidentes em períodos de governos mais autoritários, quando as ações do Estado estavam repletas de imprecisões e tinha em menor escala uma relação com um projeto de governo popular.

As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados. Especialmente por se voltar para e dizer respeito a grupos diferentes, o impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado capitalista sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder (HÖLFING, 2001, p. 35).

Os movimentos sociais vêm centralizando em busca de uma melhor ação para a cobrança de demandas que ao longo da identificação da deficiência na garantia de direitos ou até mesmo na falta destes, estes procuram responsabilizar o Estado. Buscando assim, não só a equidade de direitos, mas também a participação mais efetiva na implementação de novas políticas. Entretanto, esse ideário de partilha e de divergências entre o Estado e a sociedade se faz num marcado por reivindicação de novas formas de participação efetiva. Isto dentro de um projeto de governo neoliberal fica delineado como uma participação solidária, dando ênfase ao trabalho voluntário e na responsabilização social, tanto individual, quanto coletiva.

Talvez por isso as parcerias constituam hoje um eixo fundamental na elaboração e implementação das políticas públicas e educativas, não significando, necessariamente, a diminuição, mas antes a reatualização em novos moldes do poder de regulação do Estado e, assim, contribuem também para a substituição da noção de governo pela (nova) noção de governância (AFONSO, 2001, p.40).

As parcerias entre os Estado e a sociedade civil, se deram e se dão cada vez mais por meio de sujeitos sociais distintos, de forma nenhuma se dão homogeneamente e nem mesmo podem ser emolduradas como um projeto único, com iguais intencionalidades. Assim se faz muito importante percebermos a grande complexidade que se encontram estas parcerias entre Estado e Sociedade, onde uma visão dialética da sociedade, se pauta pela historicidade destes fenômenos emergentes por meio de conflitos. A complexidade de se estabelecer separações entre o Estado e a sociedade civil, onde os interesses individuais se misturam aos interesses coletivos. Isso fica evidenciado pelo crescente aumento das PPP (parcerias público privado), nas ONGs (organizações, não governamentais), nas OSCIPs (Organização da sociedade civil de interesse público), onde estas passam a assumir programas e políticas que antes estavam sob responsabilidade do Estado.

Assim o grande desafio emergente dos movimentos sociais e populares está na difícil identificação ideológica destes movimentos que crescem em número e atuam em diferentes plataformas e nos mais diversos grupos, por isso talvez caracterizar os movimentos, subjaz uma tarefa complexa e política. O grande desafio que percebemos se faz na cooptação dos movimentos sociais pelos partidos e principalmente pelos governos. Enfrentar o desafio de defender o projeto popular dos movimentos ao passo que participa em larga escala dos espaços de gestão pública, das elaborações de políticas públicas e posterior a todos os embates, ainda exercer o controle sobre as ações do Estado. Essa gama de enfrentamentos, conjuntamente com o fortalecimento das lutas das classes populares nos mais diversos tipos de projeto de governo.

Manter essa relação dialética entre o dentro e o fora é importante para a própria sobrevivência do movimento. A força de negociação do movimento dentro do Estado e a sua capacidade de mobilização fora dele. E o movimento chega ao fim quando substitui a mobilização pela negociação, ou quando perde de vista seu projeto político e histórico mais amplo (GADOTTI; TORRES, 1994, p. 72).

Reconhecemos na Educação Popular a probabilidade de melhorar a participação das camadas populares que estão introjetadas ou não nos movimentos sociais, à busca por processos formativos que qualifique e amplie essa participação. Assim a Educação Popular vem demarcar políticas que extrapolam o universo comum da educação.

[...] há de se criar condições para a construção de critérios capazes de garantir coletivamente os direitos fundamentais do cidadão: a materialidade do estado democrático. Este Estado será tanto mais democrático quanto mais incorporar a esfera do direito e der condições para sua garantia. [...] não pode continuar aprisionado por grupos [...] O Estado precisa ser democrático na forma, no conteúdo e no método [...] (SILVA, 2004, p.212).

Portanto, com o balanço da trajetória da Educação Popular que se transforma pela participação dos movimentos sociais e populares que muitas vezes no delinear histórico da sociedade esteve distante dos interesses populares sociais. Estes que diversas vezes teve suas práticas formativas vinculadas ao Estado e também no setor privado se estabelecendo assim numa educação excludente e marginalizante. Suas profundas contribuições aos movimentos educacionais presentes nos espaços escolares por meio do debate contínuo de uma educação pública de qualidade que esteja desvinculada dos interesses mercantis.

Esse ideário de educação que se vislumbra para longe de um Estado pautado em políticas neoliberais onde a Educação Popular se posiciona por meio dos princípios de educação libertadora pautados na emancipação, transformação. Assim participar em quaisquer que seja a esfera, na criação de postostas, ações se faz um processo de formação, pois se caracteriza em interação, autogestão, tomada de consciência, capacidade de interlocução, certo grau de autonomia. Deste modo, a Educação Popular enquanto conceito e até mesmo instrumento busca construir de uma forma participativa e gradual os processos de participação popular nas esferas públicas, tanto coletivamente, quanto individualmente.

Neste mesmo sentido, poderíamos perguntar: até que ponto as políticas educativas podem favorecer novas articulações com a comunidade que sejam referenciáveis ao debate sobre a “reinvenção solidária e participativa do Estado”? Poder-se-ão desenvolver projetos que se inscrevam na agenda acima sinalizada, pressupondo, por exemplo, a construção de políticas educativas locais que não deixem de ser, antes de mais, políticas públicas, embora já não referência das exclusivamente ao Estado? Como pensar uma política educacional por referência a um novo espaço público (não estatal) que continue a incluir de forma privilegiada o Estado (e os valores do domínio público), mas que já não se possa equacionar sem a comunidade (e os valores que esta pressupõe), sem esquecer também o papel dos novos movimentos sociais? (AFONSO, 2001, p.38).

Ao pensarmos nessa contínua transformação das relações entre o Estado e a sociedade civil na construção de políticas públicas que estão permeados por processos de resignificação sócio-histórica. Pensar nesses espaços formais de educação é pensar numa Educação Popular redefinida enquanto projeto político pedagógico, que se encorpa de saberes populares locais que evidenciam as possibilidades de ruptura com o modelo hegemônico, primando assim pela construção de uma nova identidade popular e um novo ordenamento social.

Grandes são os desafios atuais dos movimentos sociais e da Educação popular com seu projeto emancipatório. Trata-se de combater a trivialização do sofrimento humano. Podemos dizer que “[...] o objetivo principal do projeto educativo emancipatório consiste em recuperar a capacidade de espanto e de indignação e orientá-la para a formação de subjetividades inconformistas e rebeldes” (SANTOS, 1996, p. 17). A Educação popular é, assim, um projeto de memória, denúncia e anúncio. Após revisitar ao contexto sociopolítico vivido no último período e à história da Educação popular no Brasil, podemos reafirmar, a partir de Freire (2000), que essa concepção de Educação e metodologia tem muito a contribuir na resistência das classes populares no jogo de disputas de forças, às vezes invisíveis, que sustenta o capitalismo neoliberal.

O potencial desse projeto político de Educação está presente na forma como, mesmo diante de muitas dificuldades e precariedades, a Educação popular sobreviveu às ações de desmobilização e desmonte dos movimentos populares. Ela não só existiu e permaneceu atuante, como contribuiu para que educadores e educadoras levassem para as escolas o que aprenderam em sua militância política nos movimentos sociais e sindicais. Os governos democráticos e populares, que foram ganhando espaço na sociedade brasileira a partir dos anos 80, também se apoiaram nas experiências de Educação popular para definição de políticas educacionais.

Os princípios de participação popular espalharam-se e passamos a conhecer experiências populares e participativas no campo da saúde, da assistência social, da cultura, bem como na discussão sobre o orçamento dos municípios com gestões democráticas e populares. A partir dessas experiências, diversas são as ações que aconteceram fora e dentro da escola e demonstraram que a Educação popular pode possibilitar a conscientização, a compreensão da realidade, abrindo campos de ação concreta no mundo. Podemos dizer que se apresenta como uma fonte de inspiração ou um fundamento teórico-prático que nos auxilia muito nesse processo de reinventar o mundo.

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica, na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1980, p. 26).

A Educação popular é e se faz um território de denúncias e anúncios de que a história não chegou ao final e sim se encontra em processo de transição e transformação, deste modo ao pensarmos nesta educação se faz necessário ressaltar que:

Nenhuma realidade é porque tem que ser. A realidade pode e deve ser mutável, deve ser transformável. Mas, para justificar os interesses que obstaculizam a mudança, é preciso dizer que “é assim mesmo”. O discurso da impossibilidade é, portanto, um discurso ideológico e reacionário. Para confrontar o discurso ideológico da impossibilidade de mudar, tem-se de fazer um discurso também ideológico de que tudo pode mudar. Eu não aceito, eu recuso completamente essa afirmação, profundamente pessimista, de que não é possível mudar (FREIRE, 2001, p. 169).

Falar em Educação popular, hoje, é falar do conflito de interesses e de ideias que move a humanidade. Buscar delineamentos que abarquem os sonhos dos seus sujeitos e ao mesmo tempo busque solucionar os sofrimentos das classes desprivilegiadas. É falar de uma perspectiva de educacional cujo ponto de partida é a realidade social, que tem como objetivo reacender “a chama da esperança”, a crença de que outro mundo é e se faz possível para todos. Uma educação que se paute por meio de novas formas de participação social, rumo à construção de uma sociedade que prime pela justiça social e práticas solidárias. É por essa experimentação do homem no mundo, e vice-versa, que se adquire conhecimento e se cria o inédito viável, motivo pelo qual a Educação popular, desde seu nascimento, não concebe o educando como “recipiente vazio” (FREIRE, 1974), mas como um ser pensante, curioso e criativo.

A Educação popular procura construir uma relação dialógica entre educador e educando. O diálogo é o caminho para o conhecimento, pois, por meio dele, inicia-se a construção de vínculos mais verdadeiros entre as pessoas envolvidas. O educador busca problematizar a situação em questão, estimulando o educando a observar pontos que não havia percebido, a olhar um mesmo tema por outro ângulo, a comparar situações semelhantes ou divergentes.

Falando da vida, educadores e educandos vão compartilhando narrativas e recuperando a própria memória. A relação entre educador e educando vai se consolidando por meio de trocas mais significativas e verdadeiras, capazes de acordar o potencial criador silenciado dentro dos dois. O educador não é somente um transmissor de conhecimentos, e o educando não é apenas um receptor; o que deve existir entre eles é uma relação de

colaboração e troca de saberes, na qual os saberes presentes na comunidade são reconhecidos e validados. Com esse trabalho, as experiências locais de participação popular se fortalecem, e “outro mundo possível” vai se configurando, na medida em que criamos novos territórios de experimentações capazes de dar sustentação para a construção de um projeto histórico nacional voltado para a criação de uma sociedade justa e igualitária, enfatizando a solidariedade de todos os setores que possam compartilhar e colaborar com esse projeto.

“A partir dessa perspectiva, pode-se dizer que os projetos de Educação popular são os que implicam, ao mesmo tempo, maiores desafios e maiores potencialidades, tanto educacionais como sociais” (WERTHEIM, 1985, p. 60). Os grupos de Educação popular apresentam-se como um espaço de cultivar a esperança, pois ter esperança implica uma permanente busca impaciente paciente.

Sem um mínimo de esperança, não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se “desendereça”, e se torna desesperança que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a necessidade de uma certa educação da esperança. [...] Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã (FREIRE, 1992, p. 11).

Assim, “pensar a questão da Educação popular em uma conjuntura de crise pode também evocar uma imagem de abrir uma janela. É possível que a crise nos leve a abrir janelas que não abriríamos caso não houvesse a crise” (VALLA, 1998, p. 4). Os abalos que a crise provoca na sociedade anunciam que existem possibilidades de reinventarmos o mundo.

[...] Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual independentemente dos valores da classe dominante [...] (FREIRE, 1991, p.16).

No momento em que vivemos tempos de globalização e assistimos à desvalorização das experiências locais e da própria vida, retomar o debate sobre a Educação popular é um potente instrumento de luta contra o desperdício dessas experiências. Ao investirmos no reconhecimento, na validação e valorização dos saberes presentes nas experiências de

Educação popular, estamos percorrendo uma lógica inversa à lógica do mercado. Estamos investindo na potência das experiências locais como campo de produção de “outras globalizações” (SANTOS, 2001), outras formas de trocas, outros modos de existir. Estamos reafirmando que a história não chegou ao final e que:

[...] o futuro não é, por exemplo, a pura repetição de um presente de insatisfações. O futuro é algo que vai ‘se dando’, significa que o futuro existe na medida em que eu ou nós mudamos o presente. E é mudando o presente que a gente fabrica o futuro; por isso, então a história é possibilidade e não determinação (FREIRE, 1995, p. 90).

Reafirmamos que a Educação popular é um laboratório de experimentação, busca desvendar e reinventar o mundo. Possibilita encontros humanos mais verdadeiros e significativos, estimula a produção de conhecimentos que nos ajudam a construir uma vida melhor. Quando o conhecimento é produzido com base na emancipação humana, ele nos ajuda a romper com a lógica do mercado capitalista que nos apresenta o consumo como a solução para nossos problemas e a satisfação de nossos desejos. Na Educação popular podemos criar outras formas de troca. Enfim, podemos colocar “a vida a serviço da vida” Thiago de Mello(1986). Colocar “a vida a serviço da vida” não é fazer discursos, mas se lançar no movimento de reinvenção do mundo em busca de uma sociedade justa e humana.

No sentido macro, pensar a educação popular obriga uma revisão do sentido da própria educação. É preciso recuar longe, memórias de um passado remoto, para conhecermos como o saber terá emergido à vida e, circulando entre tipos de pessoas, terá diferenciado uma região de si mesmo como educação. Conforme Brandão em Educação Popular Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular (1986, p. 26).

Ao apreendermos os sentidos inerentes ao homem como ser ontológico e consciente dentro das práticas sociais que lhe são necessárias para o viver e conviver em sociedade. Homem este que se configura inacabado e que por meio das práticas de trabalho com agente educativo se transforma e possibilita a transformação dos seus espaços de atuação. A integração do homem por meio da consciência da realidade se faz primordial para a sua conscientização, e interação das práticas de exclusão, vilependiamento dos direitos adquiridos por séculos de luta e movimentação dos grupos em favor da justiça social, educação com significação, práticas condizentes com a realidade e por fim o trabalho como princípio educativo e libertador.

A educação potencializada como princípio libertador, que prima pelo diálogo configurado pela práxis educativa e a práxis do trabalho, onde seus sujeitos se assumam como sujeitos da ação, criando e recriando-se para construir uma práxis de libertação no trabalho e em qualquer espaço de socialização. Esta práxis para a liberdade pautada na ação dos diferentes grupos se dá na consciência da responsabilidade destes diferentes sujeitos sobre a reflexão de sua realidade na luta pela transformação e desenvolvimento pautado na justiça social da sociedade e seus mais diversos grupos sociais.

3.3 O sentidos da educação popular: o trabalho como liberdade

A intrínseca relação entre a educação popular e o trabalho faz correlação com a liberdade. Liberdade que se faz compreendida nas obras de Paulo Freire referenciadas nas relações estabelecidas entre a educação, o trabalho e a sociedade. A atividade produtiva se faz interligada ao processo educativo, não existe possibilidade de se configurar o trabalho como fruto da interação do homem com o meio sem fazer sua conexão com a educação. A realidade vivenciada pelo trabalhador que esteve e está distante dos processos educacionais formais, se faz uma realidade dos inúmeros brasileiros que são chamados de analfabetos ou que possuem pouca instrução. Onde sua construção histórica, seus valores, suas crenças, dentre outros inúmeros elementos de e da sua cultura que são negados dentro dos processos educacionais formais. Esses elementos deveriam ser a base dos processos educacionais problematizados em ambiente laboral.

Permear essas discussões sobre estes elementos inerentes a cultura, o trabalho se dá na tentativa de potencializar ações de transformação e resignificação da própria cultura como elemento central das relações humanas. Assim a assimilação dos frutos culturais humanos, pelo trabalho, que se dá num modelo de educação pautado por teorias vinculadas na realidade e reguladas por meio da experiência dos seus sujeitos. Essa relação entre a educação e a experiência que estão que se dão por meio de metodologias que possibilitam o conhecimento e levam ao empoderamento dos sujeitos, tanto individualmente quanto coletivamente. Possibilitar no trabalho essas práticas emancipadoras que contemplem no seu delineamento pautado por métodos e técnicas que propiciem uma base educacional intimamente ligada aos movimentos populares dos trabalhadores e estimule a busca por transformações sociais que problematizem os anseios humanos de justiça social.

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS,1999, p.04).

Ao perceber melhor o ideário destas experiências pensadas nas práticas educativas que podem gerar ou possibilitar uma ação de conscientização por intermédio da educação ao estabelecer o trabalho como elemento central das práticas educativas. Com estes princípios educacionais que entendemos que abrange uma maior significação aos seus sujeitos, pois, oferecem aos seus sujeitos a possibilidade da autogestão de práticas emancipatórias sobre a realidade.

Corroboramos com Brandão (1999), ao entender de quais experiências estamos nos referindo, principalmente no que tange as características de classe, as condições de desigualdade presente nestas classes, onde por muito tempo tentaram se camuflar neste modelo de educação hegemônica. Exclusão esta que a educação popular tenta se desvincular ao compreender que a educação deva se pautar no inventariado social. O trabalho assim compreendido busca trazer conhecimento aos seus sujeitos, conhecimento que se dá como uma parte do processo educacional ofertado nos ambiente de trabalho.

Essa significação do trabalho como agente possibilitador de ações de transformação do homem no e pelo mundo. Como nos sinaliza Freire (1976, p. 68) “Para os seres humanos, como seres da práxis, transformar o mundo, processo em que se transformam também, significa impregná-lo com sua presença criadora, deixando nele as marcas do seu trabalho.” Deste modo, a educação popular como elemento cultural que se referencia no e pelo trabalho por meio das ações dos sujeitos e das classes trabalhadoras que admitem uma nova bandeira de luta que se mantém ligada às transformações. Bandeira esta que procura suplantar uma simples vista e explicação do mundo e com isso alimenta e direciona a busca por sua transformação.

[...] são os conhecimentos técnicos necessários à compreensão do processo de produção no seu todo que permitirão os trabalhadores controlar esse processo - controle do qual foram historicamente expropriados. “O que significa que o controle do saber dentro da fábrica constitui o ponto nevrálgico do controle do processo de trabalho pelos trabalhadores” (NOGUEIRA, 1990, p. 91).

Ao pensar nas diferentes possibilidades de se pensar e repensar o trabalho pela ação do homem, cujo principal delineamento não seria educar o homem para que exercesse distintos

trabalhos para que este funcionasse como mão de obra industrializada. Mas, pensar numa formação para o trabalho direcionada para a totalidade dos processos vinculados ao trabalho como conjunto de habilidades necessárias para se produzir e reproduzir. As mudanças necessárias para o trabalho e educação são emergentes e necessárias para ação de transformação do mundo numa idéia de redemocratização do acesso aos bens comuns da sociedade.

No ambiente de produção muitas informações se perdem pelo trabalhador, quando este é levado a executar tarefas que se distanciam de sua capacidade de reflexão, onde se exige apenas a capacidade de reproduzir tarefas alienantes. Pensar o trabalho e a educação nestes ambientes exige uma práxis educativa capaz de se reinventar num arcabouço teórico que privilegie o conhecimento e a experiência como elemento central da educação popular. A educação pautada no trabalho se baseia como exercício centralizado do homem e do seu devenir social. De tal modo buscar por conhecimentos que originem uma práxis laboral e suas intermediações com a realidade onde estas possam intermediar e orientar futuras ações. Aqui, portanto, a experiência por meio das práticas educativa que se vislumbram na educação popular potencializam um reflexão tanto individualizada quanto coletivizada dos diferentes sujeitos e dos seu grupos de ação.

É um produto da divisão manufatureira do trabalho se opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital (MARX, 1988, p. 283-4).

As práticas educativas populares devem assim se voltar diretamente às necessidades daqueles que fazem parte do seu processo de formação, onde o principal aspecto metodológico educativo se dê num ponto de vista emancipatório e de práxis social. Ao refletirmos sobre a experiência que a educação popular pretende, devemos estabelecer que fosse necessário para a reafirmação e o trabalho para o posicionamento de oposição e desidentificação com esse ideário político de negação de direitos dos diversos grupos e sua multiculturalidade.

Ao constituir outros cenários a educação popular se concretiza em ações que privilegiam a troca dos saberes possibilitando a cambiância entre as diversas ecologias de saberes, buscando assim um diálogo cultural entre os mais diversos grupos de trabalhadores.

Numa sociedade que possui a legitimação da cultura e saberes hegemônicos em detrimento dos saberes das minorias, onde saberes populares são negados e excluídos dos espaços educacionais formais. Nessa ótica a educação popular se configura como espaço que possibilita essa troca e contribui para o trabalho pedagógico educacional dos diferentes tipos de conhecimento.

Quando percebemos como a intrínseca separação que acontece entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho, provoca uma cisão na compreensão deste homem. Ao passo que este produz e esta produção também é fruto de sua humanidade e ao separar-se deste produto, se tornando uma mercadoria do seu produto. Quando ao separar-se da mercadoria num processo de expropriação que ocorre dentro do ambiente de produção nas condições representada pelos meios de produção expropriada pelo capitalista que é dona da sua capacidade de produzir. Fazem-se aqui, nessa variação entre produto e mercadoria, produtor e produção que o trabalhador não consegue se perceber com sujeito alienados das forças de produção. Assim a sua capacidade de planejamento se esgota e a compreensão que este detém o controle do processo de produção e este produto é esforço do seu trabalho e, por conseguinte, numa lógica capitalista de produção, este produto não lhe dizer respeito.

A mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como de subsistência, isto é objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1983, p.45).

A afinidade entre a educação popular e a capacidade de produção dos distintos sujeitos, onde a educação se define como instrumento social de se conscientizar e se compreender dentro das inúmeras configurações das relações socioprodutivas. Nessa premissa é que se ampliam as inúmeras análises das diversas formas de produção nos delineamentos cotidianos numa sociedade atual e intrincada. Contudo, nessa definição do trabalho como o meio para a aquisição dos bens de produção da sociedade, como o trabalhador pode tomar para si os bens de produção se este cada vez mais se tornam fetichizados e distantes da realidade. Marx (1983) nos ajuda a compreender essa ideia de mercadoria, seus são de sumo valor para compreendermos melhor como se dá o ampliação das forças produtivas intrinsecamente vinculadas as estruturas de poder que se configuram pela violência, onde a genealogia está intimamente ligada a privilégio característico do trabalho e na sua modificação em mercadoria. Assim o autor nos relata que:

Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo de fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter peculiar do trabalho que produz mercadorias (MARX, 1983, p.71).

Tfouni (2003) assevera sobre essa mercadoria e evidencia que,

O sujeito (\$) se relaciona com o objeto (a), de maneira fetichizada, ou seja, ele atribui uma alma à mercadoria, que lhe aparece como viva. Mercadoria só se apresenta ao sujeito em condições de ser fetichizada na medida em que é a forma-mercadoria, ou seja, um produto envolto em mistério. Isto ocorre na medida em que o sujeito perde, como já, dissemos a noção do todo da cadeia de produção, o que faz com que o produto apareça como já-pronto, como tendo vida própria (TFOUNI, 2003, p.95).

Frigotto, Ciavatta e Ramos também corroboram com Tfouni (2003), ao explicar sobre a fetichização da mercadoria

[...] não se pode ignorar a importância da educação como pressuposto para enfrentar o mundo do trabalho, não se pode reduzir o direito à educação – subjetivo e inalienável – à instrumentalidade da formação para o trabalho com um sentido economicista e fetichizado. É, portanto, um desafio [...] reconhecer o trabalho como princípio educativo, primeiro por sua característica ontológica e, a partir disto, na sua especificidade histórica, o que inclui o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 1999, p.10).

Também se faz necessário compreender a ideologia que permeia as relações entre o produto fetichizado e o sujeito produtor, sujeito consumidor. Sobre esse posicionamento Zizek (1999) evidencia que:

Conseqüentemente, o aspecto essencial do fetichismo da mercadoria não consiste na famosa substituição dos homens por coisas: uma relação entre homens assume a forma de uma relação entre coisas. Mas, antes, num certo desconhecimento da relação entre uma rede estruturada e um de seus elementos (ZIZEK, 1999, p. 308).

Nessa identificação e desidentificação das trocas de mercadoria presentes no capitalismo, onde o sujeito que produz e o sujeito que consome compreendem as relações que se escondem por trás da mercadoria, essas relações de compra de mercadoria e venda de mão de obra não aconteceria. Assim é por meio da educação e pela a educação que esses mecanismos de dominação que se dão pelo trabalho se tornam conscientes e passíveis de ser transformado. O mercado por meio do capitalista possui a necessidade de venda e revenda do seu produto e também tem a necessidade de agregar o maior valor possível sobre este produto. Quando ocorre essa venda, ali se dá de fato o valor da mão de obra fruto da quantidade de horas executado pelo trabalhador na tarefa de se produzir. Conseqüentemente, este capitalista ou dono do processo de produção “não vende apenas aquilo que lhe custou um equivalente,

mas vende também o que não lhe custou nada, apesar de ter custado trabalho ao seu operário” (MARX, 2002, p. 56).

A experiência que vislumbra a consciência decorre e constitui as inúmeras dimensões que das dimensões do conhecimento dos sujeitos que produz e se reproduz nos ambientes de produção. A busca por uma prática pedagógica fundamentalmente coletiva na educação popular e também nos movimentos sociais é que possibilitariam a construção e reconstrução dos diferentes saberes necessários para a compreensão do universo de trabalho. Numa busca por epistemologias coerentes e condizentes com a ampliação teórica do universo do trabalho num ambiente de sócio produção.

A procura por aprendizados significativos que permeiem o repensar e pensar a reflexão das ações ligadas ao trabalho e a vida, vislumbrariam com maior propriedade a que e como estão submetidos os sujeitos que vivenciam esse processo educativo por meio de práticas laborais. São momentos que circundam as atividades pedagógicas da educação popular com a historicidade de cada sujeito, onde os ideais se encontram e se cristalizam.

Os trabalhadores buscam se encaixar num perfil próximo as necessidades do mercado se faz necessário vender a força produtiva, e também é necessário se adaptar ao ambientes de produção. Num sentido amplo a educação seja num sentido amplo e até mesmo a educação popular almeja restabelecer a consciência política dos trabalhadores para que este se perceba no processo produtivo e consiga trabalhar nos espaços de contradição do capital. Uma educação para a libertação dos trabalhadores vai muito além da instrumentalização técnica, busca propiciar práticas que experimentam a conscientização por meio do engajamento político emancipador e uma reflexão crítica no trabalho produtivo.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1982, p.25).

A experiência também se dá de suma importância para o progresso da educação e numa maneira mais significativa e numa configuração particular, a educação popular. Pertencerá a educação popular uma primordial e necessária reflexão sobre os processos manifestados em ambiente de produção e apropriação dos bens de produção e cultural, onde o homem se desumaniza pelas práticas de produzir e reproduzir mercadorias. Entender como funciona as práticas de produção ancoradas no capitalismo é tarefa urgente e necessária para a

compreensão dos espaços de contradição que a educação popular pode se ancorar e de maneira sólida produzir efeitos de desidentificação do homem como mercadoria fetichizada.

[...] a educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. É a que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através de rigoroso trabalho docente e não com frouxidão assistencialista, é a que capacita suas professoras cientificamente à luz dos recentes achados em torno da aquisição da linguagem do ensino da escrita e da leitura. Formação científica e clareza política de que as educadoras e os educadores precisam para superar os desvios que, se não são experimentados pela maioria, se acham presentes em maioria significativa. [...] É a que, em lugar de negar a importância da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares na escola, se aproxima dessas forças com as quais aprende para a elas poder ensinar também. [...] É a que supera os preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática. [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias da escola velha, critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo. E ao realizar-se, assim, como pratica eminentemente política, tão política quanto a que oculta, nem por isso transforma a escola onde se processa em sindicato ou praticado. É que os conflitos sociais, o jogo de interesses, as contradições que se dão no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. E não podia deixar de ser assim [...] (FREIRE, 1993, p.101,102,103).

Educação popular assim perpassa um processo educacional simples num ambiente de produção de conhecimento e de consciência que se dá referendado pela realidade imediata e urgente. A experiência dos seus sujeitos se dá como alicerce permanente para a construção e reconstrução de sua ação prática. Continuamente ligada por entender os desafios de uma educação que, mesmo num ambiente de diversidade e especificidades únicas, mantenha o interesse coletivo que de fato represente a unidade.

A educação popular na essência de contribuir para uma educação humanizante e significativa alimentando os sonhos e construindo possibilidades para uma transformação desta realidade. Uma educação popular que por meio das inúmeras e diversas experiências, fomenta e estimule novas práticas para ambientes velhos e consolidados na dominação e na subordinação dos sujeitos. Que esta educação popular delineada neste texto contemple e possibilite a transformação dos seus sujeitos por repensá-los e resignificá-los. Que esta educação ajude os seus sujeitos a buscar por um estado de produção que se oriente pela ética e

pela aspiração dos seus sujeitos, de liberdade, fraternidade, sororidade, empoderamentos e justiça social.

3.4 Educação popular e a cultura do trabalho associado

A educação como prática de uma ação social transformadora, que auxilie na busca por formar seres humanos, produzir, imprimir e preservar os conhecimentos, a cultura, as formas de pensar e de repensar, sentir e agir de uma sociedade é parte da história de qualquer sociedade. Cada povo, em cada contexto histórico, desenvolve alternativas para educar os indivíduos que convivem e operam dentro de sua conjuntura social em uma dada sociedade em um determinado tempo.

Com o advento da modernidade, em uma sociedade industrial capitalista, há a premissa de uma sociedade estratificada, com uma exacerbada diferença entre aqueles que detêm e os que não detêm riquezas nem acesso aos bens econômicos e culturais, pela predominância do poder econômico e político ou pelos méritos ocasionados pelo nascimento. Partimos assim do entendimento que a educação como um segmento da sociedade que não é neutra e nem imparcial e por isso liga-se diretamente com as necessidades do seu tempo e consequentemente responde à organização cultural, econômica, política e social do meio em que se insere.

A educação, nesse momento, compreendida pelo seu contexto histórico, assumiu um formato oficial predominante na instituição escolar, onde a mesma foi pensada para atender aos interesses das classes e grupos dominantes hegemônicos. Embora a educação nesse princípio tenha sido como política social e como direito de cidadania, resultante das contradições e lutas das classes populares, de um ensino que automaticamente historicamente negado, deste modo complementando um quadro de exclusão e vilipendiamento de direitos e de cidadania que atingiu e atinge grandes contingentes dos diversos setores das camadas populares da população. Esse é um movimento característica do sistema capitalista que por essência é excludente.

Pensar em educação popular é pensar e repensar nas contribuições, nas ações frente aos desafios que vem se revelando e se transformando em uma nova ordem global de novos conhecimentos requeridos pelo mundo social, do trabalho, cultural e os demais mundos aos quais coexistimos. Assim sendo nos cabe então reorganizar, reformular os próprios

conhecimentos e experiências para que assim possamos reelaborar e reinterpretar os processos educativos que envolvem a educação popular. Esse novo paradigma se sustenta na proposta de preparação do ser, conhecer, conviver, fazer e se refazer num processo de transformação diário.

Por isso nos reportaremos a uma educação popular que ao longo do tempo, foi se percebendo em diferentes períodos, com diferentes aspectos e terminologias por muitas vezes ambíguas, adaptando-se, assim, a conjuntura e as reivindicações dos diversos momentos vivenciados pela da sociedade brasileira, aonde as suas várias significações e designações, vieram conotando denominações de educação de adultos, educação de base, educação extra-escolar, educação permanente entre outros tantos conceitos.

Ainda assim, podemos perceber que a educação popular estabeleceu-se em uma diversidade de conhecimentos pedagógicos e de formação humana, que tendem para o desafio da emancipação social e da reinvenção nas formas de construir e reconstruir a vida em sociedade. Deste modo pensando em um trabalho associativo, organizado de forma coletiva que prima pelas experiências de economia solidária, que surge como uma possibilidade de educação popular intrinsecamente engajado na luta por uma nova concepção de sociedade para além da lógica do capital que exclui nega e distorce os delineamentos de uma sociedade justa e igualitária, moldando os princípios sociais por meio dos princípios econômicos.

Assim, entendemos por educação os métodos socioculturais que são inerentes às diversas formas que se organiza a vida comunitária e se constrói os diferentes saberes, que nascem da luta vivenciada no dia a dia de nossa sociedade, almejando uma vida inserida de direitos que há muito tempo não se representam nos inúmeros grupos sociais e nas relações destes com uma conjuntura sociopolítica diversificada. Entendemos que educação caracteriza-se como sinônimo de humanização e de transformação de vida por meio de uma disposição social e de uma realização concreta de projetos que visem o desenvolvimento de uma vida comunitária, social que vislumbrem a emancipação e rompimento com as práticas de exclusão e coisificação qual se pautam o sistema capitalista.

A mercadoria incidiu sobre a vida dos seres humanos, agora destituídos de sua liberdade e autodeterminação, em favor do mercado que se torna vivo e tem a palavra de ordem da vida e da morte dos seres humanos, induzindo-os à pura reprodução material de sua existência, expropriados que foram por uma cultura da dominação que minou a liberdade deles (PASSOS, 2010, p. 28).

Este desafio de transformação de um *status quo*, nos coloca numa busca constante por um rompimento daquilo que historicamente está posto e é preponderante numa construção

de uma nova cultura, que busque por princípios da solidariedade, da democracia, da liberdade, da emancipação dos sujeitos, almejando coerência com os princípios delimitadores e as práticas vivenciadas pelos diversos grupos sociais em relação aos seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da vida de cada pessoa e conseqüentemente da coletividade, que participa diretamente e indiretamente das iniciativas e propostas que vislumbram os ideais pertencentes ao mundo da economia solidária. Desta categoria de trabalho associado e das inúmeras discussões dos princípios direcionadores da organização coletiva do mesmo, percebemos o surgimento do desafio de produzir uma nova cultura e principalmente uma nova cultura do trabalho.

Ser o sujeito da história e ser o agente da cultura não são adjetivos qualificadores do homem. São o seu substantivo. Mas não são igualmente a sua essência e, sim, um momento do seu próprio processo dialético de humanização. No espaço de tensão entre a necessidade - as suas limitações como ser da natureza - e a liberdade - o seu poder de transcender o mundo por atos conscientes de reflexão - o homem realiza um trabalho único que, criando o mundo de cultura e fazendo história humana, cria a própria trajetória de sua humanização (BRANDÃO, 2009. p. 133).

Dessa forma, surgem neste panorama contemporâneo inúmeros empreendimentos solidários que fazem parte da educação popular, tanto no campo quanto na cidade, que evidenciam um novo paradigma para o enfrentamento das incalculáveis exclusões que vigoram dentro do processo de segregação social vivenciados por séculos de marginalização e de negação de direitos e oportunidades, assim tudo que está em curso nesta lógica de mercado global, que se edifica sob a égide das políticas neoliberais vigentes no mercado econômico.

Portanto mais do que rematar esse Estado Social, que nunca chegou a existir de forma plena, a educação popular por meio da economia solidária procura contrapor diretamente a crise do emprego assalariado, reinventando as formas de experimentação do trabalho, buscando alternativas como o trabalho associado que visam os processos de uma organização de produção colaborativa que apontem um consumo economicamente solidário, justo e sustentável em diversas modalidades de empreendimentos, que superam a lógica capitalista das relações de trabalho, de produção e de acesso e manutenção da renda.

Não é apenas essa conjuntura de problemas e também não se trata apenas de se obter trabalho e deste conseguir extrair renda, por meio de modelos cooperativos, que são os empreendimentos mais comuns, e outros ambientes que prima pela economia solidária, esse engodo vai além das formas como se consolidam os empreendimentos econômicos solidários. Devemos entender como esses empreendimentos se consolidam num mercado erguido pelos

princípios do capital e que se contrapõe do princípio ao fim das diretrizes que se erguem o trabalho associado.

Compreender como emerge essa nova cultura dentro das relações mediadas pelo trabalho associativo conjeturado pela economia solidária, e como este produz novos significados, novas solidariedades, como reconfigura o sentido de trabalho, da produção e do consumo dentro das mesmas conjecturas que pautam os meios de produção e consumo no mercado global que se dá sob a égide de um regime capitalista dominante. Essa é talvez a maior riqueza, ou seja, para além da manutenção de um meio de sobrevivência econômica, indivíduos que tenham consciência e mudança na lógica hegemônica, do modo de entender o mundo e se relacionar com no coletivo, primando pela solidariedade e cooperação. Essa é a mudança necessária para que realmente se perpetue a consciência crítica e de emancipação dos sujeitos.

O conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais (CATTANI, 2009, p. 175).

Existem diversos motivos que podemos evidenciar nesta atual conjectura econômica que vigora a exclusão total de sujeitos que redefinem uma busca de discussões no campo da Educação Popular, bem como da reorganização prática dos movimentos sociais onde se localizam uma vasta gama de interesses de indeterminados sujeitos que almejam outros ideais na edificação de liberdade, autonomia, emancipação social entre outras reivindicações latentes. Em meio a tantos ideários, impera-se atualmente a análise mais esmiuçada desta crise dos paradigmas tradicionais que se dimensionam na economia, na política e nas organizações sociais e conseqüentemente estas conjecturas estão muito além das dificuldades que a educação popular enfrenta junto ao mundo cultural atual e as suas necessidades de reconfiguração diante das conjecturas que a trama do capital faz com as relações de domínio dos povos quando nos utilizamos de uma escala global de exclusão e opressão.

[...] a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação (FREIRE, 1993, p. 44).

Assim sendo devemos fazer ponderações no que diz respeito aos dilemas posteriores que a educação popular precisa encarar, principalmente com relação ao debate de uma reconstrução de novos rumos para esta sociedade, que vão muito além de um modelo socialista e muito menos desta atual conjectura qual pertence a face do capitalismo global, que se dá na marginalização, na exclusão, na privação de direitos e exacerbação de deveres referendados por um grupo hegemônico que prima apenas para a manutenção de seu status de dominante sobre uma grande parcela de dominados.

Portanto debater uma mudança deste cenário requer muito mais que modelos teóricos, mas sim de uma prática de educação popular pautada num processo de autogestão circundados por um processo de associativismo e educação para a solidariedade e, sobretudo por meios que propiciem nestes processos de economia solidária um trabalho voltado para criatividade e esperança destes marginalizados que pertencem a classes populares na busca de um rompimento e uma nova ressignificação desse *status* de perpetuação de dominação. Dessa forma, construir uma rede de alternativas, que visem a busca pelas experiências de economia solidária e que estas nos redirecionem pela emergente necessidade que se têm de repensar esses processos dialéticos que estão configurados os meios de produção de nossa sociedade.

4. A PESQUISA E A COOPERNONTE

Na busca por estabelecer um diálogo entre as duas seções apresentadas, primamos por atender aos objetivos e responder ao questionamento central da pesquisa situar a educação neste ambiente cooperativo percebendo a importância do desenvolvimento dos processos formativos e como a realidade empírica se entrelaça com as compreensões teóricas questionando a real emancipação construída por meio do trabalho, da Educação Popular e da Economia Solidária. Aqui perceberemos também as possibilidades que o cooperativismo fomentou na comunidade novo-horizontina bem como nas circunvizinhanças são imensuráveis, tanto do ponto de vista do trabalho cooperado como potência de libertação das práticas dominantes do capital, mas também na geração de renda e qualidade de vida dos seus associados. Por fim a ideia do texto se voltará para a compreensão da cadeia produtiva centrada no cooperativismo, nos processos de produção que se interliga aos seus sujeitos que estão intimamente ligados nos agricultores associados onde buscamos ponderar a dimensão emancipatória da Economia Solidária como práxis pedagógica situada como princípio educativo da Educação Popular onde as experiências da COOPERNONTE nas falas dos seus sujeitos nos ajudam compreender esse experimento cooperativo.

4.1 O trabalho de campo

Eu não ando só, só ando em boa companhia...
Vinícius de Moraes e Toquinho

Na tentativa de aproximar o cooperativismo pelos processos formativos vinculados a um ideário de educação para o trabalho, onde entendemos ser essencial a discussão sobre a autonomia destes sujeitos no processo de tomada de decisão vislumbrada por práticas autogestionárias de se gerir um empreendimento. Ao entendermos o cotidiano desses agricultores que se percebem em movimento constante de aprendizagem no decorrer das experiências e in experiências confrontadas do dia-a-dia das práticas cooperadas onde o exercício da educação como um empreendimento produtivo e necessário ao cooperativismo.

O diálogo no trabalho de campo se fez fundamental para a compreensão das complexas relações estabelecidas num ambiente de trabalho cooperativo que pelo universo

teórico deveria se tratar de um empreendimento que se configurava nas contradições do capital. Ao apreender a forma como os agricultores associados percebiam o empreendimento, a formação para o trabalho e até mesmo a formação de cada sujeito pertencente a este empreendimento, podemos perceber o porquê de toda caminhada da cooperativa ser marcada por inúmeros conflitos nos espaços de atuação e nos processos de trabalho. O enredamento destas experiências práticas, com todas as suas procuras nessa ação de se entender pelos mecanismos de produção dentro das dificuldades e das contradições, nos proporcionou uma imensurável gama de elementos para considerarmos e debatermos.

Nesta afinidade entre os elementos teóricos e práticos, apreendemos que a teoria tem um papel importantíssimo para desempenhar na análise de compreensão das experiências destes sujeitos, onde a teoria se faz como base estrutural das atividades que foram desenvolvidas na empiria. Entretanto, o trabalho de campo realizado na COOPERNONTE e nos assentamentos onde residem os sujeitos entrevistados nos fez a todo o momento revisitar a teoria para poder atender dentro de uma abrangência maior os significados desta pesquisa e percebermos a importância da interpretação do que vivemos e como afirma Santos (1989), ela é a “prática social de conhecimento”.

Nesse sentido para compreendermos melhor sobre alguns aspectos que nos direcionaram neste ato de pesquisar sujeitos configurados pelos mecanismos de produção, onde as abordagens e métodos a serem utilizados não podem se distanciar do que pretendemos perceber neste ambiente de produção e de reconfiguração de velhas práticas de trabalho e de produzir. Para compreender sobre a verificação da contradição de se empregar as mesmas técnicas e artifícios científicos para se compreender os diferentes fenômenos Marx (1968), nos evidencia que:

Todo começo é difícil em qualquer ciência. Por isso, o capítulo primeiro é o que oferece maior dificuldade à compreensão, notadamente a seção que contém a análise da mercadoria. Nele procurei expor, com a maior clareza possível, o que concerne especialmente à análise da substância e da magnitude do valor. A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples. Apesar disso, tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentando em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria. Sua análise parece, ao profano, pura maquinação de minuciosidades. Trata-se, realmente, de minuciosidades, mas análogas àquelas da anatomia microscópica. (MARX, 1968, p. 4).

Também podemos compreender melhor sobre esses conceitos, métodos e práticas quando Meksenas (2011) corrobora conosco ao demonstrar que:

Em Marx encontramos uma concepção filosófica que define a ciência e a tecnologia como produtos da história. Marx critica, portanto, a idéia da “ciência pura”, acima das relações sociais, que por ser desvinculada da política e da economia seria capaz de orientar o desenvolvimento da sociedade. A ciência é, ao contrário, produto da história e continuará a sê-lo enquanto houver relações dos indivíduos entre si e com a natureza. Isto é, só posso conhecer, conceituar e pesquisar o mundo quando admito que o indivíduo age socialmente com ou contra seus semelhantes (Meksenas, 2011, p. 84).

Essas afinidades de propriedade na divisão social do trabalho delimitada por categorias lógicas e históricas, que se faz de transitórias e não delimitadas. Categorias estas que se dão na concretude e são resumidas em inúmeras interferências, que se perpetram nas diferentes relações sociais. Desse modo, dada contradição de se compreender estes fenômenos de forma isolada e contraditória desmembramos essa seção de acordo com a compreensão dos fenômenos evidenciados pelo dado a fim de quê a compreensão da experiência da COOPERNONTE estabelecesse ligação entre o problema e os objetivos da pesquisa.

4.1.1 O município de Novo Horizonte do Norte: sua contextualização e sistematização na possibilidade constitutiva da COOPERNONTE

Ao situarmos nossas pesquisas precisaram situar a cidade que inicia este projeto de cooperativismo e compreender um pouco deste município, qual estamos falando e principalmente sua historicidade e construção da Cooperativa que se instalou no município. O município de Novo Horizonte do Norte que um município brasileiro do estado de Mato Grosso uma cidade localizada a 560 km da capital do estado Cuiabá. Sua população estimada em 2004, ano de discussão e fomentação do ideário da constituição da cooperativa era de três mil cento vinte e três (3 123) habitantes e abaixo com os dados do IBGE, podemos ver um pouco sobre Novo Horizonte na atualidade.

Tabela 1 – Dados do Município de Novo horizonte do Norte.

População estimada 2017 ¹⁶	3.876
População 2010	3.749
Área da unidade territorial 2016 (km ²)	898,499
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	4,26
Código do Município	5106273

¹⁶ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A história de Novo Horizonte se confunde com a maioria das cidades pertencentes ao vale do Arinos, pois sua ocupação começou pela via de navegação do Rio Arinos que sempre foi movimentada, pois termina a navegação Paranista¹⁷, onde nasceu o ciclo da borracha. O início da ocupação e distribuição das terras definitiva do território de Novo Horizonte do Norte, no sentido de colonização, esteve sujeito ao movimento anterior de colonização que fez surgir o Município de Porto dos Gaúchos na década de sessenta que se localiza as margens do Rio Arinos onde as navegações fluviais possibilitaram a criação e fortalecimento deste município colonizado pela empresa Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A - CONOMALI que na década de 50 era sediada na cidade de Santa Rosa (RS) A iniciativa da empresa era fruto do esforço colonizador do Estado de Mato Grosso, na década de cinquenta. A fundação de Porto dos Gaúchos foi historicamente marcada por uma Ata escrita no próprio local de fundação, e em 03 de maio de 1955, seis quilômetros acima da barra do ribeirão Mestre Falcão afluente no rio Arinos. O ato foi presidido pelo gaúcho Guilherme Meyer. A localidade era também conhecida, popularmente, como Gleba Arinos.

A denominação Porto dos Gaúchos efetivou-se em função de que os formadores do núcleo que originou o atual município provinham do Estado do Rio Grande do Sul - os gaúchos. E, obviamente, pelo porto de chegada ao núcleo, no rio Arinos, único meio de

¹⁷ Também denominada “Carreira do Pará”, foi efetivada por ocasião da abertura de uma nova rota de navegação comercial para a Capitania de Mato Grosso, desta feita interligando as cidades de Diamantino, em Mato Grosso, e Belém, no Pará, que era o grande centro irradiador do comércio na Amazônia. A primeira tentativa foi efetivada em 1805, pelo furriel Manoel Gomes, porém não logrou êxito. Em 1812, por ordem do Marquês de Aracati, foi realizada a primeira viagem fluvial para o Pará pelo Rio Arinos, estando à frente da empreitada Miguel João de Castro e Antônio Tomé de França. A expedição constava de uma igaraté e sete batelões, comportando 72 pessoas, sendo oito brancas, entre patrões e passageiros de Diamantino, 57 camaradas e 7 negros escravos. A viagem percorreu os rios Arinos, Juruena, Tapajós e Amazonas, com distância estimada em 485 léguas, com duração de 114 dias. O comandante da expedição, Miguel João de Castro, voltou pela mesma via em outubro de 1813. Estava estabelecida a Navegação Paranista. Os benefícios comerciais e econômico-sociais colhidos por Mato Grosso graças às interligações fluviais foram imensos, pois com o comércio interligando Mato Grosso ao Pará, com o que diretamente se continuou a fazer em direitura ao Rio de Janeiro, com a descoberta dos rios Paraguai e Santana e com a nova repartição, Diamantino sofreu notável progresso, sendo elevado à categoria de vila em 13 de novembro de 1820. Este estado florescente de prosperidade se deveu tanto ao avultado número de trabalhadores que se empregavam nas lavras, como ao ativo comércio, que diretamente se fazia com a Província do Pará, gerando um ingresso anual de grande número de mão-de-obra escrava africana. Em 1834, sentiu-se notória decadência em Diamantino e, conseqüentemente, na navegação paranista, um dos motivos para, ali, se reproduzir os acontecimentos da Rusga, ocasião que muitos comerciantes portugueses morreram, e outros se evadiram abandonando seus estabelecimentos e casas de comércio. Passada a crise, bem poucos foram os que regressaram a Diamantino. (Fonte: Portal Mato Grosso)

acesso que a região possuía. Só mais tarde se procedeu, lentamente, a abertura da estrada pela margem direita do rio Arinos.

Com a abertura de estradas nesta região do Vale do Rio Arinos, para contemplar os colonos que tinham vindo do sul para a cidade de Porto dos Gaúchos surgiu posteriormente a Imobiliária de Mato Grosso – IMAGROL, empresa colonizadora do senhor José Kara José, adquiriu as terras que compõem o território de Novo Horizonte do Norte, ocupando precisamente da região da futura sede Municipal. Em alguns relatos históricos, narram que a primeira pessoa que pisou em solo novo-horizontino foi o Sr. Sebastião Martins em 1968. A seguir chegaram as famílias de Antônio de Lima, Venâncio Bento Evangelista, Sebastião Farias, Manoel Ribeiro Vítor, Jaquelino Gonçalves Nascimento, Francisco Dominhaki, Geraldo Borges e José Borges. Sendo que muitas destas famílias ainda residem em Novo Horizonte do Norte e alguns deles são e foram associados a COOPERNONTE.

A data do início da colonização se deu em 21 de Agosto de 1968, onde a IMAGROL por meio do seu escritório de vendas de terras, instalado na cidade paranaense de Maringá, quando o Sr. José Kara José, diretor da empresa colonizadora, juntou-se a vários migrantes e foi celebrada a primeira missa do lugar, rezada pelo Padre José Aleixo.

Minha família chegou aqui em novo horizonte em 1969, mas a terra que a gente conseguiu comprar não era muito boa, era uma região de montanha e pedras, e era muito difícil arar o solo, e eu tive muitas filhas mulheres e isso me dificultou trabalhar sobre a terra, aos poucos eu fui vendendo os pedaços, por que teve gente que conseguiu umas terras boas, e estes sim conseguiam plantar e vender suas coisas, eu fui desistindo aos poucos e no final comecei a trabalhar na rua mesmo, só depois em 1999 com as terras que eu consegui no assentamento eu consegui começar a plantar, mas daí eu já tava velho e não tinha muitos filhos aqui comigo, a maioria já tinha ido trabalhar na cidade. (AROEIRA. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2017).

Naquele período histórico não havia uma clareza para a distribuição e venda destas terras. José Kara José que representava a colonizadora se limitou a vender os lotes de terras, destinar uma parte para o patrimônio público, e dar nome ao lugar - Novo Horizonte. Os colonos teriam de progredir por si mesmos, pois não receberam do Estado subsídios para o desenvolvimento da terra e da Região. Novo Horizonte do Norte, diferentemente das pessoas que vieram para o município de Porto dos Gaúchos que em sua maioria eram do Rio Grande do Sul, da cidade de Santa Rosa e seu município vizinhos, os sujeitos que fizeram o processo de ocupação de Novo Horizonte do Norte no seu início são do estado do Paraná, da cidade de Maringá e os municípios que formavam a suas adjacências.

Eu saí da Bahia de Macaúba com 11 anos, de lá eu fui para o distrito de distrito de Itambacury que pertencia a cidade de Teófilo Antoni, no em Minas Gerais, lá me aconteceu de tudo, minha noiva morreu e eu casei com uma moça bem mais nova. Lá em Minas nós tivemos nossas duas primeiras filhas, eu não conseguia dar

sustento direito, fazia uma coisa ali e outra coisa lá, toava em baile, eu era sanfoneiro, mas eu queria ter uma vida melhor para a minha família, eu queria ter uma terra para plantar, mas lá era muito difícil, tudo já tinha dono e não dava mais para viver assim, e em 1961 de lá com a mulher e com a filha nós mudamos para o Paraná, primeiro a gente veio para a cidade de Mandaguacu, depois Atalaia e por último nós ficamos em Altônia, lá nasceu minhas outras meninas e o meu primeiro filho homem, mas lá também era muito difícil eu não tinha como fazer muita coisa as crianças eram pequenas e não podiam ajudar muito, por que tinha as geadas e a gente perdia quase tudo, aí teve uma geada muito forte e a gente perdeu tudo o que a gente tinha plantado lá, e não era a primeira vez e eu falei para a mulher que a gente tinha que ir embora dali, por que desse jeito a gente nunca ia ter nada e nossos filhos iam morrer como as outras, sabe a gente perdeu duas filhas, eu nem sei bem do que, foi Deus que quis assim. A gente saiu em 1975, tinha um pessoal que já tinha ido e a gente pensou em ir também, por que lá tinha bastante terra e lá a gente ia poder conseguir plantar e colher. A gente veio de caminhão, veio Eu e a mulher mais oito filhos, minha mais nova tinha dois anos, e eu só tinha um menino, a gente veio junto com mais umas cinco famílias, sabe a memória num ajuda muito, e foi muito sofrida aquela época, as vezes nem é bom lembrar sabe, mas esses não ficaram por aqui não. Foi muito difícil a viagem a gente chegou em agosto de 1975. (AROEIRA, Entrevista realizada em 22 de agosto de 2017).

Eu nasci no distrito de Pirapozinho no Paraná, de lá eu fui Lobato e depois para Terra Roxa, sempre a gente buscando terra para trabalhar. Em 1985 eu vim para o município de Vera no Mato Grosso e sempre tentando trabalhar com a terra, mas lá a situação tava muito difícil, aí em moramos até em 1991 nós viemos para Novo Horizonte, eu tinha uma vaca, uma vaca leiteira que eu tinha ganhado de um projeto, que eu não me lembro bem o nome, mas era assim, quando a minha vaca parisse eu tinha que doar um bezerro fêmea para outra família pobre, e quando eu vim embora para Novo Horizonte, eu deixei o meu sofá para traz, para poder trazer a vaca, e hoje aqui na minha terra no assentamento eu tenho as filhas, as netas, e bisnetas da minha vaca, ela morreu velhinha e eu enterrei ela aqui mesmo, por que ela foi a primeira renda que eu tive com o leite e ela me ajudou a melhorar de situação, por que a vida aqui é sofrida, os filhos num quiseram ficar, é muito pequeno os lotes, daí eu já to velho, por que com 68 anos, a gente já não consegue fazer muita coisa. (CEREJEIRA Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

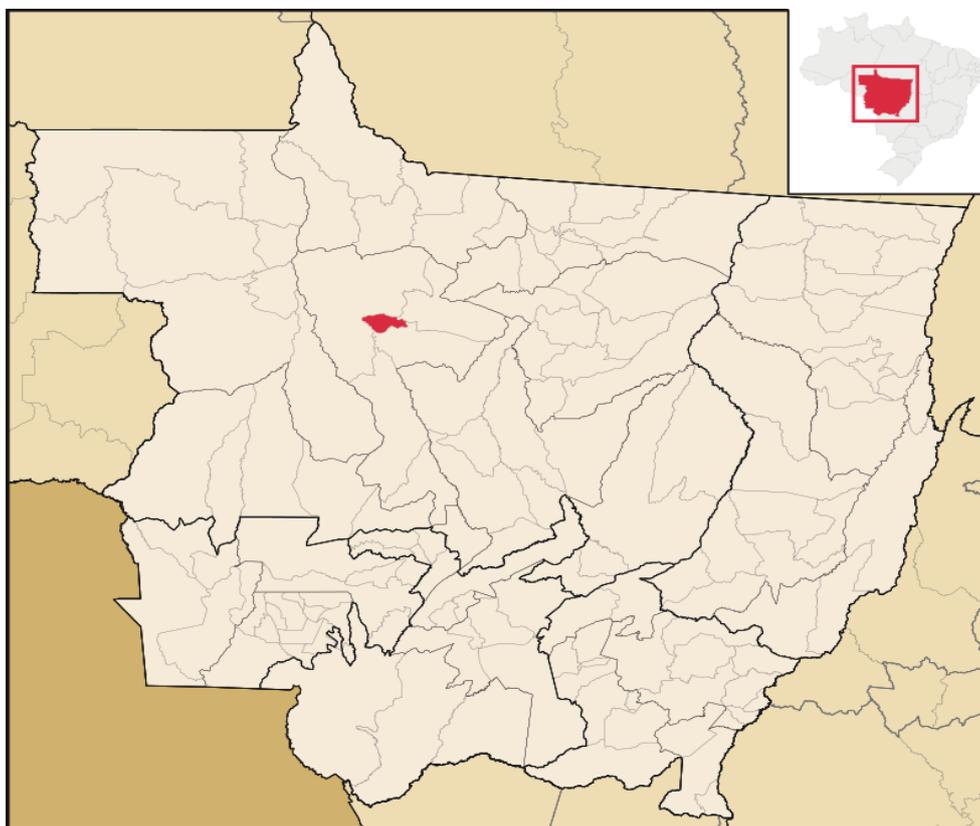
Esse relato é o relato de inúmeras famílias que fizeram esse trajeto para o Mato Grosso acreditando no sonho da terra, no sonho de subsidiar a vida pela terra. Naquela época, não havia meios de transportes, e muito menos de comunicação. As primeiras famílias que aqui chegaram, podem ser consideradas sofreram todas as dificuldades oriundas dos movimentos de colonização e ocupação da terra. As primeiras famílias que chegarem ao local onde hoje é a cidade de Novo Horizonte do Norte, instalava-se pôr um tempo, até abrirem, manualmente, as estradas que propiciariam a chegada aos lotes de terras adquiridos na colonizadora.

A planta da cidade foi desenhada e planejada aos poucos pelos próprios moradores da cidade que começaram a organizar como eles queriam estabelecer o município. Hoje ainda na cidade a organização ainda permanece vinculada a avenida principal da cidade a Avenida Mestre Falcão. Em 1.977, foi criada a Subdelegacia Regional de Educação e Cultura, subordinada a Cuiabá, uma das primeiras ações ligadas ao município para poder ofertar processos educativos para os seus munícipes. A Subdelegacia funcionou por um tempo e foi

coordenada pelo padre Ghunter que foi um dos primeiros padres que permaneceu na cidade, depois foi coordenada por Moisés Silvio da Mota, onde a esta já se encontrava de modo organizado, mas em 1979 esta foi desativada.

Na cidade tinha um grupo ligado a Operação Anchieta - OPAN juntamente com o padre Ghunter começou um projeto para estimular os jovens a estudar, buscando possibilitar a construção de possibilidades de trabalho e ajudava a construir o futuro da cidade. Por meio deste grupo, começaram a surgir ações que atendiam aos anseios da comunidade, as principais delas foram: escolas, igrejas, hospital, serraria, marcenaria e várias outras coisas. A energia elétrica para alguns pontos e pessoas na cidade era fornecida pelo gerador de energia da serraria, onde as pessoas pagavam o combustível para custear o fornecimento de energia.

Figura 1 – Mapa de localização da cidade de Novo Horizonte do Norte.

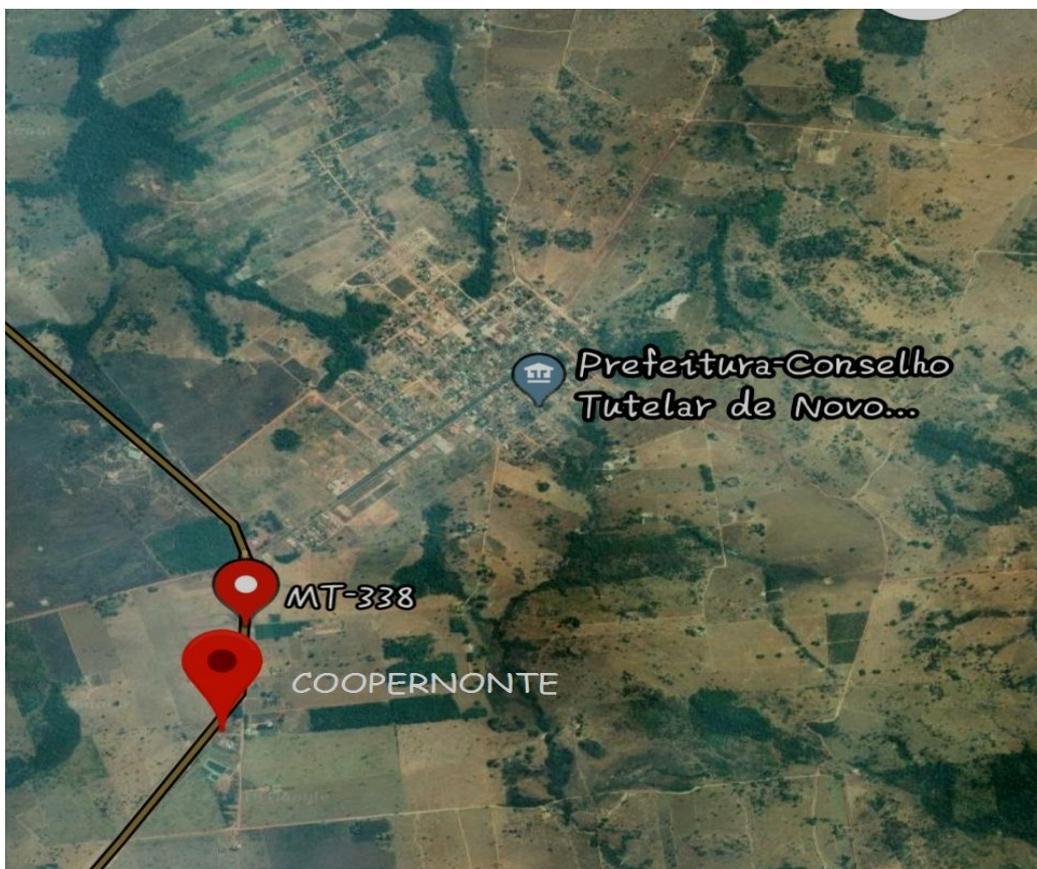


Fonte: <http://www.novohorizontedonorte.mt.gov.br/Imprensa/Banco-de-Imagens/>

Hoje Novo Horizonte do Norte possui uma população que vive em sua maioria do serviço público e dos pequenos postos de trabalho que a cidade oferece, as maiorias das pessoas da cidade trabalham nos municípios vizinhos e principalmente no frigorífico JBS que fica entre a cidade de Novo Horizonte do Norte e Juara. Algumas pessoas ainda residem nos

assentamentos de reforma agrária que circundam a cidade, e entre essas pessoas se encontram a grande parte dos associados que pensaram em constituir uma Cooperativa e foram os primeiros a lutar por uma forma diferente de se organizar.

Figura 2 - Cidade de Novo Horizonte do Norte na atualidade



Fonte: Google maps /

4.2 A criação da COOPERNONTE: espaço de luta e de contradições

Nesta subseção buscamos estabelecer a historicidade da COOPERNONTE com a historicidade de seus sujeitos, visto que a mesma é fruto de suas lutas e sonhos de novas possibilidades de se organizar e subsidiar a própria condição humana. Ao relacionarmos a Cooperativa e seus sujeitos buscamos traçar como um todo, seu arquétipo na fala daqueles que por meio de um sonho buscaram construir outras possibilidades para o trabalho e para o melhoramento do seu município e região. *O sonho da cooperativa, o sonho da nossa gente*, é a base central desta subseção onde buscamos delinear todos os dados fornecidos pelos entrevistados e também os documentos levantados na pesquisa documental da cooperativa.

A Cooperativa Mista Agropecuária Novo Horizonte – COOPERNONTE, localizada no município de Novo Horizonte do Norte no interior do Estado de Mato Grosso às margens da rodovia MT 338, Cooperativa esta que possui 158 (cento e cinquenta e oito) associados e a maioria constitui num grupo de agricultores familiares associados ao empreendimento.

Figura 3 - Vista aérea da Sede da COOPERNONTE



Fonte: Google imagens

A COOPERNONTE é uma cooperativa idealizada por agricultores familiares assentados do município de Novo Horizonte do Norte (MT) que sonharam em criar um empreendimento que pudesse acabar com todas as dificuldades encontradas na venda do leite que era o produto de seu trabalho em suas pequenas propriedades de terra. Por meio de ações coletivas esses agricultores fundaram a COOPERNONTE e por meio dela criaram um laticínio para o beneficiamento e a venda dos produtos por eles industrializados.

Artigo 1º - Sob a denominação de Cooperativa Mista Agropecuária Novo Horizonte – COOPERNONTE fica constituído em 16 de junho de 2006 a sociedade cooperativa que reger-se-á pó este Estatuto nos termos da lei cooperativas a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 – tendo:

- a) Sede e administração as MARGENS DA BR338 KM 02, BAIRRO ZONA RURAL, CEP 78570-000, MUNICÍPIO NOVO HORIZONTE DO NORTE – MT;
- b) Foro jurídico na comarca de Porto dos Gaúchos, no estado de Mato Grosso;
- c) Área de ação para efeito de admissão de cooperados, circunscrita aos municípios de: Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Juara e Tabaporã;

- d) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido entre o período de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de cada ano (Estatuto da COOPERNONTE, acervo da pesquisadora, 2006, p. 1).

A constituição da cooperativa começa antes de qualquer documentação, mas para uma compreensão desta totalidade, e faz necessário que compreendamos a história da COOPERNONTE, que é a história destes agricultores associados, assentados na região do município de Novo Horizonte do Norte, mas também é a história dos anseios dos munícipes desta cidade, onde o sonho de poder gerar renda e emprego para a cidade se tornou o sonho da cooperativa. A COOPERNONTE foi constituída no dia dezesseis (16) de junho (06) de dois mil e seis (2006), com sede no terreno doado pela prefeitura de Novo Horizonte de Norte, localizado nas margens da BR 338, no KM 02 do mesmo município.

Deste modo, não podemos deixar de buscar compreender de que tempo histórico estamos tratando e de como estes sujeitos chegaram neste determinado momento e pelo associativismo buscaram driblar a concorrência e as incoerências mercadológicas decorrentes do mercado leiteiro e as suas inúmeras oscilações e das práticas de mercado determinada por uma única empresa capitalista detentora e beneficiadora do leite de toda região do Vale do Arinos¹⁸. Ao iniciar história da COOPERNONTE, eu também inicio a minha história, como neta de um agricultor que buscou em Novo Horizonte do Norte a alternativa para a fome e falta de condições de trabalho e manutenção e satisfação das suas necessidades e da sua condição humana e de seus filhos, assim a história de meu avô também se apresenta como a história da grande maioria dos associados à COOPERNONTE.

Ao falarmos destes sujeitos que há muito tempo deixaram suas cidades em busca de outras possibilidades que surgem por novas formas de trabalho que se diferem do trabalho assalariado e urbano. Falar então desses sujeitos é falar dos antagonismos inerentes à luta de classes e da tentativa de buscar na e pela terra um modo diferente de produzir e reproduzir possibilidades de subsistência. Deste modo faço por meio das narrativas dos sujeitos entrevistados a construção do ideário construído sobre a concepção e idealização de se fundar um empreendimento cooperativo e suas possíveis significações e contradições.

Para o marxismo autogestionário, o cooperativismo questiona parcialmente a propriedade dos meios de produção, no entanto, há um problema sinalizado: na ausência de uma revolução que questione a propriedade dos meios de produção como um todo, a propriedade cooperativista não passa de uma célula marginal neste organismo dominado por grandes corporações (NOVAES, 2013 p. 9).

¹⁸ O vale do Arinos compreende as cidades de Tabaporã, Porto dos Gaúchos, Novo horizonte do Norte e Juara, região esta são banhadas pelo Rio Arinos e seus afluentes menores.

A história e os motivos que levaram os agricultores e associados da COOPERNONTE a fundar um empreendimento cooperativo pode se confundir com muitas outras histórias que ouvimos falar, mas ela é única como todos os sujeitos que participaram deste empreendimento e lutaram pela sua construção e também pela sua manutenção nos anos que iremos tratar neste texto. A história da COOPERNONTE também se confunde com a história e trajetória de seus diferentes sujeitos, pois cada um que esteve e está envolvido neste projeto deixou a sua singularidade marcada na cooperativa bem como naqueles que trabalharam juntos e viveu junto um sonho de permanecer na terra e obtendo subsídios econômicos para manter a sua subsistência e a do seu familiar.

Todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos [...] Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas (MARX, 1996, p. 447).

Essa direção dada pelas estruturas capitalistas são muitas vezes os condicionantes das novas estruturas que se propõe romper com esse modelo, pois essa divisão do trabalho social se dá pelo antagonismo inerente aos sujeitos do seu processo de produção. Mas, antes de tratarmos destas contradições devemos compreender em que ambiente e momento histórico esse movimento acontece. Assim, não podemos começar a falar da criação da COOPERNONTE sem começarmos a dizer quem são estes sujeitos que se aventuraram pela tentativa de consolidar um empreendimento cooperativo.

A maioria dos agricultores que se associaram que pensaram em se organizar coletivamente, pensando no associativismo como forma de driblar as imposições do e de mercado são oriundos de assentamentos de reforma agrária que começaram a ser assentados no final de 1998, continuando até ano de 2001, esses agricultores também se dividiram e se distribuíram em seis (6) assentamentos com uma média de duzentas e sessenta e duas (262) famílias assentadas onde uma grande parte constituiu o sonho da COOPERNONTE, os assentamentos foram distribuídos em lotes de terra como a narrativa do senhor Cerejeira que abaixo relata:

Nós viemos pra cá no ano de 2000, aqui tem esse assentamento aqui que são Julieta I, Julieta II, Caracol e Bosmagi, e tem também o Casulo I e o Casulo II que também é assentamento só que são lotes menores, a gente chama de chacinha, aqui mesmo os lotes são de vinte e seis (26) hectares cada lote, são mais ou menos 10 alqueire e

meio para cada família (CEREJEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

O pessoal de Juara que trabalha com o leite a maioria destes produtores o perfil deles é bem diferente do perfil do produtor de Novo Horizonte do Norte, os produtores de Juara são produtores isolados, a maioria tem propriedade grande e os produtores de leite em sua maioria vivem em propriedade pequena e lá em novo horizonte por ter vários assentamentos aglomerava mais produtores (MOGNO. Entrevista realizada em 26 de agosto de 2017).

Percebemos na fala dos dois sujeitos entrevistados que eles entendiam que a maioria dos agricultores produtores de leite que estavam se unindo em torno de um problema tinha o mesmo perfil, de pequenos produtores que se passavam pelas mesmas dificuldades e buscavam romper e trazer outra possibilidade para a comercialização dos seus produtos, neste caso em específico para o leite que sua pequena propriedade produzia.

Esses agricultores associados em sua maioria como podemos perceber na fala destes mesmos pertenciam a um grupo de produtores de leite e na dificuldade em vender o seu produto á um preço justo, buscaram na coletividade uma forma de estabelecer a união e a compreensão de compreender o problema vivenciado e por meio da problemática buscar na aliança e na associação para poder dialogar, pensar e repensar outras possibilidades de trabalho. Assim como percebemos nas falas dos sujeitos ao evidenciar sua percepção sobre a origem desta iniciativa já podemos compreender alguns pontos das divergências e convergências sobre o cooperativismo que sempre permeou o processo.

Na realidade a cooperativa começou neste movimento de busca pelo aumento do valor do leite e cada vez mais foi surgindo outros produtores que primeiro nós fomos para cima da empresa privada e nós tentamos melhorar o preço para todos, mas como a gente viu que não ia ter como, nós começamos a buscar outras possibilidades, a gente não tinha a ideia de fazer uma cooperativa essa ideia surgiu depois desses confrontos que tivemos com o dono da empresa que comprava o nosso leite, então o que nos incentivou foi o confronto entre os produtores e a empresa privada, como a gente viu que não ia ter êxito, aí que surgiu a ideia de montar a cooperativa (JATOBÁ. Entrevista cedida em 25 de agosto de 2017).

A ideia de montar a cooperativa, quando surgiu essa ideia a gente tinha em média umas 30 pessoas envolvidas, mas depois que o movimento foi criando força entrou a política pelo meio, a gente fez reunião e em cima desta política e por conta destas políticas começou a surgir muita gente, gente que nem era do ramo, que nem produzia leite, mas tinha interesse em ajudar, mas também tinha gente que tinha outros interesses, por que o político tem outros interesses, aí a gente uma reunião em Novo Horizonte (AROEIRA. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2017).

A percepção inicial destes agricultores permeava a ideia de estabelecer um preço justo para o seu produto, nos enfrentamentos de um pequeno grupo a impossibilidade do diálogo e a insatisfação com o preço estabelecido pela única empresa da região que comprava e

beneficiava este leite, fez com que esses agricultores se organizassem numa associação que posteriormente se tornou um esboço de uma Cooperativa. Assim podemos compreender que a cooperativa foi idealizada no intuito de criar um empreendimento que pudesse acabar com todas as dificuldades encontradas na venda do leite que era o produto de seu trabalho em suas pequenas propriedades de terra. *A cooperativa era o sonho da gente, a gente vendia para o Multibom, eles pagavam o preço que queriam, a gente começou conversar e todo mundo também passava pelas mesmas coisas* (CASTANHEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017). Por meio de ações coletivas esses agricultores fundaram a COOPERNONTE e por meio dela criaram um laticínio para o beneficiamento e a venda dos produtos por eles industrializados.

A alienação, no pensamento marxista, é um fenômeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado. Por exemplo, eis uma crítica de tipo marxista a cooperativas de trabalho industrial isoladas [...] Os trabalhadores proprietários, mesmo que não tenham sentimentos de alienação no trabalho, podem tornar-se impotentes perante as forças competitivas do mercado, que são as que e terminam, em última instância, as chances do sucesso da empresa e a qualidade de vida de seus membros (STORCH, 1985, p.145).

Ao refletirmos sobre a história e as configurações e práticas da COOPERNONTE, conseguimos deixar de pensar sobre o conceito de alienação, pois esses associados se tornaram muito mais que impotentes às práticas vigentes de mercado, viraram reféns do seu próprio empreendimento, da sua sonhada cooperativa. E esses fatores foram se tornando cada vez maior a partir do momento que a história da cooperativa começa a se distanciar da história daqueles que a pensaram como estratégia de superação e rompimento do sistema qual eles se configuravam reféns. Esta construção da história da COOPERNONTE se confunde muitas vezes com a nossa, que por determinantes variáveis e condicionantes alheios a nossa vontade, o processo se direciona por caminhos por nós ignorados. *A morte do nosso presidente, a morte do Valdeci foi muito difícil para nós, ele estava a frente de tudo, depois disso a gente ficou perdido, e os outros sócios não queriam participar* (CASTANHEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017 – Grifo meu).

Talvez o acidente que vitimou o primeiro presidente da COOPERNONTE seja um fator a ser considerado, mas, como estabelecer um único fator dentro de uma problemática de um cooperativismo invertido. A cooperativa depois deste e de inúmeros outros problemas de cunho financeiro enfrentou a crise e a desesperança de um empreendimento que se configura na contradição do capitalismo. *Muitas vezes nós pensamos em parar, até paramos as atividades, a gente chamava as assembléias, mas sempre ia para a terceira chamada, onde dez ou doze pessoas determinavam o que e como trabalharmos* (JATOBÁ Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017). Nos relatos dos nossos sujeitos percebemos que muitas vezes só a força de

vontade e trabalho não bastou para driblar o sistema financeiro e os problemas de formação para e no trabalho. Assim, no trajeto histórico essas relações vêm se aprimorando em variados contornos como cooperação, servilismo, assalariamento, dentre tantos outros (TRIVIÑOS, 1987).

É preocupante o que vem acontecendo nos últimos anos com o cooperativismo de forma geral, principalmente, com o chamado segmento trabalho, onde se observa a proliferação de empresas distanciadas da boa doutrina e da teoria que ignoram a existência de referenciais normativos necessários à sua adequada prática, apesar de denominadas cooperativas (NASCIMENTO, 2000, p.3).

A COOPERNONTE, como tantas cooperativas e associações de trabalhadores, principalmente aqueles ligados aos assentamentos de reforma agrária, que vivem na luta pela subsistência e na manutenção da sua condição e no provimento das suas necessidades humanas, onde percebemos que na maioria dos casos estes se configuram na tentativa de conquistar novos mercados e até mesmos mercados conhecidos, mas anteriormente vinculados ao mercado determinado pelas praticas do capital, para uma grande parte dos sujeitos envolvidos, estas práticas se configuram dentro dos limites e contradição do capital. As formas de se organizar, por meio da solidariedade, da união mercantil e variadas formas de se organizar. Assim Franke (1973), evidencia algumas percepções sobre as formas de se organizar,

é evidente que a solidariedade pode realizar-se por outros meios que não pela intervenção do Estado, a começar pelos inumeráveis modos de associações. A associação cooperativa sob suas diversas formas é, juntamente com a associação sindical e a mutualidade, a solução mais frequentemente preconizada pelos solidaristas. E os solidaristas, estimam que aquelas formas, por serem livres, são superiores à ação do Estado que é necessariamente coercitiva – o que não quer dizer que a coerção não se torne indispensável onde quer que os indivíduos sejam incapazes de realizar, por si próprios, a solidariedade livre (FRANKE, 1973, p.3).

A percepção do processo ligado ao cooperativismo vem depois que o empreendimento gerenciado pela cooperativa, o laticínio de leite entra em declínio, pois ao analisarmos as falas dos sujeitos percebemos que eles de fato nunca souberam de fato que tipo de trabalho eles estavam executando e como o cooperativismo realmente funcionava. A ideia inicial nunca foi criar um laticínio e sim uma associação de produtores de leite que pudessem pela coletividade e trabalho solidário e justo vender o seu produto sem estar refém de uma empresa capitalista que exercia o monopólio do leite na região do Vale do Arinos.

[...] ainda que não se saiba ao certo a real importância econômica e social das cooperativas do mundo inteiro e a dimensão na qual, por sua capacidade de adequar-se a diversos ambientes, com frequência hostis, elas vêm permitindo que milhões de

peças, as suas famílias e suas comunidades, alcancem seus objetivos pessoais, assim como o progresso econômico e social das nações [...] (ONU, 1992).

Mesmo sem compreender os princípios do cooperativismo, associativismo, esses agricultores, primeiramente esses trinta (30), buscaram a saída para os seus maiores problemas, que se dava no preço injusto e determinado sem negociação, eles vislumbraram uma saída se organizando coletivamente para poder negociar, e até mesmo buscar outras possibilidades viáveis e sustentáveis para a comercialização do seu produto, fruto do seu trabalho e de sua atividade produtiva estabelecida pela terra e suas inúmeras configurações.

Ao refletir sobre as falas dos sujeitos entrevistados e percebendo que a procura por se associar entre seus semelhantes, aqueles que vêm sofrendo os mesmos problemas vivenciados por indivíduos isolados possibilita assim pensar coletivamente e organizadamente maneiras de intervenção e rompimento das problemáticas vivenciadas ao tentar se constituir uma cooperativa. Assim os interesses que anteriormente eram individuais passam a ser assumidos por toda a organização como sendo interesses coletivos. Sendo assim, a cooperativa não atua sozinha e é mantida por ações e recursos acumulados de fundos da coletividade (MLADENATZ, 2003). Ao estabelecermos como parâmetro para as cooperativas a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que delibera sobre Política Nacional de Cooperativismo, pensar na organização das cooperativas, é pensar da seguinte forma.

A Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços. (BRASIL, 1971).

Para pensarmos sobre esses princípios do cooperativismo que estão estabelecidos e aqueles vivenciados por estes agricultores durante e no processo de constituição do seu

empreendimento cooperativo, no faz repensar que cooperativismo lhes foi apresentado, qual ideia central eles utilizaram para poder estabelecer a coletividade como única saída para os problemas vivenciados. Perceber a contradição do que foi pretendido e daquilo que foi executado, nos faz refletir sobre as inúmeras contradições que estamos imersos no cotidiano de nossas ações. As práticas adotadas aqui são relatadas por seus sujeitos, por aqueles que na percepção de outras possibilidades vislumbraram um projeto muito maior que suas possibilidades, que suas experiências e práticas de trabalho pudessem compreender. Ao perceber a lei e suas múltiplas facetas, podemos compreender que a lei redigida em plena ditadura militar, atrelada ao chamado processo de redemocratização modernização conservadora do campo brasileiro ou seja havia um projeto da ditadura de modernizar que significava expulsar quem estava (como pequenos agricultores) e trazer os latifúndios com uma economia mais moderna, onde o contexto da lei e seus beneficiários dizem muito sobre a mesma.

Já fazia muito tempo que a gente vinha sofrendo com o problema do preço do leite, muitas vezes a gente sentia que tava entregando o nosso leite quase que de graça, por que na maioria das vezes a gente não conseguia nem comprar mais vaca, e nem arrumar as coisas no sítio. A gente conversava, até pensava em desistir, daí veio essa ideia da gente se organizar e cooperativa e vender o nosso leite tudo junto para outro lugar. Daí a gente pensou que ia ser melhor, por que a gente num ia ter só a Ivete¹⁹ para vender o leite, aí eu pensei que daí por diante as coisas iam melhorar (AROEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

As falas acima demonstram aspectos fundamentais na discussão sobre os por quês desta cooperativa ter sido criada. A compreensão central se dá por meio das falas dos sujeitos entrevistados que tinham como principal ideia a formação de uma cooperativa, mas com outras intencionalidades que não são aquelas que se configuraram no final do processo. Estes pensaram na cooperação e associativismo como instrumento de rompimento das práticas de mercado que os oprimia e lhes negava o poder de escolha de comercialização do seu produto. Assim, pensar na construção de um laticínio, concentrar um maior volume de leite recolhido na região e o seu beneficiamento como uma possibilidade de *mais valor*²⁰ que poderia ser

¹⁹ A senhora Ivete que é mencionada pelo sujeito entrevistado é a dona da empresa privada de laticínio Multibom, que na época que a cooperativa surgiu era a única compradora do leite da região do Vale do Arinos.

²⁰ Nossa reflexão sobre a concepção de *mais valor se dá* por meio das análises de Marx que Carcanholo (2003) diz que: "Ao contrário, admitamos que, sem variar a totalidade das mercadorias trazidas ao mercado, o valor das mercadorias produzidas nas condições mais desfavoráveis não se compense como valor das produzidas nas melhores condições, de modo que a porção produzida nas condições mais desfavoráveis constitua magnitude de maior peso tanto em relação à massa intermediária quanto ao outro extremo; nessas condições, a massa produzida nas condições mais desfavoráveis rege o valor de mercado ou o valor social. Suponhamos finalmente que a massa de mercadorias produzidas nas condições mais favoráveis ultrapasse a das produzidas nas mais

agregado ao seu produto, fez com que esses agricultores almejassem algo muito maior que a própria cooperativa.

A ideia do cooperativismo não é nova, existem marcos histórico, e experiências sólidas e teorizadas, mas como aprender sobre práticas cooperativas num ambiente de práticas de mercado, práticas e experiências unicamente formulados por teóricos e também por grupo de trabalhadores que vivenciaram o mesmo processo. Sobre a concepção original, nossos sujeitos nos trazem as seguintes percepções:

Quando surgiu essa ideia a gente tinha em média umas 30 pessoas envolvidas, mas depois que o movimento foi criando força entrou a política pelo meio, a gente fez reunião e em cima desta política e por conta destas políticas começou a surgir muita gente, gente que nem era do ramo, que nem produzia leite, mas tinha interesse em ajudar, mas também tinha gente que tinha outros interesses, por que o político tem outros interesses, aí a gente uma reunião em Novo Horizonte. E como a gente viu que lá em Novo Horizonte por ter vários assentamentos aglomerava mais produtores, e o prefeito demonstrou interesse em ajudar, a gente viu mais possibilidades de conseguir criar a cooperativa. E nessas reuniões, vinham os políticos e os que tinham interesses políticos e agente tinha que conseguir recurso para fazer surgir essa cooperativa, a gente não tinha ideia de montar um laticínio, aí o deputado Riva numa assembleia na câmara, e nos disse o que vocês conseguirem arrecadar aqui eu dobro o dinheiro para vocês, aí nós conseguimos 70.000 mil reais e o deputado destinou 150 mil reais, mas não foi em dinheiro, foi por meio de uma emenda parlamentar para a prefeitura de Novo Horizonte do Norte que depois veio para ajudar a construir o laticínio, mas nossa ideia não era o laticínio, a gente tinha uma ideia diferente, mas daí as pessoas começaram a explicar como o laticínio ia ser bom para gente e também para a cidade, aí essa ideia tomou força. (JATOBÁ. Entrevista cedida em 25 de agosto de 2017).

Por que só para conseguir amontar a cooperativa durou um monte de tempo para conseguir reunir toda a documentação e teve muito custo e depois mais um tempo para conseguir fazer o projeto do laticínio. E na época só o projeto do Laticinio ficava em 1 milhão e pouco na época, o banco liberou 800 mil, mas também teve a contrapartida dos produtores que chegamos a 1 milhão e duzentos mil, e o terreno que foi doado tinha que ser feito terraplanagem pois era um buraco enorme, e aquele terreno tinha sido de outra cooperativa que também tinha sido fechada porque tinha falido. E aí a gente recebeu a doação deste terreno feito por essa cooperativa e foi feito o laticínio lá e teve um custo muito alto, para fazer toda a terraplanagem e aí o que aconteceu começou a fazer o laticínio e a gente de imediato a gente tinha 30 sócios na ata, nas reuniões tinham muitas pessoas, mas quando a gente fez a ata para mandar para a junta comercial tinha 30 pessoas como associado da cooperativa. Aí depois disso aí, foi feito todo um trabalho em cima disso aí, fez –se um projeto e mando para o banco, aí o banco não quis aprovar, por que ele queria garantias de pagamento, aí nós sócios tínhamos que dar garantias para liberar o financiamento aí nós não quisemos mais fazer. (AROEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).

No meio das coisas a gente meio que desistiu, por que tinha que dar a terra da gente , o gado como garantia para pegar o dinheiro no banco, como é que a gente ia dar o

desfavoráveis e por isso constitua magnitude de maior peso que a das produzidas nas condições intermédias; então, a massa das produzidas nas condições mais favoráveis rege o valor de mercado”. (Marx – livro III, v. 4, capítulo X –p. 20).

que a gente lutou e sonhou tanto para conseguir. Aí deu medo né. Aí fizemos outra reunião, aí veio o secretário de agricultura do município, ele falou de um tal de fundo que tinha, aí tinha o tal de DRS (desenvolvimento regional sustentável) e aí junto com AMM (Associação Mato-grossense dos Municípios) se teve a ideia de aglomera um monte mais gente, onde foi feito uma ata, onde o Maike²¹ que fez, na época eu nem sabia como funcionava esse negócio, porque ele que estava a frente, e como aglomerou muita gente, por que agora agente precisava de mais pessoas para fazer a cooperativa, aí eu acho que foi o nosso erro, por que tinha gente que não mexia com a terra, nem vaca tinha, a ideia era ajudar, mas hoje eu vejo diferente. Depois dessa reunião agente fez outra ata colocou nessa ata e como esse projeto do laticínio ia ajudar e atender muitas pessoas da região, aí foi feito esse projeto com essa nova ata e mandado para o banco, mas isso demorou quase que dois anos, aí veio o dinheiro e começamos a construção o laticínio (JATOBÁ. Entrevista realizada em 25 de agosto de 2017).

A ideia central não estava no laticínio, e muito menos numa cooperativa que pudesse atender aos anseios da comunidade. “*Nós trabalhamos com a atividade de bovinocultura de leite e era a única alternativa da gente vender o nosso produto aqui na cidade e também fortalecer o comércio local, gerar emprego, criar uma indústria.* (MOGNO. Entrevista realizada em 26 de agosto de 2017)”. O leite foi por muito tempo o responsável direto e indiretamente por uma grande parcela da renda mensal dos produtores rurais do município e até mesmo do Vale do Arinos.

Figura 2 – Mapa de localização do Vale do Arinos MT



²¹ Na época o senhor Maike que é citado era Secretário de agricultura, na gestão do senhor Junior Pereira Neves, ambos eram associados a cooperativa e foram tanto do conselho fiscal e da diretoria da COOPERNONTE. Estes foram convidados a participar da pesquisa, mas não quiseram se pronunciar. Hoje a COOPERNONTE sofre processo de recuperação judicial e todas as suas diretorias, membros dos conselhos e associados são responsáveis por uma dívida que se aproxima a dois milhões de reais segundo o levantamento feito pelo SEBRAE.

Fonte: <http://www.novohorizontedonor.te.mt.gov.br/Imprensa/Banco-de-Imagens/>

A situação em que se encontravam os agricultores familiares associados nesse período também foi muito favorável para a ideia e a percepção de encontrar saída pelo cooperativismo e pelo movimento associativista. Na sua grande maioria, os produtores não tinham recursos para promover melhorias em sua propriedade, e muito menos condição de inserir em outro ramo de produção, e isso levava sem o seu produto a ficar refém do mercado. Deste modo compreendemos que o cooperativismo/associativismo poderia combinar esses dois pontos, pois os indivíduos organizados tinham maior capacidade de exercer pressão para obter benefícios para o coletivo e por consequência também traria melhorias individuais para a sua propriedade e para sua produção.

A cadeia produtiva do leite por um determinado período gerou a maioria dos empregos diretos e indiretos ligados a produção diária do mesmo. Durante os primeiros anos de funcionamento do laticínio que era o empreendimento da COOPERNONTE eles chegaram a receber 11.000 litros de leite por dia para ser beneficiado pelo laticínio. *Os produtores nosso aqui, nós também, hoje depois de tudo a gente vê, eles não tem um espírito de quem trabalha com o cooperativismo, o associativismo, tem uma diferença, eles tem muita rixa política.* (MOGNO. Entrevista realizada em 26 de agosto de 2017), mas a falta de formação para o trabalho e no trabalho e o entendimento sobre os do cooperativismo, da autogestão, da economia solidária e até mesmo do mercado leiteiro interferiu diretamente no processo de constituição, de participação, de gestão e da produção da COOPERNONTE. *Hoje a gente percebe, quer dizer eu percebo o que fizemos errado, a gente num tinha ideia do que a gente tava assumindo, e a gente começou se endividando, num tinha como dar certo* (JATOBÁ. Entrevista cedida em 25 de agosto de 2017).

Na fala dos sujeitos podemos perceber a dificuldade em hoje olhar para todo o processo e perceber as tomadas de decisões feitas precipitadamente e sem uma orientação. *A maioria de nós aqui vem do comércio, depois que nós conseguimos uma terra, a gente sempre foi empregado, uma cooperativa num é igual a uma empresa normal, é diferente, a gente não tinha ideia* (AROEIRA. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2017). Ao refletirmos sobre a real participação e a ideia de democratização do trabalho na COOPERNONTE, percebemos que estas não se constituíram com prioridades para os associados e pelos membros que ocupavam os cargos da diretoria. Fica evidente que as maiorias das assembleias realizadas existiram formalmente, apenas para legitimar decisões já tinha sido tomada, e como era

necessário chamar a assembleia para poder legitimar as ações, muitas vezes essas aconteciam com a presença mínima descrita no estatuto e quase sempre em última chamada. Com isso percebemos também a lacuna da formação para a democracia e para a participação política efetiva.

Artigo 22º - Nas assembleias gerais, o “ Quorum” para a instalação será o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de associados em condição de votar, em primeira convocação.
- b) Metade mais um dos associados, em segunda votação.
- c) Mínimo de 10 (dez) associados em terceira convocação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para efeito da verificação do “ quorum” de que trata sobre o número de associados presentes em cada convocação será apurado pelas assinaturas constante no livro de presença (ATA DA COOPERNONTE, 2006, p.8).

A pouca participação refletida nas assembleias corroborada pelas falas nos fazem refletir sobre a real ideia do processo cooperativista e associativista. Demo (1988) afirma que um problema frequente nas associações é a falta de quorum, o que acaba por conferir um caráter autoritário às reuniões e nos processos de tomada de decisão. Isso também nos evidencia os condicionantes históricos as cooperativas são configurações de subsídio mútuo entre pessoas que buscam somar seus valores, sua capacidade produtiva, suas possibilidades financeiras. Um bom exemplo é a ideia da cota parte de capital que eles fidelizam no processo e admitem o risco deste empreendimento que visa não somente prestar serviços a si mesmos, mas também obter *mais valor* sobre a sua produção e até mesmo sobre sua capacidade produtiva, que difere em muito das sociedades e empresas capitalistas. Mas e o processo, as formações necessárias para o funcionamento do empreendimento, talvez a formação inicial e a final dos associados/cooperados tenha caído na contradição da verticalização do cooperativismo²².

Mas isso não garante e não poderia garantir que o seu produto tivesse ou pudesse ter uma melhor qualidade, mas poderia permitir um maior valor nas atividades desenvolvidas e até mesmo um retorno maior para o próprio cooperado, bem como para o município. Mas pensar em algo maior do que se pretendia, pode ter sido o agente delimitador e agravador das

²² Entendemos o cooperativismo verticalizado aquelas cooperativas que se assemelham às formas singulares de organização vinculadas ao sistema capitalista de se gerir e constituir uma empresa e também às sociedades empresariais cuja as suas formas de ação, como a sua organização, as suas estratégias tomadas, as diferentes formas de se relacionar com terceiros, e principalmente com os associados. Também podemos estabelecer nessa conceituação o tratamento privilegiado fornecido pela diretoria, pelos conselheiros com relação a todas essas identidades que existem e que se conflitam no interior das cooperativas, principalmente to que tange os processos de tomada de decisão e na transparência dos mesmos. Assim esses cooperativos verticalizados poucos diferem das empresas que conhecemos, pois se apresentam como uma cooperativa, mas nem conhecem e muito menos praticam os princípios do cooperativismo.

problemáticas que foram acontecendo dentro dos espaços de coletividade, de produção e de atuação da cooperativa. A justificativa de que o laticínio traria reduções nos custos de coleta, o que até mesmo poderia justificar o pagamento de preços mais atrativos para maiores volumes do que a venda isolada ou até mesmo a venda associada mas para uma empresa que já dominasse o processo de beneficiamento leiteiro.

Foi nessa reunião que veio a ideia de montar um laticínio, por que já que nós íamos montar uma cooperativa o mais certo era montar também um laticínio, por que não vai adiantar ter uma cooperativa e não ter um laticínio, por que a cooperativa era só para comprar o leite do produtor, juntar o leite e vender para outras empresas e a cooperativa era numa ideia de resolver os problemas das questões de nota de emitir nota e trabalhar legalizado, a gente pegar o leite do produtor, aglomerar esse leite e repassar para outras empresas era mais viável a GNT ter uma cooperativa, mas aí nessa reunião foi que mudou nossa ideia original e surgiu essa ideia de criar um laticínio, onde o secretário de agricultura na época, juntamente com o prefeito que apoiaram a decisão de criação deste laticínio para o beneficiamento do leite (PEROBA. Entrevista realizada em 28 de agosto de 2017).

A compreensão de que uma cooperativa poderia se configurar numa concepção muito maior que aquela pensada anteriormente faz com que repensemos a determinante que potencializou essas ações. Como os próprios sujeitos relatam a falta de experiência para atuarem e estarem em uma proposta cooperativista e associativista e destacam que a ideia central se alargou sem a possibilidade de uma reflexão e formação necessária para uma proposta cooperativista que de fato concebesse os princípios e a centralidade deste movimento.

Esse formato de organização cooperativa que a COOPERNONTE se organizou, fica estabelecido não pelos princípios do cooperativismo e associativismo, mas sim evidencia como esses sujeitos buscaram romper com a problemática que determinava e aprisionava as possibilidades de se produzir e de viver pela sua produção. Compreendemos pelos aportes teóricos e vislumbrados em outras experiências que este cooperativismo pouco difere das ditas empresas capitalistas, pois sua ideia central ainda está baseada nas ideias de mercado, e estabelece no lucro a ideia central do empreendimento.

Ao mesmo tempo em que a COOPERNONTE não se configura como uma cooperativa tal qual estabelecemos anteriormente nas subseções, ela também não deixa de ser uma cooperativa, pois sua ideia embrionária ou podemos chamar de ideia primeira foi pautada pela organização coletiva como possibilidade de superação das contradições impostas pelo capitalismo. Pensar em outras possibilidades, também nos faz melhor descrever esse processo e subdividi-lo por etapas e compreender o fenômeno como possível de acontecer a quaisquer

grupos de pessoas que buscam no cooperativismo, associativismo, na economia solidária uma forma de estabelecer controle sobre sua produção e de estar no mercado sem pertencer ao mercado como sujeito assalariado ou até mesmo sujeito subordinado as regras comuns as empresa capitalistas que serviram de base para a experiência constitutiva da COOPERNONTE.

Para pensarmos a COOPERNONTE como um exemplo a ser pedagogizado e visibilizado é também possibilitar que outras pessoas possam ver nas experiências que não se concretizam também uma forma de aprendizado. Assim talvez rompamos com essa ideia positivista de relatarmos e exemplificarmos os processos, as escolhas e os modelos que fracassaram e possamos usar o fracasso como um princípio educativo.

No decorrer das possibilidades demonstradas por nossos sujeitos como elemento delimitador, trazer a essência de quem são esses sujeitos nos ajuda a compreender melhor o processo. Assim, a possibilidade de superar os obstáculos vivenciados no cotidiano destes agricultores pode se transformar na experiência concreta necessária para os próximos que virão após a experiência da COOPERNONTE concepções e formações necessárias para um empreendimento cooperativo consolidado e que se perpetua pelas e nas experiências coletivas.

4.2.1 A dimensão característica da essência do cooperado da COOPERNONTE

Ao percebermos pelas entrevistas e pelos documentos analisados os diferentes perfis dos sujeitos associados à COOPERNONTE, compreendemos que a colaboração e ideia central dos processos formativos como fator determinantes nas ações coletivas do grupo. Assim, por meio das falas dos nossos sujeitos percebemos como a educação pode promover a transformação do perfil cooperado de desinteressado, desinformado, não participativo, individualista e competitivo em um cooperado democrático, interessado, participativo e coletivo, onde pelos processos formativos educacionais propiciados por um ambiente que tem na instrumentalizar para o trabalho e o trabalho como princípio educativo e emancipador pode propiciar a transformação destes em indivíduos que primam por compartilhar as decisões, busca conhecer e interagir na sua organização da cooperativa, participa ativamente das decisões e coopera com os associados e com a cooperativa como um todo, bem como sensibiliza os demais para as mesmas ações.

Alguns dados dos diferentes perfis podem nos ajudar a compreender os diferentes sujeitos que compuseram o sonho da COOPERNONTE, assim abaixo no quadro estabelecemos uma ideia sobre alguns questionamentos que nos fazem compreender melhor quem são esses sujeitos.

Quadro 1 - Perfil dos cooperados

COOPERADO	ESCOLARIDADE	REMUNERAÇÃO ²³	PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLEIAS
Aroeira	Sem escolaridade formal	Dois salários mínimos	Participava quase sempre
Cerejeira	Antigo primário	Dois salários mínimos	No começo eu participei muito e depois eu desisti, as coisas não eram como pareciam ser.
Castanheira	Antigo primário	Um salário mínimo e meio	Sempre participei
Jatobá	Ensino médio	Três salários em média	Sempre participei
Mogno	Ensino superior	Cinco salários mínimos	Comecei a participar mais no final, quando as coisas pararam de funcionar.
Peroba	Ensino Superior	Seis salários mínimos	Sempre que possível eu participava
Jacarandá	Sem escolaridade formal	Me encontro sem renda e dependendo da colaboração para sobreviver.	No começo eu ia em todas, depois eu parei, quando a Unemat, entrou eu comecei a voltar a ir, mais era muito sofrido para mim.

Fonte: Pesquisa/caderno de Campo (2017).

4.2.2 A origem dos cooperados: algumas notas

A maioria dos cooperados associados da COOPERNONTE é oriunda da região Sul do país, mais precisamente do estado do Paraná. Neste perfil total que abrangeria os 158 associados e não apenas os sujeitos entrevistados, o perfil se modifica um pouco pelos sujeitos que são oriundos da própria cidade de Novo Horizonte do Norte e aqueles que são da região sudeste do país. O questionário semiestruturado que utilizamos foi aproveitado também

²³ Tratamos aqui da remuneração mensal dos cooperados e do seu grupo familiar. Como a maioria dos entrevistados lidam com a terra o valor de sua remuneração varia de acordo com a sua capacidade produtiva e os preços estabelecidos pelo mercado.

com o objetivo de levantar as principais características dos cooperados da COOPERNONTE, e as entrevistas nos permitiram uma classificação de dados bem mais específicos e particularizada da de cada sujeito.

Deste modo, percebemos que na história da cooperativa, no caso da COOPERNONTE, as histórias se confundem com a de seus cooperados. Entre a cooperativa pesquisada, a maioria dos associados tem o mesmo perfil, são filhos de agricultores que vieram para Mato Grosso na tentativa de estabelecer pela terra condições de subsistência, ou são estes os mesmos agricultores que por anos, cidades, e estados buscaram um pedaço de terra para começar a tão sonhada emancipação do trabalho assalariado e servil e produzir na e pela terra os instrumentos necessários para a manutenção da sua condição e necessidades humanas.

Assim ao falarmos sobre esses fatores e sobre esses sujeitos, principalmente por todos esses indícios serem em sua maioria predominantemente caracterizada por fatores confluência dos fenômenos contemplados se configuram numa ordem socioeconômica, sociopolítica e sociocultural. E com isso perpetuam e fazem surgir as diversas experiências associativas que constituem as mais diferentes cooperativas, e também a COOPERNONTE.

Um traço comum pode ser destacado do conjunto dessas experiências: o perfil de seus protagonistas, identificados como pertencentes a setores pauperizados, marginalmente incluídos à lógica excludente de reprodução do capital, que buscam construir relações de solidariedade humana e de classe, de modo a assegurar a reprodução da vida de forma mais digna (BRITO, 2004, p. 117).

Ao destacarmos as características desses associados, destacamos também, o motivo que levaram também à criação do empreendimento, e essa característica singular deste grupo de agricultores associados, também muitas vezes se confunde com a de outros movimentos que buscaram na cooperativa a saída para gerar o aumento da sua renda e do seu desenvolvimento de uma atividade de que todos seriam donos, e teriam o controle sobre a sua produção e o valor do seu produto.

Pensando nessa compreensão de Brito (2004) e Tiriba (2001), podemos perceber e até mesmo afirmar que são a partir das políticas sociais e de desenvolvimento de distintas e inúmeras iniciativas populares adotadas por grupos desprivilegiados, com direitos e oportunidades vilipendiados por forças, tem emergido propostas de formas alternativas de trabalho e produção da existência humana por agentes de diferentes matrizes ideológicas, o que implicou na concretização de diferentes estratégias de ação.

4.2.3 A incubação da IESA²⁴: a busca por formação e superação da crise vivenciada

A Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos (IESA), onde por meio de oficinas formativas foram trabalhadas no período de incubação da Cooperativa Mista Agropecuária de Novo Horizonte do Norte (COOPERNONTE) – MT. A formação propiciada pela IESA é uma proposta vinculada ao projeto de pesquisa e extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Juara. Essas oficinas de formação têm como objetivo ampliar as leituras sobre Educação Popular e especificamente sobre Economia Solidária, no sentido da importância da Educação Popular como agente propiciador de articulações das dimensões econômica, social, educativa, pessoal, grupal e solidária.

Esses processos formativos vinculados à IESA buscaram compreenderem em dinâmicas de reflexão sobre o trabalho precarizado, invisibilizado e por muitas vezes marginalizado nas relações de produção. Especificamente, dentre as problemáticas enfrentadas pelos trabalhadores dos inúmeros assentamentos que circundam a região do vale do Arinos, que muitas vezes fazem com que seus sujeitos se aventurem por empreendimentos e formas de se organizar sem ter o mínimo conhecimento e experiência sobre projetos e ações articuladas independentemente de sua formação e concepção de trabalho. Esses agricultores se encontram desvinculados dos processos formais de trabalho e se encontram aquém da legislação trabalhista, dos direitos sociais, dos princípios do cooperativismo, dos fundamentos da autogestão e da realidade econômica e de mercado enfrentada pelo tipo de empreendimento em que este se aventura em construir e tentar consolidar.

Deste modo, compreendemos a importância dos processos formativos que foram vinculados a incubação, onde se buscou por estabelecer importância de trazer as demandas reais dos grupos, não só para garantir a efetividade das ações de incubação e formação, mas para que os associados e trabalhadores se reconheçam e se empoderem nesse processo formativo primado por seus interesses e necessidades imediatas e emergentes. Além disso, se faz importante salientarmos que esse processo é longo e trabalhoso, pois percebemos na

²⁴ IESA - Incubadora de Empreendimentos Socioeconômicos Solidários e Sustentáveis do Vale do Arinos, projeto de pesquisa e extensão com parecer nº 059/2015 - PROEC, vinculado ao Edital de nº 002/2015/PROEC de fluxo contínuo da Unemat. Tem como objetivo geral: oferecer atendimento permanente de ações que visam o fortalecimento de empreendimentos sociais, sustentáveis e solidários da Região do Vale do Arinos.

literatura os exemplos de cooperativas já consolidadas enfrentam novos desafios, em outras dimensões de atuação, tanto nos processos formativos para o trabalho como também nas novas articulações e contradições do trabalho na sociedade.

Com base num estudo sobre as atividades de mercado e atuação da COOPERNONTE realizado pelo SEBRAE²⁵ onde um diagnóstico sobre a sua capacidade produtiva e econômica da cooperativa foram levantados e identificados alguns pontos positivos que deverão ser potencializados para melhorar o desempenho da empresa e pontos negativos que deverão ser trabalhados para o seu pleno desenvolvimento. As capacidades de produção, a existência de matéria prima em abundância no município e na região, bem como a produção de leite tradicionalmente cultuada no município fazem desta atividade uma excelente atividade a ser desenvolvida pela cooperativa.

Este estudo foi feito e apresentado em assembleia para os cooperados numa tentativa de possibilitar alternativas para que os associados pudessem retornar a atividade leiteira e a cooperativa voltasse a funcionar. Este estudo apenas levou em consideração as dívidas que a cooperativa já acumulava e fez um prognóstico da capacidade de produção necessária diariamente para que a cooperativa voltasse a funcionar e construísse uma margem para a renegociação das dívidas e a criação de um fundo para resolver problemas futuros.

Assim se fez necessário um conjunto de ações coordenadas entre a incubadora e os associados para se possa vislumbrar diversos benefícios tanto para a cooperativa, quanto para os associados e por conseqüência toda região do empreendimento. Deste modo os cooperados precisam estar conscientes de que esse processo demandará empenho trará novos desafios, tanto internos, quanto os decorrentes da organização coletiva, quanto externos, estes que são decorrentes do contato com a iniciativa privada e com o Estado. Trazer essa clareza é parte da responsabilidade da IESA como instituição de apoio e fomento à Economia Solidária.

Nos processos de busca por formação para se trabalhar num empreendimento cooperativo, foi por meio da IESA como locus de formação buscou-se trabalhar com ações formativas junto aos professores e acadêmicos do curso de Bacharelado em Administração e Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, em que os universitários por meio de formação direcionada e

²⁵ SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor. A participação do SEBRAE para a construção de um estudo que fizesse uma análise sobre o patrimônio e a dívida ativa da Coopernonte foi financiado pelo banco que se denomina uma cooperativa de crédito chamado SICREDI. A Cooperativa de Crédito SICREDI se instalou em Novo Horizonte do Norte após a instalação e funcionamento da Coopernonte, e a maioria dos associados endividados, possui no banco empréstimos pessoais para injetar na cooperativa e fazer com ela funcionasse. (Fonte: caderno de campo da pesquisadora e relatório da IESA).

específica se torram células multiplicadoras sobre os processos de Tecnologias Sociais, do cooperativismo, das práticas autogestionários, e dos processos de produção econômicos e solidários.

A formação proposta pela IESA se dá vinculada ao projeto de pesquisa e extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Juara, onde serão ofertadas oficinas de formação para o trabalho e todas as suas configurações na indústria, bem como as ações que compreendem um empreendimento configurado pela economia solidária. Atuando assim de modo formativo e que prima pela autonomia e emancipação de seus atores. A busca por objetivos comuns no ampliado das leituras sobre Educação Popular, dos movimentos populares e sociais e especificamente sobre Economia Solidária, no sentido da importância da Educação Popular como agente propiciador de articulações das dimensões econômica, social, educativa, pessoal, grupal e solidária.

Esta Incubação se pautou nos documentos e falas dos sujeitos envolvidos e do levantamento das condições financeiras levantadas pelo SEBRAE e também nos diálogos estabelecidos nos espaços de produção dos agricultores associados à COOPERNONTE. Faremos uma análise levando em consideração as seguintes etapas: levantamento de dados econômicos e sociais do município e levantamento global dos sujeitos vive da produção e comercialização de leite e seus derivados no município. Neste levantamento de dados, buscaremos abordar: as características demográficas, historicidade dos assentados, concepção identitária dos cooperados, organização dos produtores de leite e as suas condições socioeconômicas.

Entendemos a necessidade destes aspectos formativos vinculados a Incubação de compreender o papel da Educação Popular e Economia Solidária na formação e consolidação por meio da experiência do trabalhador associado de maneira a propiciar a ressignificação das trajetórias configuradas nas Tecnologias Sociais, na Economia Solidária, na Autogestão, no Cooperativismo e na Educação Popular.

Na busca por entender o arcabouço da economia solidária e os seus desdobramentos num ambiente cooperativo, onde a lógica de exclusão do modelo de produção capitalista cria alternativas para driblar esse sistema perpetuador de exclusão. Assim, estes processos formativos pensados pelo trabalho e sua manutenção na sociedade, é central quando pensamos em trabalhar com empreendimentos econômicos solidários que são foco do projeto desenvolvido no Campus de Juara com a Incubadora – IESA. É nesse método de disposição

de troca de saberes que se dá a construção dos conhecimentos populares e se configura as práticas de Tecnologia Social.

As Tecnologias Sociais proporcionam por meio de maneiras apropriadas para o enfoque de questões e problemas sociais, pertinentes à exclusão, processos de inclusão e outros fatores principais que vigoram na sociedade (DAGNINO, 2010; FONSECA; SERAFIM, 2010). De tal modo, é nesta empiria que a IESA se coloca, se estabelece na busca por proposituras formativas pautadas numa perspectiva da produção solidária, do comércio justo e das práticas autogestionárias conjeturadas por Tecnologias Sociais.

Para compreender essa tentativa da IESA em atuar junto a COOPERNONTE e tentar por meio de práticas formativas desconstruírem o ideário cooperativista formulado e construir em coletividade os princípios do cooperativismo, do associativismo, da autogestão, da economia solidária. Assim busco essa compreensão da desconstrução/construção em Mézáros que se utiliza da sedutora história de Goethe para nos fazer compreender a situação desta cooperativa vertical que se estabeleceu e configurou nas práticas de mercado configurada pelo capitalismo.

Como no caso do pai de Goethe (mesmo que por razões muito diferentes), não é possível colocar abaixo o prédio existente e erigir outro com fundações completamente diferentes em seu lugar. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro com fundações completamente diferentes em seu lugar”. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso da reconstrução, “retirando um andar após o outro de baixo para cima, inserindo a nova estrutura, de tal modo que ao final nada deve ser deixado da velha casa”. Na verdade, a tarefa é ainda mais difícil do que esta. Pois a estrutura de madeira em deterioração do prédio também deve ser substituída no curso de retirada da humanidade da perigosa moldura estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 599).

Como seria possível estabelecer uma totalidade de ações ofensivas contra o capital e suas superestruturas, se o cooperativismo e o associativismo não cumprirem um papel na superação do trabalho alienado, por meio da expropriação daqueles que por toda vida são expropriadores. E também buscando e primando por ações coordenadas e em rede dos sistemas de produção dos produtores associados, pela perspectiva da reorganização e compreensão total dos valores de uso e da valorização ilimitada do desenvolvimento de sujeitos com formação omnilateral em todas as suas dimensões.

Entendemos que quando partimos de um projeto de cooperativismo, associativismo primado pela economia solidária e pela autogestão como um projeto econômico diferente do capitalista, poderíamos ter outros resultados e as incubações não seriam tão necessárias, mas

por compreender o fenômeno e as ações que se perpetuaram na COOPERNONTE podemos também compreender como a alienação interpela e condiciona os mais diferentes sujeitos, nos inúmeros modelos de cooperativismo a perpetuar as mesmas práticas de mercado que há muito se encontram reproduzindo, excluindo e produzindo desigualdades, marginalidades, exclusão e miséria. Assim, a Incubação da IESA de tantas outras Incubadoras de Tecnologia Social são imprescindíveis para romper com essa estrutura e buscar meios de produção e de produzir que emancipem, libertem e formule novos processos formativos ligados ao trabalho e as necessidades do inventariado social.

4.3 As formas de se organizar o trabalho no espaço cooperativo: aproximações com a COOPERNONTE

Enxergar no cooperativismo novas possibilidades se faz na ideia de perceber as formas como se organizam o trabalho e a capacidade socioprodutiva da cooperativa. Desse modo, em tese as cooperativas seriam a melhor opção para ações que ambicionem sustentar as características da informação e consistência associativas. Como fundamental propriedade dessas coletividades buscou-se compreender as formas organizativas do trabalho no espaço cooperativo como fator desencadeador da não estabilização a participação e atuação constante e democrática dos seus associados.

Para Singer (1999) que se pressupõe nos benefícios comparativos para que uma cooperativa, ao se relacionar com as empresas capitalistas na sua atuação de e no mercado, onde “a forma cooperativa de organização permite e compele o diretamente interessado a participar nas discussões e negociações sobre questões de seu interesse.” (p. 130).

Ao estabelecermos as formas de como a COOPERNONTE se organizou para compor os seus espaços de produção e organização da produção, tanto da cooperativa, quanto do seu empreendimento constituído de um laticínio, podemos perceber a ideia de mercado vigente predominantemente nos espaços de trabalho e atuação da cooperativa. *Quando a gente terminou de concluir tudo, a gente começou a contratar os funcionários que iam trabalhar na indústria, por que a gente não tinha como produzir o leite e trabalhar lá também.* (MOGNO. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017.). Mesmo dentro de um empreendimento que deveria se configurar pelos princípios cooperativistas a prática do trabalho assalariado que

vigora nas indústrias capitalistas, configurando assim uma das inúmeras contradições que ocorreram na trajetória da COOPERNONTE.

Nesse período mesmo que de forma precarizada a COOPERNONTE começava a organizar a produção e a comercialização dos produtos. *No começo foi muito difícil, agente teve que buscar na Coopernova²⁶ o pessoal para dar treinamento, o pessoal aqui da cidade que trabalha para nós não tinha experiência com o leite e muito menos com laticínio (JATOBÁ. Entrevista cedida em 25 de agosto de 2017).* Os associados da COOPERNONTE, por meio de sua diretoria estabeleceram contato com a Coopernova, durante um grande tempo de funcionamento do laticínio, pois vislumbraram na Coopernova uma possibilidade para a COOPERNONTE de ser e atuar. *Toda vez que a gente tinha um problema e não sabia como resolver, a gente procurava o pessoal da Coopernova, nós chegamos até tentar trabalhar junto com eles, pois eles tinham muitos anos de experiência no ramo e nós tava começando (AROEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017).* Ao pensar na Coopernova como possibilidade, pois estes como estão descritos na nota de rodapé 26 possuem um grande número de associados, e muitos tem o mesmo perfil do associado da COOPERNONTE, os cooperados não buscaram estabelecer pela formação conjunta e pelo princípio educativo do trabalho uma possibilidade de atuação e sim uma possibilidade de lucro e expansão.

A gente foi várias vezes em Terra Nova do Norte visitar a Coopernova, antes de abrir a indústria eles também estiveram aqui em Novo Horizonte do Norte. A maioria do pessoal que teve lá junto comigo ficou impressionado com a estrutura, com o tanto de produto e de clientes que eles atendiam. Nós ficamos pensando, que se eles conseguiram a gente também conseguia, até mesmo por que o nosso leite é de excelente qualidade. Hoje eu vejo que o nosso erro foi em não ver que eles não tinham concorrentes, e nós tinha concorrente e dos forte. Eu acho que esse foi o nosso maior erro (MOGNO. Entrevista realizada em 26 de agosto de 2017).

As falas demonstram a dificuldade enfrentada pela cooperativa ao vivenciar em outro empreendimento, em outra cooperativa, novas possibilidades para a sua realidade, muitos dos agricultores que vivenciou a experiência de conhecer a Coopernova direcionaram essas

²⁶ A Coopernova qual o agricultor associado se refere é a Cooperativa Agropecuária Mista Terranova Ltda., que foi fundada em 31 de Outubro de 1987, por desmembramento da Coopercana - Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda., por 201 associados. Eles possuem sede administrativa está localizada no Município de Terra Nova do Norte, extremo norte do Estado de Mato Grosso, distante 650 Km da capital do Estado, Cuiabá. Na Coopernova eles desenvolvem atividades agropecuárias em vários municípios como, Terra Nova do Norte, Nova Guarita, Carlinda, Colíder, Nova Santa Helena, Peixoto de Azevedo, Matupá e Guarantã do Norte, sendo em sua maioria de associados, cerca de 98%, de agricultores familiares, cujas propriedades fazem parte de diversos assentamentos do INCRA na região, totalizando em Dezembro de 2010, 2.393 associados. Eles também possuem 06 unidades de atendimento, sendo 03 no município de Terra Nova do Norte e as demais nos municípios de Nova Guarita, Colíder e Guarantã do Norte, composta por lojas de produtos agropecuários, postos de recebimento de leite e unidades de recepção de grãos. Fonte: Site da COOPERNOVA.

possibilidades para a COOPERNONTE, mas sem estabelecer princípios e metas pautadas nos princípios cooperativistas para poder objetivar suas idealizações.

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observe os princípios de Rochdale (Polônio, 1999,p. 19).

Esse modelo de organização da COOPERNONTE demonstrou a contradição de interesses onde podemos perceber também evidencia um tipo de cooperativismo que denominamos por cooperativismo vertical que verticaliza e corrompe as relações de trabalho pautadas na autogestão e desvirtua os princípios do cooperativismo. Assim, a compreensão da verticalização desta experiência possibilita a compreensão do que a COOPERNONTE vivenciou nos anos em que o laticínio esteve funcionando. Na abrangência do entendimento dessas formas organizativas se deram no decorrer de todo processo, podemos até considerar a COOPERNONTE em determinados aspectos como uma organização privada, porém, de interesse coletivo, ou seja, muitas vezes a contradição entre os princípios do cooperativismo, da economia solidária, da autogestão ficam claramente evidenciados pelas práticas cotidianas empregadas na Cooperativa.

A ideia central do cooperativismo se dá em eliminar a intermediação, na medida em que o cooperado/associado se faz ao mesmo tempo enquanto sócio e receptor e provedor de seus serviços. Ao analisarmos esses fatores buscamos, nos art. 4º “as cooperativas são constituídas para prestar serviços aos associados” e art.7º “as cooperativas singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados”, da Lei 5764/71, que nos subsidiam o entendimento sobre o funcionamento e intencionalidade que se devem pautar uma cooperativa.

Trata-se da realização prática, no âmbito cooperativo, da regra conhecida como princípio de dupla qualidade. A empresa cooperativa não tem existência autônoma; sua natureza é eminentemente instrumental; criada, substancialmente, para servir aos sócios, viverá enquanto e na medida em que os mesmos dela se servirem (FRANKE, 1973, p.68).

Essa coexistência entre a forma de produção capitalista e a ideia de se produzir pelo cooperativismo estabeleceu como produção de base no trabalho do laticínio gerido pela COOPERNONTE, uma contradição complexa até mesmo de entendimento. Não se configuram como uma cooperativa na sua centralidade de ação e também não são uma empresa privada capitalista comum, qual estamos familiarizados na terminologia. Assim

decidimos por definir algumas diferenças para situarmos a COOPERNONTE no *cooperativismo verticalizado* qual denominou sua conceituação.

Investir no trabalho dos técnico e formativo possibilita ir além da extensão rural dos agricultores, pois não só propiciaria a formação na indústria no beneficiamento do leite na propriedade do produtor ao melhorar as técnicas utilizadas com o rebanho e na extração do leite. Estes processos formativos se de fato tivessem ocorrido como obriga o próprio Estatuto da COOPERNONTE, poderia ter sido responsável por desempenhar um papel formativo, educativo além de social, pois a partir destas reuniões e atividades que promovessem a participação dos agricultores associados. Esses espaços poderiam também ter discutido outros aspectos tão necessários para a compreensão e prática do cooperativismo.

Muitas vezes até teve formação pro produtor de leite oferecida pelo SENAR²⁷ e também pela ACRIVALE²⁸, mas acontece que o produtor, principalmente o pequeno que é a maioria dos associados da cooperativa, não tem como largar a propriedade e ficar fazendo curso, principalmente por que esses cursos ocorriam no período da manhã, e neste período o produtos na propriedade trabalhando, por que quem lida com o gado leiteiro, ta na lida desde as 04:30 da manhã. Assim , nem que a gente quisesse não conseguia participar (JATOBÁ. Entrevista realizada dia 25 de agosto de 2017).

Além das dificuldades enfrentadas para a formação necessária para atuar no cooperativismo e se configurar dentro dos seus princípios, a COOPERNONTE enfrentou em quase sua totalidade problemas direcionados a gestão, supervisão e participação. Pensando pelos princípios que orientam as práticas cooperativas, associativas, de economia solidária ou dentro das atuações da COOPERNONTE como qualquer forma de se organizar, se pautou pelos princípios já concebidos de prática de mercado e mantendo a hierarquização das estruturas de poder.

Essas formas de organização de além de complexas são contraditórias, pois representam apenas os interesses de alguns grupos da cooperativa que se encontra em situação privilegiada. Essas práticas se tornam ainda mais contraditórias ao pensarmos que o cooperativismo e associativismo visam à reciprocidade, e sempre atua no intuito de atingir os objetivos da coletividade. Pela fala de nossos interlocutores a cooperativa em determinado momento da sua trajetória passa a atender as questões de uma minoria privilegiada, tornando-

²⁷ SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. SENAR muitas vezes em parceria com o Sindicato Rural de Juara fomentou palestras e formações com os produtores de leite e produtores rurais da cidade de Juara em tese, mas também recebia produtores e agricultores de outras cidades que pertencem ao Vale do Arinos.

²⁸ ACRIVALE é a Associação de Criadores do Vale do Arinos, que tem sede na cidade de Juara – MT. A Acrivale em parceria com o SENAR, principalmente em época de sua festa agropecuária organizava circuito de palestras e campeonatos de ordenha.

se cada vez mais incoerente com os seus principais objetivos e fundamentos vinculados a sua constituição e princípio idealizador da maioria de seus associados. De acordo com a fala do entrevistado. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017.

A maioria das decisões e ações sempre foram tomadas por um pequeno grupo, no começo na época do Valdeci Pimenta, as coisas eram mais transparentes e tinha mais participação, depois da morte dele, e teve um povo com outros interesses que tomaram conta da cooperativa, eles pareciam mais donos do que sócios, teve um coitado, eu nem vo dizer o nome, eles elegeram presidente por que ele mal sabia ler e escrever, daí o negócio piorou, por que ele começou a soltar cheque dele para pagar as contas da cooperativa, o banco foi bom aqui para a cidade, mas levou muita gente a se endividar para poder arcar com os prejuízos da cooperativa. Depois de um tempo ela só dava prejuízo, até a energia eles cortaram por falta de pagamento, daí os sócios começaram a sumir tudo, e os que ficaram a maioria tinha rixa política (CEREJEIRA. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017).

Sobre a fala acima e as demais que caminham no mesmo sentido, percebemos que a maioria dos associados faz a mesma crítica sobre a não participação, a falta de transparências nas ações e principalmente a falta de formação específica e condizente com as necessidades da cooperativa e de seus associados. O pouco envolvimento e clareza do cooperativismo evidenciam as contradições que foram vivenciadas no processo como um todo, mas na tentativa de tentar vislumbrar outras saídas e outros sujeitos para ocupar os cargos deliberativos e de fiscalização e com isso pudessem promover a rotatividade dos cargos existentes na cooperativa.

Assim, ao questionarmos sobre quais ações formativas foram efetuadas pela diretoria, ou pelos membros atuantes dos conselhos, percebemos também que estas não existiram como segue o relato nas falas a seguir: *A COOPERNONTE, quer dizer o povo que tava mais envolvido a partir do momento que a Unemat entrou para ajudar a gente, aí a gente começou a entender um pouco de que se tratava esse cooperativismo (AROEIRA. Entrevista realizada em 24 de agosto de 2017). Quando a gente percebeu o que tava acontecendo e que a gente tava tudo endividado por causa da cooperativa, aí deu um desespero, mas eu só sube mesmo quando eu comecei ir nas reuniões que a cooperativa chamava junto com a Unemat. (CEREJEIRA. Entrevista realizada em 23 de agosto de 2017). Na verdade mesmo, eu só fiquei sabendo como que as coisas estavam de verdade quando teve o tal do estudo do SEBRAE, e aí teve o povo da Unemat fazendo reunião nos assentamentos e chamando os associados. (JACARANDÁ. Entrevista realizada dia 30 de agosto de 2018). Como eu sempre participei eu já tinha ideia mais ou menos das coisas, mais com a ajuda da Unemat nas formações pra gente tentar voltar a funcionar, eu ia vendo onde a gente foi errando, e vendo que não tinha*

mais jeito pra nós (JATOBÁ. Entrevista realizada dia 25 de agosto de 2017). Eu tinha uma ideia por cima das coisas, aqui é uma cidade pequena, todo mundo fala de todo mundo, aí eu comecei a participar, a questionar, mas aí o povo metia política no meio, aí desandava tudo (PEROBA. Entrevista realizada em 28 de agosto de 2017).

Contudo, não se pode afirmar nada de concreto sobre as diretorias e sobre os conselhos, pois estas informações se encontram sobre sigilo judicial, o que podemos afirmar e problematizar é que a baixa ou quase inexistente participação dos cooperados corresponde a um dos fatores essenciais para se entender o esvaziamento e falta de transparência da cooperativa, quando tocamos em pontos sobre má gestão ou apropriação indevida dos bens da cooperativa, não houve nenhum entrevistado que levantou alguma queixa quanto a esse ponto, mas disseram em sua maioria que ali tinha muita coisa escondida que com o tempo ia aparecer.

Sobre a entrada da Unemat por meio da Incubadora IESA, todos os entrevistados salientam que foi nesse momento que as ideias e concepções sobre o Cooperativismo, Associativismo e sobre os princípios da Economia Solidária aconteceram nesses momentos propiciados pela formação da incubadora. A maioria também entende que foi muito importante essa formação, mas que infelizmente o processo já estava comprometido, e não havia muitas possibilidades para a COOPERNONTE.

É, pois, essencial, ao próprio conceito de cooperativa, que as pessoas que se associam, exerçam, simultaneamente, em relação a ela, o papel de ‘sócio’ e ‘usuário’ ou ‘cliente’. É o que, em direito cooperativo, se exprime pelo nome de ‘princípio de dupla qualidade’, cuja realização prática importa, em regra, a abolição da vantagem patrimonial chamada ‘lucro’ que, não existisse a cooperativa, seria auferida pelo intermediário (FRANKE, 1973, p.14).

Para Singer (1999), as concepções que envolvem essas problemáticas primam por um “novo cooperativismo” de associação coletiva de sujeitos que atuem e se reconheçam como iguais. Que seus princípios sejam baseados na revalorização dos elementos básicos da auto-gestão, que busquem valorizar cotidianamente a democracia e a igualdade material dos seus sujeitos. Também corrobora conosco na compreensão de que a forma de apropriação dos lucros deve ser diferente e jamais devam ser vistos ou pensados como forma de mais-valia, mas sim, como parte essencial para consolidação de uma democracia participativa, autogestionária e economicamente justa entre todos os associados.

No dia-a-dia dos empreendimentos, os agentes por meio do diálogo e da ação até podem traduzir, uns para os outros, as preocupações “isomórficas” no que se refere a sua

inserção no mercado, na luta por políticas públicas, na constituição de parcerias, na construção da rede de solidariedade e na busca de novas concepções de mundo. Diz Santos (2001, p. 807), que o “trabalho de tradução” complementa a “sociologia das ausências e a sociologia das emergências” já que “visa criar inteligibilidade, coerência e articulação num mundo enriquecido por tal multiplicidade e diversidade”. Mas para isso se faz necessário compreender e apreender sobre o empreendimento e base conceitual do que é vivenciado, e pelas inúmeras falas dos seus sujeitos entrevistados, não foi isso que ocorreu durante o funcionamento da COOPERNONTE.

4.4 O declínio da produção e o processo de falência da Coopernonte

Com a desarticulação de seu conselho administrativo e conselho fiscal a COOPERNONTE passa por um período de instabilidade e desarticulação dos seus associados onde as atividades de incubação podem trazer novas perspectivas e fomentar novas possibilidades para estes associados neste empreendimento cooperativo. Assim as atividades de formação a serem trabalhadas na COOPERNONTE primaram por problematizar e construir novas relações sociais e de trabalho, bem como a democratização do processo de tomada de decisões baseado na cooperação. Na Incubação pretende-se trabalhar e restabelecer a busca da autoconfiança e da autonomia dos associados num acompanhamento sistêmico e assessoria a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidário.

O conselho fiscal não atuou conforme a obrigação, com as funções deles, desde o início os conselheiros fiscais reprovaram a prestação de conta da cooperativa, no primeiro ano de funcionamento da cooperativa foi reprovada a prestação de contas da diretoria, só que não adiantava, não tinha uma parada, a cooperativa continuava funcionando, então não adiantava reunir, para fazer a avaliação das contas, finanças da cooperativa se a diretoria passava por cima da decisão do conselho e não regularizava as irregularidades constadas (MOGNO. Entrevista realizada em 26 de agosto de 2017).

Na percepção sobre a atuação do Conselho Fiscal que entendemos que tem a domínio ligado às suas atribuições, como por exemplo, ter direito a entrada livre aos registros, prestação de contas, e também solicitar esclarecimentos e outras providências do Conselho Administrativo da cooperativa. Mas na nossa compreensão este também tem responsabilidade

direta para com o coletivo dos associados no que tange ao exercício de sua função e na divulgação das irregularidades apontadas ou percebidas.

Na fala acima podemos perceber a falta de compreensão sobre os valores e princípios do cooperativismo que em sua essência delimita-se e possui valores singulares, que em princípio devem ser trabalhados desde a intencionalidade de sua constituição, pois a formação para o trabalho e constituição de uma cooperativa se diferenciam dos princípios estabelecidos e voltados para uma empresa capitalista, sobre a fala dos sujeitos sobre a diretoria e o conselho fiscal da cooperativa Veiga (2001), nos evidencia que:

A simples definição e estabelecimento dos órgãos deliberativos de uma cooperativa não garantem que seu funcionamento, na prática, seja participativo e democrático. Outras ações e formas de organização e participação podem ser utilizadas para que a cooperativa seja efetivamente democrática e participava (VEIGA, 2001, p. 56).

A percepção da construção das práticas cotidianas da COOPERNONTE, tanto a diretoria quanto o conselho fiscal as percepções dos sujeitos entrevistados apontam para a falta de transparência nas prestações de conta da cooperativa, pois eles nunca ficavam sabendo de verdade o que fato estava acontecendo no laticínio que era o local das contradições e divergências entre os cooperados. Ao questionarmos sobre como funcionava a participação dos associados e o seu envolvimento com a cooperativa, em sua grande maioria os sujeitos entrevistados evidenciam a não participação dos associados nas assembleias, nas ações.

Artigo 32º - A cooperativa é composta por um conselho administrativo, composto por 01 Diretor Presidente, 01 Diretor Secretário que serão eleitos democraticamente com mandato de 02 (dois) anos sendo obrigatória a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos seus membros. [...]

PARÁGRAFO II – Os administradores eleitos ou contratados, não são pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da Sociedade, mas respondem solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo (ATA DA COOPERNONTE, 2006, p.10).

No próprio estatuto da cooperativa consta sobre a composição dos conselhos e sobre a responsabilização dos associados e dos administradores em relação às culpas e dolos do processo, como já mencionamos anteriormente, a COOPERNONTE passa por investigação por inúmeras denúncias de irregularidades no empreendimento que esta gestava. No caso do laticínio que o empreendimento em questões está presentes dívidas num estudo feito pelo SEBRAE foram levantados uma dívida que totaliza um milhão setecentos e trinta e dois mil e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos (R\$ 1 732 054,68). Com esse

levantamento realizado e apresentado em assembleia no dia vinte e nove de agosto de 2015 (29/08/2015) na Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte.

I – Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2015 compreendendo:

- a) Relatório de Gestão;
- b) Balanço Patrimonial e dívidas;
- c) Plano de Atividades da cooperativa para o exercício seguinte em 2015/2016

II - Chamada de capital p/ cobrir dívidas

III - Venda ou liquidação da cooperativa

IV - Arrendamento Para terceiros (EDITAL DE CONVOCAÇÃO COOPERNONTE, 2015, s/p).

Trago esse trecho da convocação que consta em anexo nesta dissertação para evidenciar como alguns associados que ainda tinham esperança buscaram até o final do processo para tentar recuperar a cooperativa e trilhar novos caminhos, e talvez até caminhos que primassem pela formação, pois agora eles tinham consciência de todo processo que fora vivenciado e de como as ações passadas delimitavam as ações futuras.

Dentre os apontamentos trazidos pelo SEBRAE, o mais impactante na nossa percepção se deu na centralidade da ideia de contratar um administrador/gestor dada a incapacidade diagnosticada pelos auditores de encontrar dentre os associados um sócio com capacidades técnicas, formativas e de gestão para poder assumir os compromissos de recuperar a credibilidade da cooperativa, renegociar as dívidas com fornecedores, com diferentes órgãos do estado, dentre eles a Receita Federal, a Previdência.

Também buscavam a renegociação das dívidas com os bancos e até mesmo com os associados que haviam vendido leite para a cooperativa e nunca conseguiram receber. A princípio se estabeleceu que durante o processo de recuperação nenhum associado pudesse fazer nenhuma retirada e as dívidas da cooperativa com os mesmos só seriam sanadas a partir do ponto de equilíbrio. Também nesse diagnóstico foi definida a prioridade de cada um dos cento e cinquenta e oito associados deveriam capitalizar na COOPERNONTE a quantia de Dois mil e quinhentos reais (R\$ 2500 00) para que a cooperativa pudesse começar a funcionar.

Fora o compromisso financeiro e de trabalho cada associado que ainda produzisse leite deveria fidelizar com a Cooperativa no intuito de atingir a meta de onze mil litros de leite e com isso a COOPERNONTE pudesse voltar a funcionar e em seis meses atingisse um determinado equilíbrio e pudesse começar a arcar com as suas despesas e iniciar o pagamento das suas dívidas.

A gente ia atrás dos sócios e ninguém queria nem saber de participar, por que eles já estavam sendo muito prejudicados, por que a cooperativa devia o leite que eles venderam já tinha mais de ano. Daí ninguém queria saber, a gente falava para eles que no final todo mundo ia ter de responder pelos prejuízos e não adiantava fugir das assembleias (AROEIRA. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2017).

A maioria dos sócios da COOPERNONTE não fazia ideia do que era uma cooperativa, de como tinha que trabalhar, achava que bastava ser associado, entregar o leite e no final receberia as sobras, mas nunca teve sobra, só tinha prejuízo. Os sócios corriam das convocações, eles achavam que iam ter que ajudar a cooperativa, na verdade era isso, mas também era para isso, mas era para eles participarem, por que cooperativa todo mundo tem que participar, pelo menos é o que eu achava (JATOBÁ. Entrevista cedida em 25 de agosto de 2017).

Passados dois anos e quatro meses desta assembleia a COOPERNONTE não conseguiu o retorno dos seus associados, e depois de inúmeras ações para capitalizar recursos para a tentativa de retorno do seu funcionamento. Na percepção dos associados a experiência da COOPERNONTE nesse processo de constituição e declínio deixou além de uma gigantesca dívida financeira, mas também deixou um grandioso aprendizado. Hoje aqueles que concordaram em conversar sobre a cooperativa e ceder um pouco de seu tempo/história nos relata da importância da participação e da formação para o sucesso de um empreendimento cooperativo. Segundo JATOBÁ, entrevista cedida em 25 de agosto de 2017, *participar da direção da Cooperativa com mais intensidade seria o passo fundamental para as modificações necessárias para se trabalhar e estabelecer a autogestão na COOPERNONTE.*

Hoje a maioria dos produtores da região voltou a entregar o leite para a o laticínio Multibom e outra grande parte não possui mais gado leiteiro e outra parte não possui atividade com terra. Assim, evidenciar os problemas que permearam a COOPERNONTE desde a sua concepção até a sua atividade final não é difícil. As cooperativas autogestionárias que se concretizam dentro dos seus princípios lidam cotidianamente com os desafios de criar uma cultura de cooperação que envolva os seus associados. O caso da Coopernonte possui muitas características semelhantes quando podemos analisar que estes trabalhavam e atuava presos à lógica do mercado, que conseqüentemente é a lógica do capitalismo.

Artigo 2º - A sociedade tem como objetivo, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os seus associados, promover sem finalidade de lucro: [...]

Parágrafo II - A COOPERNONTE promoverá mediante convênios com entidades públicas ou privadas os aprimoramentos técnicos e profissional dos seus Cooperados, dirigentes e funcionários, participando da divulgação e expansão do cooperativismo, do fomento agropecuário e da racionalização dos meios de produção e do desenvolvimento da pesquisa regional e nacional (ATA DA COOPERNONTE, 2006, p.1 e 2).

Mas podemos perceber suas convergências, também possuem profundas divergências, pois a COOPERNONTE vivenciou o que trazemos neste estudo como um *cooperativismo vertical* não apenas por não obedecer aos princípios, do cooperativismo, associativismo e economia solidária, mas também por não conseguir compreender que a dinâmica dos mecanismos de produção são outros, pois todos possuem responsabilidade e serão responsabilizados no decorrer do processo.

Talvez isso consiga nos fazer compreender melhor o porquê do abandono dos associados, tanto na participação, quanto na busca por compreensão da derrocada da cooperativa. Singer (1999) ao perceber as ambigüidades inerentes a alguns empreendimentos cooperativistas, pois percebe o cooperado permeado pelas ambigüidades do processo, de fato concebe a difícil situação deste cooperado ao ser, ao mesmo tempo, trabalhador e empresário, por entender que esta separação entre trabalhador e empresário é puramente capitalista; porém, entende que existe muitas contradições nas cooperativas. Principalmente por que algumas como o caso que evidenciamos da COOPERNONTE de fato não chegam a ser uma cooperativa, falando em princípios cooperativistas como delimitador do conceito.

Como alternativa às falsas cooperativas, que acabaram por agravar os prejuízos dos seus associados e com isso na busca por solucionar os problemas de autogestão e mesmo que no final das suas ações alguns associados, principalmente aqueles que atuaram até o final na tentativa de recuperação que o princípio da experiência pode futuramente fazer brotar a semente do cooperativismo, do associativismo, da economia solidária e da compreensão do funcionamento de um empreendimento pelos processos autogestionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 O sonho da cooperativa o sonho da nossa gente: as aprendizagens provocadas pela ruptura da experiência

Perguntas de um trabalhador que lê

*Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas?
 Nos livros estão nomes de reis;
 Os reis carregaram as pedras?
 E Babilônia, tantas vezes destruída,
 Quem a reconstruía sempre?
 Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a construíram?
 No dia em que a Muralha da China ficou pronta,
 Para onde foram os pedreiros?
 A grande Roma está cheia de arcos-do-triunfo:
 Quem os erigiu? Quem eram aqueles que foram vencidos pelos céсарes?
 Bizâncio, tão famosa, tinha somente palácios para seus moradores?
 Na legendária Atlântida, quando o mar a engoliu, os afogados continuaram a dar ordens a
 seus escravos.
 O jovem Alexandre conquistou a Índia.
 Sozinho?
 César ocupou a Gália.
 Não estava com ele nem mesmo um cozinheiro?
 Felipe da Espanha chorou quando sua armada naufragou. Foi o único a chorar?
 Frederico 2º venceu a Guerra dos Sete Anos.
 Quem partilhou da vitória?
 A cada página uma vitória.
 Quem preparava os banquetes?
 A cada dez anos um grande homem.
 Quem pagava as despesas?
 Tantas histórias,
 Tantas questões
 (Berthold Brecht)*

Pensar no sonho da COOPERNONTE de certa forma é pensar no sonho de tantos agricultores que se associaram ou que iram se associar em cooperativas ou até mesmo em pequenas associações para poder subsidiar a sua existência numa percepção de trabalho que vise a transformação da vida social, cultural e material imediata, é pensar numa perspectiva de libertação humana, que se posicione a partir das mais variadas realidades sociais. Para isso, se faz necessário articular consciências individuais e coletivas que busquem caminhos

alternativos em direção à constituição de um mundo onde as transformações viagem pelo campo das possibilidades que sejam plausíveis e reais e se tornem intrínsecas a uma cultura, legitimando-se para as próximas gerações. Assim o sonho da COOPERNONTE pode se configurar no sonho daqueles que aprenderam por esta experiência e que aprenderam pelas falhas e contradição, assim, o sonho da COOPERNONTE é para nós um sonho com princípios educativos e que se perpetuaram por muito tempo depois de nós.

O que tentamos trazer com essa dissertação foram compreender as relações mediadas entre o trabalho e o princípio educativo que determina os processos de produção configurados pela Economia Solidária onde o principal objetivo se dê na emancipação humana. Assim, o texto a interlocução com as falas dos sujeitos apontam para a compreensão de como a politização, a coletividade, a autonomia poderia ter sido possibilitada se os processos educativos e a realidade empírica tivessem sido entrelaçados desde a idealização do sonho da cooperativa. A experiência do fim das atividades da COOPERNONTE e as contradições da sua trajetória quando sistematizadas nos possibilitam abranger como o Trabalho, da Educação Popular e da Economia Solidária podem ser agentes centrais da transformação da realidade excludente vilipendiadora.

Por meio da experiência da COOPERNONTE são percepções estabelecidas entre o arcabouço teórico e as contrições existentes nas práticas cotidianas vivenciadas pela COOPERNONTE. De tal modo percebemos a educação popular oriunda dos processos formativos como agente de transformação cultural que acomodam os processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que compartilham objetivos e identidades comuns, intercedidos por aprendizados organizativos e discursivos em que todos são partícipes do mesmo processo. Pois, acreditamos que o trabalho deve se pautar em formas de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades o trabalho associado, vivenciados por ações coletivas do trabalho pautado em princípios educativos, oferece a todos, sem distinção.

As condições materiais de constituição da COOPERNONTE perpassam a compreensão do potencial emancipatório da Economia Solidária como práxis pedagógicas situada como princípio educativo de uma Educação Popular compreendida na própria organização da ação democrática e igualitária da cooperativa, onde os espaços de tomada de decisão possibilitam a prática de autogestão que situa Economia Solidária não como fim, mas como meio e resultado do ato pedagógico. Deste modo o próprio meio ou caminho do trabalho como princípio educativo poderiam de reestruturar e incrementar as atividades entre os associados, diminuindo assim da divisão do trabalho que se dá dentro das organizações

coletivas e a divisão do trabalho no interior da sociedade (MARX, 1996). Nesse sentido, mais que emancipatório que se vincula o projeto histórico do bem coletivo e na medida em que se aproxime da dimensão ontológica e se afaste da dimensão alienada.

Dessa forma, o trabalho, enquanto berço de contradições, ainda se constitui como sinônimo de liberdade, de assimilação ou contraposição cultural, de práxis sobre a realidade dominante, de presença do homem no mundo e com o mundo, a educação, enquanto práxis precisa estar ligada diretamente à cultura do trabalho, assim, voltamos à questão inicial: a reconstrução histórica da base conceitual de trabalho, enquanto humanização e não enquanto domesticação. Ao analisar ao a real dimensão emancipatória da Economia Solidária como práxis pedagógica, a experiência da COOPERNONTE poderia ter traçado outros caminhos, onde a formação inicial e contínua de seus associados não determinaria tão contundentemente as decisões e ações de tomada de decisão das atividades da cooperativa, bem como os caminhos percorridos não se configuram distante das a prática autogestionárias que são essenciais insubstituíveis à uma cooperativa organizada pelos princípios da Economia solidária e da Educação Popular.

Para isso precisamos pensar qualitativamente diferente, histórica e dialeticamente buscando uma educação pautada numa práxis que contribua para a análise e intervenção no mundo dos homens. E que esta privilegie a transformação da cultura do trabalho dominante, excludente, alienante e que construa uma cultura do trabalho emancipadora que prime pela formação ontológica de sujeitos engajados na construção de uma nova sociabilidade. Pensou-se nas contribuições de Mészáros (2004), entendemos que é pelo trabalho que ocorre a apropriação ativa dos meios culturais, intelectuais, sociais, políticos que estão intimamente vinculados às relações estabelecidas no mundo do trabalho, tornando emergencial pensar noutras possibilidades de trabalho, distantes destas estabelecidas pelo capital.

Pensando em considerações finais, mas, não em algo acabado, e sim permanentemente aberto ao diálogo, entendemos a educação popular oriunda dos movimentos sociais que acomoda processos educativos e de produção de saberes entre pessoas que comungam de objetivos e identidades comuns, intercedidos por aprendizados organizativos e discursivos em que todos são sujeitos do mesmo processo.

Isso porque, partimos da premissa de que ao mesmo tempo em que eu me modifico, também sou capaz de transformar o outro, e ao transformar o outro, também me transformo. Ao tempo que aprendo também sou capaz de ensinar, e novamente aprender. Aprender com a COOPERNONTE se fez aprender a fazer junto, a esperar junto e lutar até as últimas

possibilidades. *Eu ainda tenho esperança de a COOPERNONTE voltar, pode ser com outro nome, pode ser de outro jeito, a gente sabe que começou errado, mas sempre existe tempo para quem está vivo e enquanto estivermos vivos a COOPERNONTE também vai estar* (AROEIRA. Entrevista realizada em 22 de agosto de 2017).

Os ideários alcançados por estes processos podem até não significar muito para quem busca no sucesso aprendizagem. Esses agricultores associados. Em sua maioria de idade avançada demonstram a luta de um povo que viveu e se constitui na esperança de viver na e pela terra. A busca de uma identidade social dos indivíduos e do coletivo, a centralização e luta de reivindicarmos o direito de trazer a história da COOPERNONTE para a Academia, não se faz apenas por pesquisar e demonstrar fatos, mas sim de visibilizar sujeitos, narrar histórias, lutas e contradições de um povo que não se encontram registrados pelos ideais de uma cooperativa de sucesso, e muito menos de uma cooperativa configurada pelos princípios estabelecidos, mas sim de um povo que sonhou, buscou e lutou até o fim. Podem até não ter utilizado as armas e princípios corretos, mas lutaram com o que tinham de mais seu. O que é a vida se não é viver na e pela contradição.

Dessa forma, esses sujeitos nos visibilizaram que sem formação para o trabalho, sem um trabalho pautado e conjecturado nos princípios educativos da economia solidária, da autogestão, do cooperativismo, do associativismo o abismo entre o fracasso e o sucesso as vezes nem se cruzam, pois pela lógica do capital esses empreendimentos nasceram para morrer. Mas enquanto usarmos essa experiência para movimentar a educação para o trabalho e pedagogizar o fracasso como forma de superação estaremos resistindo a invisibilização e negação de nossa história.

A história da COOPERNONTE, também é a minha história, a história de meus avós, dois seus pais, de seus avós que vieram pela terra e morreram sem nela nada produzir além de resistência e mobilização, que encontraram na educação instrumento de liberdade e de possibilidade de ações futuras. Assim aos discorrer sobre esses associados trazemos discussões acerca do modo de produção capitalista e como esse, por essência, se torna excludente e opressor para a grande parte da sociedade que não têm condições materiais, culturais e econômicas de se manter e ter uma vida digna.

A história da COOPERNONTE não é somente a tentativa pura e simples de acabar com esse modelo de produção capitalista imposto, mas sim, a certeza de que isso é um processo que se encaminha e o cooperativismo é uma das formas que existem para resistirmos a atual conjuntura. A partir de discussões como esta que vislumbramos o princípio de uma mudança

que sabemos não ser rápida e nem fácil. A educação tem essa responsabilidade. A responsabilidade de não se limitar à formação técnica ou de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. A educação tem em sua essência a responsabilidade de tornar sujeitos conscientes para uma vida em sociedade ativa, justa e cidadã.

Embora a educação como princípio educativo não tenha assumido um papel dentro desse processo constitutivo da COOPERNONTE, é nele que vislumbramos outras possibilidades de significação destes sujeitos históricos que no decorrer de sua trajetória sócio-histórica, procuram de seu modo trazer à tona os princípios da cidadania e de coletividade. Para nós a educação Popular se orienta como uma práxis libertadora que permite pelo diálogo, como ferramenta de libertação, de consignação de culturas vilipendiadas possibilitando assim a construção de novos de saberes, de novos modos, novos métodos e para a busca por um mundo que privilegie a democracia, a humanização, a ética e a solidariedade.

Portanto, essa dissertação, esses sujeitos se limitam dentro da perspectiva acadêmica definida para este momento, mas existe um vasto campo de investigação para futuras pesquisas que mais do que discutir conceitos sobre educação popular, trabalho associado, autogestão, economia solidária. Para podermos superar a ideia de objetos acabados, enquanto existir vida, existirá luta, pode não ser pela COOPERNONTE, mas pode ser pela semente que ela plantou e que germina em todos nós que participamos de diferentes formas de sua história. Então não existe um final, existe uma pausa nesse processo, e se nós desempenharmos nosso papel de educadores populares, de sujeitos de nossa história talvez avancemos também em práticas inovadoras e emancipatórias num diálogo permanente da academia com os movimentos sociais e populares rumo a construção de alternativas emancipatórias e sempre no sentido de fazer ciência com o povo e para o povo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. **A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas:** Elementos para pensar a transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 37, 2001, p.33-48.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho.** 3. ed. Campinas: Boitempo, 2007.

AZEVEDO, Janete M. L. O Estado, a Política Educacional e a regulação do setor educação no Brasil: Uma abordagem Histórica. In: AZEVEDO, Janete M. L. In: AGUIAR, M. A. S.; FERREIRA, N. S. C. *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.* 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

BEISIEGEL, C. R. Mudança social e mudança educacional. In: _____. **Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos.** São Paulo: Pioneira, 1989.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.* Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

_____. **O que é educação Popular.** Editora Brasiliense, 1984.

_____. **O que é Método Paulo Freire.** (1981) São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

CALDART, Roseli Salete. A pedagogia da luta pela terra: o movimento social como princípio educativo. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 23. reunião anual 24 a 28 de setembro de 2000, Caxambu, MG. Disponível em <<http://www.anped.org.br/1408t.htm>>, acesso em 16 de maio de 2016.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J. CERIOLI, P. R.; CALDART, R. Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 4. Brasília: UnB, 2002.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CATTANI, Antonio D. **Emancipação social.** In: CATTANI, Antonio D. et al. (Orgs): *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Almedina/CES: Coimbra, 2009.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. Gestão democrática na escola pública: uma experiência educacional do MST. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 23, p. 55-80, 2010.

DEMO, P.. **Metodologia do Conhecimento Científico.** São Paulo: Atlas, 2000a.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, 2001, p. 58-77. <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/parte1.pdf> acessado em 12 de junho de 2017

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 10 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra**. Porto: Afrontamento, 1975.

ENGUITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artmed, 1993.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FERREIRA, N. S. C. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

FRANKE, Walmor. **Direito das sociedades cooperativas: direito cooperativo**. São Paulo, Saraiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da esperança**. 3. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Política e Educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. ; TORRES, Carlos Alberto. **Estado e Educação Popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992.

FREITAS Luiz C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Materialismo histórico dialético: pontos e contrapontos. In: **I Seminário de Pesquisa do Setor de Educação do MST**, 2008, Luziânia. Anais.... Brasília: MST, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

_____. Trabalho como princípio educativo: por uma superação das ambigüidades. **Boletim Técnico do Senac**, 11(3): 1-14, set.-dez., 1985.

_____. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A experiência do trabalho e a educação básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Educação politécnica. In: CALDART, Roseli S. et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 274-281.

_____. ; CIAVATTA, Maria. Trabalho como princípio educativo. In: CALDART, Roseli S. et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p. 750-757.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma Biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. TORRES Carlos Alberto. **Estado e Educação Popular na América Latina**. Campinas: Papirus, 1992 (Serie “Educação Internacional” do Instituto Paulo Freire).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação não formal e cultura política**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010a.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009c.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 9ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Concepção dialética da História.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARVEY, David. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX.** In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* 12. ed. São Paulo, 2010. pp.114-184.

_____. **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX.** In: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna.* 12. ed. São Paulo, 1993. p.114-184.

_____. Não basta a história de identidade. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HOBSBAWM, Eric. O presente como História. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

HÖLFING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos CEDES,** ano XXI, nº 55, novembro/2001. p.30-41.

_____. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos CEDES,** ano XXI, nº 55, novembro/2001. p.30-41.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção.** São Paulo, Cortez, 2001.

KONDER, L. **O Futuro da Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem.** *Temas de Ciências Humanas,* 4: 1-18, 1978.

_____. **História e consciência de classe:** estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MANACORDA, M. **Il Marxismo e L'Educazione.** Roma: Armando A., 1964.

_____. **Marx e a Pedagogia Moderna.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

_____. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARTI, J. **La edad de oro.** 2. ed. La Habana: Pueblo y Educación, 1995.

_____. **Poesia mayor.** La Habana: Letras Cubanas, 1985.

_____. **Educação em Nossa América (textos selecionados).** Organização e apresentação de Danilo R. Streck. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

_____. **La Habana (obras completas).** La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001. (Edição Eletrônica).

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos - filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O capital:** crítica da economia política. 26. ed. L. 1, v. I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro I, Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Para crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1965. Tradução: Edgard Malagod et. al.

_____. ; ENGELS, F. **A ideologia Alemã (Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1987.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação Pedagógica:** Conceitos, Métodos e Prática _ Editora: Loyola, São Paulo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. Tradução: Isa Tavares.

_____. **Para além do capital.** 2. ed. . São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **A teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. “Isso é política, meu!” - **Socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais.** Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 59-76, maio/ago, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. ; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2008.

PASSOS, Luiz Augusto. Cultura: flecha humana e cósmica que aponta o caminho para os sentidos. In: GRANDO, Beleni Saléte; PASSOS, Luiz Augusto (Orgs.). **O eu e o outro na escola:** contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola. Cuiabá: EdUFMT, 2010. p. 21-40.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 2005

SANTOS, Boaventura de S. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out., 2002. p. 237-280.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo educação: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Autores Associados: Histedbr, 2005.

_____. Trabalho e educação: fundamento ontológicos e históricos. In: **Revista Brasileira de Educação**. v.12, n°4, 2007.

SEMERARO, Giovanni ; SILVA, Percival Tavares da . Políticas Públicas e Poder Popular. In: Giovanni Semeraro. (Org.). **Filosofia e Política na Formação do Educador**. 2.ed. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004, v. 1, p. 183-214.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A Economia Solidária como ato pedagógico, In: KRUPPA, S. (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Ministério da Educação, Brasília, 2005.

_____. **Reflexões sobre o socialismo**, (mimeo.). 2005.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação**, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, vol. 26, n.1, jan/jun., 2008. p. 69-94.

_____. **Economia popular e economia do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: UNIJUÍ, 2001.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió: UFAL, 2007.

_____. **Educação, Cidadania e Emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TFOUNI, F. E. V. **Memória e fetichização da mercadoria**. In: Organon. Porto Alegre, v. 17, n. 53. 2003.

VEIGA, Sandra; FONSECA, Isaque. **Cooperrativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WANDERLEY, L. E. W. (1984). **Educar para Transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base**. Petrópolis, Vozes.

WERTHEIN, Jorge (org.). **Educação de Adultos na América Latina**. Campinas: Papirus, 1985.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução de Daniel Grassi 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO REALIZADO JUNTO AOS MEMBROS DA COOPERNONTE

- 1) Sexo
- Feminino masculino
- de 5 a 6 anos
- acima de 6 anos
- 2) Idade
- de 18 a 25 anos
- de 25 a 35 anos
- de 35 a 45 anos
- de 45 a 55 anos
- de 55 a 65 anos
- de 65 a 75 anos
- acima de 75 anos
- 3) Escolaridade
- Não freqüentei nenhum processo educacional
- Ensino Fundamental incompleto
- Ensino Fundamental completo
- Ensino Médio incompleto
- Ensino Médio completo
- Ensino Técnico incompleto
- Ensino Técnico completo
- Ensino Superior incompleto
- Ensino Superior completo
- 4) Há quanto tempo é membro da COOPERNONTE
- menos de 1 ano
- de 1 a 2 anos
- de 2 a 3 anos
- de 3 a 4 anos
- de 4 a 5 anos
- 5) Assinale a principal razão que te levou a entrar para a COOPERNONTE
- Saiu do trabalho anterior e não estava conseguindo emprego
- A atividade como autônomo não estava mais dando certo
- Maior possibilidade de renda com relação à ocupação anterior
- A crença no trabalho cooperado como forma de resistência e fortalecimento das minorias
- A possibilidade de produzir renda e subsistência em um modo de produção solidário
- Outro. Especifique_____.
- 6) O que você fazia antes de entrar na COOPERNONTE
- Trabalhava na agricultura
- Trabalhava como empregado com Carteira de Trabalho Registrada
- Trabalhava como empregado mas sem registro em Carteira de Trabalho
- Atuava como catador autônomo
- Atuava como autônomo em outra atividade ocupacional
- Era membro de outra cooperativa
- Outro:_____

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES ASSOCIADOS DA COOPERNONTE

- 1) Quando surgiu a COOPERNONTE? Por que ela foi criada?

- 2) Como você conheceu a COOPERNONTE ou se envolveu com a atividade PRODUTOR LEITEIRO?

- 3) Quando você se tornou um(a) cooperado(a)? Quais os motivos que te levaram a participar da cooperativa?

- 4) Conte-me a respeito de como o trabalho era organizado inicialmente na cooperativa? Quais as principais dificuldades com as quais vocês se depararam no início?

- 5) Para você existem diferenças entre o trabalho cooperado e o trabalho assalariado? Se sim quais seriam elas?

- 6) Quais as principais mudanças que o trabalho cooperado promoveu em você e na sua vida?

- 7) Como você avalia o seu relacionamento com os demais cooperados no dia-a-dia? Quais as principais dificuldades de relacionamento com os colegas que você apresenta? Já se envolveu direta ou indiretamente em conflito com outro(a) cooperado(a)? Se sim como isso foi resolvido?

- 8) Como você percebe o relacionamento entre os demais cooperados no dia-a-dia? Quais as principais dificuldades de relacionamento entre os colegas que você consegue identificar? Já presenciou algum tipo de conflito entre os(as) demais cooperado(a)?

- 9) Trabalhar de forma cooperada promoveu alguma mudança na sua forma de se relacionar e tratar as pessoas?

- 10) Houve muitos colegas que deixaram a cooperativa desde que você ingressou na COOPERNONTE? Quais as possíveis razões do desligamento?

- 11) Comente a respeito das alterações ocorridas na maneira de realizar o trabalho, divisão de tarefas e responsabilidades pelas quais a cooperativa passou?

- 12) Quais melhorias e avanços obtidos nas relações e organização do trabalho a partir destas alterações ocorridas?

- 13) Quais melhorias e avanços você acha que ainda precisam ser feitas? Mudanças na forma de realizar o trabalho, divisão de tarefas e responsabilidades seriam necessárias para realizar estas mudanças?
- 14) Quais mudanças a atuação na COOPERNONTE promoveu na forma de ver a si mesmo, o trabalho, a sociedade, o mundo?
- 15) Quais os principais tipos de aprendizados que a atuação na cooperativa lhe proporcionou?
- 16) O que você compreende hoje por Autogestão e Economia Solidária?
- 17) O que representou a COOPERNONTE para você ?
- 18) Quais as características VOCÊ CONSIDERA importante para viver em cooperativa/associação? Você viu essas características na COOPERNONTE?
- 19) Quais os aspectos positivos e negativos das relações pessoais e de trabalho que se estabeleciam ou se estabeleceram entre os associados:
- 20) Você percebe a diferença entre trabalhar em uma cooperativa e em uma empresa privada?
- 21) Quais as contribuições que a participação na COOPERNONTE trouxe? O que mudou no trabalho, na família, na comunidade?
- 22) Você participa de lutas, movimentos sociais, grupos comunitários ou conselhos fora da COOPERNONTE? Por quê?
- 23) Quais as principais mudanças a atuação na COOPERNONTE promoveram na sua forma de se ver, de ver o trabalho e a sociedade?